

# DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LXII

FLORIANÓPOLIS, 25 DE OUTUBRO DE 2013

NÚMERO 6.614

## MESA

Joares Ponticelli  
**PRESIDENTE**

Romildo Titon  
**1º VICE-PRESIDENTE**

Pe. Pedro Baldissera  
**2º VICE-PRESIDENTE**

Kennedy Nunes  
**1º SECRETÁRIO**

Nilson Gonçalves  
**2º SECRETÁRIO**

Manoel Mota  
**3º SECRETÁRIO**

Jailson Lima  
**4º SECRETÁRIO**

**LIDERANÇA DO GOVERNO**  
Aldo Schneider

**PARTIDOS POLÍTICOS**  
(Lideranças)

**PARTIDO PROGRESSISTA**  
Líder: Valmir Comin

**PARTIDO DO MOVIMENTO  
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**  
Líder: Carlos Chiodini

**PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO**  
Líder: Darci de Matos

**PARTIDO DOS TRABALHADORES**  
Líder: Ana Paula Lima

**PARTIDO DA SOCIAL  
DEMOCRACIA BRASILEIRA**  
Líder: Dóia Guglielmi

**DEMOCRATAS**  
Líder: Narcizo Parisotto

**PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL**  
Líder: Angela Albino

**PARTIDO POPULAR SOCIALISTA**  
Líder: Altair Guidi

**PARTIDO SOCIALISMO E  
LIBERDADE**  
Líder: Sargento Amauri Soares

## COMISSÕES PERMANENTES

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Mauro de Nadal - Presidente  
Silvio Dreveck - Vice-Presidente  
José Nei A. Ascarí  
Jean Kuhlmann  
Ana Paula Lima  
Dirceu Dresch  
Serafim Venzon  
Narcizo Parisotto  
Aldo Schneider

### COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Reno Caramori - Presidente  
Carlos Chiodini - Vice-Presidente  
Volnei Morastoni  
Darci de Matos  
Aldo Schneider  
Marcos Vieira  
Sargento Amauri Soares

### COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Dirceu Dresch - Presidente  
Maurício Eskudlark - Vice-Presidente  
Edison Andrino  
Moacir Sopelsa  
Reno Caramori  
Dóia Guglielmi  
Sargento Amauri Soares

### COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Marcos Vieira - Presidente  
Silvio Dreveck - Vice-Presidente  
Ciro Roza  
Dirceu Dresch  
Aldo Schneider  
Renato Hinnig  
Angela Albino

### COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

José Nei A. Ascarí - Presidente  
José Milton Scheffer - Vice-Presidente  
Altair Guidi  
Luciane Carminatti  
Dirce Heiderscheidt  
Antonio Aguiar  
Serafim Venzon

### COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Taxista Voltolini - Presidente  
Neodi Saretta - Vice-Presidente  
Silvio Dreveck  
Aldo Schneider  
Edison Andrino  
Dado Cherem  
Maurício Eskudlark

### COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Gilmar Knaesel - Presidente  
Darci de Matos - Vice-Presidente  
Angela Albino  
Silvio Dreveck  
Neodi Saretta  
Luciane Carminatti  
Renato Hinnig  
Antonio Aguiar  
Marcos Vieira

### COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

Moacir Sopelsa - Presidente  
José Milton Scheffer - Vice-Presidente  
José Nei A. Ascarí  
Dirceu Dresch  
Narcizo Parisotto  
Mauro de Nadal  
Dóia Guglielmi

### COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

José Milton Scheffer - Presidente  
Angela Albino - Vice-Presidente  
Gelson Merisio  
Dirceu Dresch  
Carlos Chiodini  
Moacir Sopelsa  
Dado Cherem

### COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Neodi Saretta - Presidente  
Taxista Voltolini - Vice-Presidente  
Ciro Roza  
Altair Silva  
Dirce Heiderscheidt  
Edison Andrino  
Gilmar Knaesel

### COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Dóia Guglielmi - Presidente  
Jorge Teixeira  
Gelson Merisio  
Altair Silva  
Luciane Carminatti  
Volnei Morastoni  
Moacir Sopelsa  
Antonio Aguiar  
Narcizo Parisotto

### COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Luciane Carminatti - Presidente  
Angela Albino - Vice-Presidente  
Jorge Teixeira  
Dirce Heiderscheidt  
Antonio Aguiar  
Gilmar Knaesel  
José Milton Scheffer

### COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Maurício Eskudlark - Presidente  
Carlos Chiodini - Vice-Presidente  
Sargento Amauri Soares  
Reno Caramori  
Ana Paula Lima  
Renato Hinnig  
Marcos Vieira

### COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Antonio Aguiar - Presidente  
Luciane Carminatti - Vice-Presidente  
Altair Silva  
Ismael dos Santos  
Sargento Amauri Soares  
Carlos Chiodini  
Dado Cherem

### COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Angela Albino - Presidente  
Jean Kuhlmann - Vice-Presidente  
Reno Caramori  
Volnei Morastoni  
Edison Andrino  
Dirce Heiderscheidt  
Gilmar Knaesel

### COMISSÃO DE SAÚDE

Volnei Morastoni - Presidente  
Antonio Aguiar - Vice-Presidente  
José Milton Scheffer  
Sargento Amauri Soares  
Jorge Teixeira  
Mauro de Nadal  
Serafim Venzon

### COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Jean Kuhlmann - Presidente  
Aldo Schneider - Vice-Presidente  
Silvio Dreveck  
Volnei Morastoni  
Mauro de Nadal  
Taxista Voltolini  
Gilmar Knaesel

### COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Serafim Venzon - Presidente  
Ismael dos Santos - Vice-Presidente  
Ana Paula Lima  
Dirce Heiderscheidt  
Carlos Chiodini  
Altair Silva  
Narcizo Parisotto

### COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE ÀS DROGAS

Ismael dos Santos - Presidente  
Ana Paula Lima - Vice-Presidente  
Antonio Aguiar  
Dado Cherem  
Reno Caramori  
Gelson Merisio  
Sargento Amauri Soares

<p><b>DIRETORIA LEGISLATIVA</b></p> <p><b>Coordenadoria de Publicação:</b> Responsável pela revisão dos documentos digitados, bem como editoração, diagramação e distribuição. Coordenador: Carlos Augusto de Carvalho Bezerra</p> <p><b>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário:</b> Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias. Coordenadora: Rita de Cassia Costa</p> <p><b>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</b></p> <p><b>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos:</b> Responsável pela impressão. Coordenador: Francisco Carlos Fernandes Pacheco</p>	<p><b>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</b></p> <hr/> <p><b>EXPEDIENTE</b></p> <hr/>  <p><b>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina</b> <b>Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves</b> <b>Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC</b> <b>CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500</b> <b>Internet: <a href="http://www.alesc.sc.gov.br">www.alesc.sc.gov.br</a></b></p> <p><b>IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXII</b> <b>NESTA EDIÇÃO: 44 PÁGINAS</b> <b>TIRAGEM: 5 EXEMPLARES</b></p>	<p><b>ÍNDICE</b></p> <p><b>Atos da Mesa</b> Atos da Mesa DL .....2</p> <p><b>Publicações Diversas</b> Audiências Públicas.....2 Atas de Comissões Permanentes .....36 Aviso de Licitação .....37 Extratos .....38 Portarias .....38 Projetos de Lei .....38 Projeto de Lei Complementar .....44</p>
---	--	---

## ATOS DA MESA

### ATOS DA MESA DL

#### ATO DA MESA Nº 045-DL, de 2013

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, em conformidade com o disposto no art. 50 do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONCEDE autorização ao Senhor Deputado Pe. Pedro Baldissera para ausentar-se do País, no período de 14 a 23 de novembro do corrente ano, a fim de participar da Missão à Itália, a convite oficial da Unioncamere Piemonte, para encontro com Governador, Presidente da Câmara de Comércio de Cuneo, representantes de organizações empresariais de Piemonte, seguido por audiência com o Papa Francisco, no Vaticano, e visita ao Presidente do Parlamento, em Roma.  
PALÁCIO BARRIGA VERDE, em Florianópolis, 24 de outubro de 2013.

**Deputado JOARES PONTICELLI** - Presidente

Deputado Manoel Mota - 3º Secretário

Deputado Jailson Lima - 4º Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

#### ATO DA MESA Nº 046-DL, de 2013

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, em conformidade com o disposto no art. 50 do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONCEDE autorização ao Senhor Deputado Edison Andriano para ausentar-se do País, no período de 2 a 17 de novembro do corrente ano, a fim de realizar viagem oficial à Bruxelas, Reino da Bélgica, com o objetivo de cumprir agenda oficial da União de Parlamentares Sul Americanos e do Mercosul (UPM), bem como cumprir agenda oficial junto ao Governo da República da Áustria.  
PALÁCIO BARRIGA VERDE, em Florianópolis, 24 de outubro de 2013.

**Deputado JOARES PONTICELLI** - Presidente

Deputado Manoel Mota - 3º Secretário

Deputado Jailson Lima - 4º Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

## PUBLICAÇÕES DIVERSAS

### AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PROMOVIDA PELA COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA PARA DEBATER OS PROBLEMAS DA AVICULTURA NO ESTADO DE SANTA CATARINA, REALIZADA NO DIA 26 DE SETEMBRO DE 2013, ÀS 17H, NO TEATRO MUNICIPAL DE NOVA VENEZA, NO MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA**

**O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS (Washington Luis Mignoni)**

- Autoridades presentes, senhoras e senhores, Boa-tarde. Nos termos do Regimento Interno do Poder Legislativo Catarinense, damos início a este evento, proposto pela excelentíssima Deputada Estadual Ana Paula Lima, através da Comissão de Agricultura e Política Rural da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc), presidida pelo excelentíssimo Deputado Estadual Moacir Sopelsa, com a aquiescência dos demais Parlamentares, que tem por objetivo debater os problemas da avicultura de Santa Catarina.

Para compor a mesa de trabalhos, convidamos as seguintes autoridades: excelentíssimo Deputado Estadual Dóia Guglielmi, membro da Comissão de Agricultura e Política Rural da Alesc; excelentíssimo Deputado Federal Ronaldo Benedet; Realdino José Busarello, gerente Regional da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri); Luiz Fernando Cardoso, Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional de Criciúma; Emir Tezze, presidente da Associação dos Avicultores do Sul Catarinense; Peter Johann Bürger, coordenador do Curso de Medicina Veterinária, representando o Magnífico Reitor da Unisul, professor Salésio Heerdt; Jonas Irineu dos Santos Filho, chefe adjunto de Transferência de Tecnologias da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa); Wilmar Warmling, gerente Regional da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (Cidasc); Thais Fidélis Alves Brúch, Procuradora do Ministério Público do Trabalho; Fabrício Kusmin Alves, Prefeito de Lauro Müller; Evandro Luiz Gava, Prefeito de Nova Veneza; Otávia Marroni, Defensora Pública, representando o Defensor Público-Geral do Estado Ivan Ranzolin; Padre Joel Sávio, repre-

sentando o Bispo Diocesano Dom Jacinto Inácio Flach; Elder Guedes, representando o Delegado do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) Jurandir Gurgel; Vanderlei Alexandre, presidente da Associação dos Municípios da Região Carbonífera (Amrec). (*Palmas.*)

Desculpamos a ausência da Deputada Estadual Ana Paula Lima e do Deputado Federal Décio Lima, que estarão presentes daqui a pouco. Por problema no traslado até aqui, eles chegarão um pouco atrasados.

Registramos a presença das seguintes autoridades: Edgar Preis, Vereador de Nova Veneza; Érico D'Amorim, Vereador de Forquilha; Osvaldo Fávaro, Vereador de Turvo; Rodrigo Nava, Vereador de Treviso; Gerson da Silva Mota, Vereador de Meleiro; Alceniluz Pereira (Neguinho), de Treviso; Jucimar Cesconetto, de Treviso; Eliandro Bett Giongo, Secretário Municipal de Agricultura de Lauro Müller; Vera Rocha Spirilli, assessora Parlamentar, representando o Deputado Estadual José Nei Ascari; Marcos Silveira, Vereador de Urussanga; Valmir José Cesconetto, Vereador de Lauro Müller; Valmor Picolo Ugioni, Vereador de Nova Veneza; Rodrigo Fenili, Presidente da Câmara de Vereadores de Treviso; Domingó Possato, Vereador de Treviso; Dimas Kammer, Presidente da Câmara de Vereadores de Forquilha.

O cerimonial comunica aos interessados em fazer uso da palavra que deverão se inscrever com a equipe do cerimonial. E pedimos a todos que desliguem os seus celulares.

Convidamos excellentíssimo Deputado Estadual Dóia Guglielmi, membro da Comissão de Agricultura e Política Rural, para conduzir dos trabalhos.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Dóia Guglielmi)** - Neste momento, eu quero saudar a todos vocês proprietários de aviários do sul de Santa Catarina, vocês que fazem esse excelente trabalho, que são integrados com as empresas nas quais temos as dificuldades da nossa comercialização. Quero dizer-lhes que realmente a Assembleia é solidária, identificamo-nos com a dificuldade de cada um de vocês e sempre estamos à disposição de todos.

Eu quero dizer que a Deputada Ana Paula Lima, proponente desta audiência pública, haja vista a situação do trânsito, deve se atrasar por trinta minutos. Mas nós vamos dar sequência a esta audiência para que também não atrasemos tanto o horário.

Aqui a gente vê pessoas de todo o sul do Estado, de todos os Municípios - Araranguá, Jacinto Machado, Turvo, Sombrio, Treze de Maio, Tubarão, Pedras Grande -, enfim, da Amrec, da Associação dos Municípios do Extremo Sul Catarinense (Amesc), da Associação dos Municípios da Região de Laguna (Amurel). Está muito organizada e muito unida. Portanto, congratulamo-nos com todos e fiquem à vontade.

Nós vamos dar início a esta audiência pública. Eu quero aqui cumprimentar a mesa, em nome do Prefeito que nos acolhe nesta tarde, e dizer da alegria de estar aqui na sua cidade. E em seu nome, Prefeito, saúdo todos os Prefeitos que aqui estão presentes, assim como o ex-Prefeito; em nome do nosso Vereador Betão Ranacoski, Presidente da Casa Legislativa de Nova Veneza, também cumprimento todos os Vereadores e ex-Vereadores de todas as cidades que se encontram presentes aqui. Ainda saúdo o Secretário Luiz Fernando Cardoso, que neste momento representa o Governo do Estado, e em seu nome cumprimento todos que representam a Cidasc, a Epagri, que também estão conosco nesta tarde. Quero também saudar os nossos colegas que representam os meus amigos Parlamentares aqui: os Deputados José Milton e José Nei.

Pela primeira vez Santa Catarina e o sul do Estado têm oito Deputados efetivamente muito unidos nas questões referentes ao sul do Estado, até porque são 20% do Parlamento Catarinense. Nós entendemos a dificuldade que temos no sul, a perda e o prejuízo que tivemos com o tempo que passou, mas não tenham dúvida de que, com a união desses oito Vereadores (*sic*) [*refere-se aos Deputados Estaduais*], juntamente com o Vice-Governador, estamos trabalhando muito para que se possa resgatar um pouco daquilo que perdemos ao longo do tempo com todos os atrapalhos e atravessos que tivemos com a duplicação de BR-101, com a mobilidade urbana da nossa região. Portanto, quero dizer-lhes que estamos solidários a mais este trabalho.

Neste momento, desejo cumprimentar o nosso Deputado Federal Ronaldo Benedet, através de quem novamente saúdo todos os nossos companheiros e as lideranças que estão aqui na mesa.

Agora, quero fazer a leitura que se refere à justificativa das empresas que os representam e que compram o seu produto para não estarem aqui presentes. Portanto, faço questão de ler a justificativa para que a gente possa realmente entender os motivos pelos quais eles não estão aqui conosco.

Primeiro, da Seara Alimentos Ltda., através do diretor Clever Pirola Ávila. Justificativa para ausência de evento da Seara. (*Passa a ler.*)

"Recebemos o honroso convite para importante Audiência Pública sobre a Avicultura Catarinense.

Tendo em vista que o Convite chegou em nossas mãos apenas dois dias antes do Evento, estamos tendo dificuldades de comparecimento em função de agenda já comprometida e de uma

situação de calamidade em várias regiões em nosso Estado, onde temos nossa sede e atividade produtiva, com enchentes decorrentes de chuva intensa principalmente no Vale do Itajaí.

Temos interesse em debater este processo, porém estamos impedidos na data proposta.

Assim sendo propomos uma postergação da Audiência em algumas semanas para que possamos estar presentes.

Certos da sua atenção

Atenciosamente

(a) Seara Alimentos Ltda." (*Cópia fiel.*)

Desejo registrar que o nosso cerimonial enviou novamente e-mails, durante a semana que nos antecedeu, e mais uma vez eles tentaram adiar, postergar esta audiência pública, para que a gente pudesse fazer dentro de quinze dias, pois eles gostariam de estar presentes. Efetivamente a audiência já tinha sido marcada e não foi possível o adiamento.

(*Passa a ler.*)

"Exmo.

Sr. Moacir Sopelsa

(...)

Presidente da Comissão de Agricultura e Política Rural

Florianópolis/SC

(...)

O SINDICARNE - SINDICATO DA INDÚSTRIA DA CARNE E DERIVADOS NO ESTADO DE SANTA CATARINA e a ACAV - ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE AVICULTURA, e suas Empresas Associadas, com nossos renovados cumprimentos a Vossa Excelência, vêm, por meio do presente, manifestar preocupação com a situação da produção diante das chuvas que atingiram o Estado de Santa Catarina neste último final de semana.

Considerando, a ocorrência dessas fortes intempéries, acompanhada de inundações bruscas, alagamentos, deslizamentos e as consequências deste desastre;

Considerando ainda, os danos, prejuízos, pessoas afetadas, residências danificadas pelas inundações, destelhamentos, granizo, os deslizamento de terras, que atingiram as propriedades de produtores integrados e dos Funcionários das Empresas Associadas e demais famílias envolvidas;

Considerando que SINDICARNE e a ACAV estão com a atenção direcionada para prestar apoio as famílias e as empresas atingidas;

Considerando a importância da Audiência Pública "Problemas na Avicultura de Santa Catarina" designada para o dia 26 de setembro de 2013 às 17h vimos através deste solicitar que a mesma seja adiada.

Certo de contarmos com a vossa compreensão, reforçamos nossos votos de elevada estima e consideração e aguardamos nova data, a ser agendada.

Cordialmente

(a) Clever Pirola Ávila." (*Cópia fiel.*)

Então, quero dizer a vocês que de qualquer forma, mesmo sem a presença das empresas na qual vocês são integrados, nós vamos dar procedimento à audiência para que possamos debater aqui os assuntos que nos interessam neste momento.

Também gostaríamos de convidar para compor a mesa o senhor João Réus Rossi, popular Juca, Prefeito de Treviso; o senhor Valdionir Rocha, Valdo, Prefeito de Morro Grande; o senhor Hélio Cesar, Alemão, Prefeito Siderópolis; o senhor Luiz Henrique Martins, Cuica, Vice-Prefeito de Urussanga; e o Vereador Alberto Ranacoski, Betão, Presidente do Legislativo Municipal de Nova Veneza, para que este possa representar todos os Vereadores aqui presentes. (*Palmas.*)

Neste momento, por solicitação da proponente Ana Paula, exibiremos rapidamente um vídeo, produzido pela TVAL - TV Assembleia -, para que todos tenham conhecimento dos assuntos relacionados à avicultura catarinense, especificamente do sul do Estado.

(*Procede-se à exibição do vídeo produzido pela TVAL.*) (*Palmas.*)

Queremos registrar a presença, a quem convidamos para também fazer parte da mesa, do senhor Marco Antonio Bertoncini Cascaes, Prefeito de Orleans. Ainda desejo fazer o registro de presença do senhor José Spiller, Vice-Prefeito, e dos senhores Edaltr Luiz Bortolotto, Eloir Minato, Edilson Silvestre Milanez (Xinho), Aroldo Frigo Júnior e Valmor Picolo Ugioni, todos Vereadores de Nova Veneza.

Para a sequência da nossa pauta, nós tínhamos combinado que começaríamos ouvindo o senhor Emir Tezze, presidente da Associação de Avicultores do Sul Catarinense, a quem concedemos a palavra.

**O SR. EMIR TEZZE** - Boa-tarde a todos. Primeiramente, eu gostaria de agradecer às autoridades presentes, aos Prefeitos, aos Vereadores, aos Deputados que vieram prestar solidariedade a nós por este momento tão difícil que estamos enfrentando. Nós gostaríamos de agradecer a todos os Prefeitos que se empenharam em nos atender nas suas cidades para nós fazermos as nossas reuniões e chegar aonde chegamos neste momento.

É lamentável a desculpa que a agroindústria nos dá neste momento, porque a gente está tentando negociar com eles desde dia 8 de junho, quando entregamos a pauta de reivindicações para eles. Eles não nos atenderam e agora vêm com a desculpa esfarrapada, como se fala, de que não podem se fazer presente por motivo de enchente. Para nós isso é lamentável.

Nós somos produtores de alimentos, e, na verdade, quero dizer para vocês que, se nós não nos organizarmos, nós vamos cada vez mais para baixo.

Mas nós também somos os grandes culpados por isso estar acontecendo porque não nos organizamos. Então eu quero chamar a atenção das autoridades - Vereadores, Prefeitos, Deputados - para que olhem por esses agricultores que moram no interior, isolados, sem saber dos problemas existentes.

Hoje este problema veio à tona aqui, e por isso desejo agradecer à Deputada Ana Paula por tomar a iniciativa de fazer esta audiência pública. Para nós, isso vai engrandecer ainda mais o nosso movimento. Nós não queremos fazer desta audiência pública nenhum palanque político. Nós precisamos de todos os partidos, que se engajem conosco nesta caminhada, porque nós precisamos de vocês, políticos. Agora, políticos sérios e honestos, porque nós temos muitos políticos corruptos, comprados pelas agroindústrias, que têm as suas campanhas financiadas e que não se interessam pelos produtores. Futuramente isso vai dar um reflexo muito grande no abastecimento, lá no supermercado. Vai haver um desabastecimento muito grande porque a média de idade do nosso produtor ultrapassa os 45 anos.

Então, quero dizer para vocês que é lamentável porque os nossos governantes não estão olhando para nós como pessoas dignas. Nós estamos sendo submetidos ao trabalho escravo dentro das nossas propriedades. Porque eles falam em integração, mas eu já digo outro nome: não é integração, é escravidão mesmo! Porque os produtores, além de trabalharem em sistema quase escravo, ainda sofrem assédio moral dentro das suas propriedades. Os técnicos dizem: se tu te associas na Associação, nós vamos te desligar da empresa.

Nós queremos juntar testemunha disso e abrir processo contra essas pessoas, porque isso é lamentável. Essas pessoas que veem fazer esse tipo de conversa com os produtores... Nós já estamos no terceiro milênio, minha gente! O tempo da escravidão já passou, mas parece que ainda não! Nós somos escravos dessas pessoas, reféns das dívidas de banco. Os gerentes dos bancos ficam ligando para as pessoas cobrando a dívida, acionam os avalistas. Com pressão psicológica pelo endividamento, pessoas estão tentando o suicídio.

Eu não quero me alongar muito aqui porque o doutor Ricardo, advogado responsável pela nossa Associação, tem algumas coisas para dizer. E eu teria muito mais a falar, mas agradeço aos Deputados, à Deputada Ana Paula, por terem concedido esta audiência pública, e a todos os Deputados que prestaram solidariedade a nós.

Muito obrigado. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Dóia Guglielmi)** - Registro a presença dos senhores Célio Elias, presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação de Criciúma e Região (Sintiacr); Marcelo Galvane, Secretário Municipal de Administração de Orleans; Jacinto Orben Perin, diretor de Agricultura de Braço do Norte, representando Wolnei Schueroff, Secretário de Agricultura e Meio Ambiente de Braço do Norte; Juarez de Oliveira, Vereador de Forquilha; Éder Clemente de Souza, presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Alimentação de Sidrolândia/MS; Valmor Zanelato, Vereador de Siderópolis; Albertino Viel, Secretário Municipal de Agricultura de Treze de Maio.

Neste momento, nós vamos ouvir a palavra do senhor Valtair Agenor da Silva, que faz parte da Associação de Avicultores do Sul Catarinense.

**O SR. VALTAIR AGENOR DA SILVA** - Boa-tarde a todos. Eu também sou avicultor e vou apresentar a vocês um cadastro socioeconômico que a gente fez dos agricultores da região.

(Procede-se à apresentação em PowerPoint.)

Dos 783 avicultores que nós temos, nós conseguimos fazer o levantamento socioeconômico se 269 avicultores, ou seja, 34% dos avicultores estão cadastrados hoje. Desses 269 avicultores que estão cadastrados hoje, 82% deles têm o seu aviário financiado no banco e apenas 17% não têm financiamento. Desses mesmos 82%, 13% deles estão com parcelas atrasadas, num total de débito de R\$ 1.083.500,00.

Os contratos rompidos, até agora cadastrados, dos 269: 12 integrados tiveram os seus contratos rompidos. Cinco deles não têm financiamento algum, mas sete deles estão com uma dívida de R\$ 1.090.000,00 no banco. Esse pessoal vivia única e exclusivamente da avicultura. Como eles vão fazer para pagar essa dívida agora? Será que nós vamos ter que arrancar o aviário da propriedade e colocar na frente do banco como garantia, agora? Porque vai ser o único meio de pagar!

Do endividamento. Hoje nós temos uma capacidade alojada de frango de 7.812.000, somente daqueles 269 que a gente tem o cadastro socioeconômico. Temos um capital investido total, informado

pelos avicultores, de R\$ 127 milhões. Em financiamento são R\$ 44 milhões e atrasados R\$ 1.083 milhão, que já foi explicado no cadastro anteriormente.

Aqui (aponta para a imagem) a gente fez um comparativo entre aves e capital investido, para que todos tenham noção do que há na sua propriedade. Então, é assim: nós temos um capital investido de R\$ 127 milhões e temos uma capacidade alojada de 7.812.300 frangos. Se dividirmos o capital investido pelas aves alojadas, nós vamos ter o valor investido por ave, que são de R\$ 16,26. Isso é o que a gente investiu por ave alojada.

Agora, na outra imagem, nós vamos ver que se nós temos o valor da ave de R\$ 16,26 e o valor médio que conseguimos, no meio daqueles 269 cadastros, o valor médio recebido pelos agricultores é de R\$ 0,37 por ave. Então, se a gente dividir um pelo outro, a gente vai ter o número de lotes para a quitação do investimento de uma maneira global. Nós vamos precisar de 44 lotes a R\$ 0,37 e depositar todo o dinheiro para pagar essa dívida. Levaria mais ou menos seis anos, porque nós levamos seis lotes por ano. Esses são valores informados pelos avicultores, ninguém inventou nada! Foram distribuídos cadastros aos avicultores, e eles preencheram.

Aqui (aponta para outra imagem) é praticamente para os avicultores. Se vocês tiverem um empregado na granja que trabalhe das 6h às 18h, num período contínuo, por trinta dias, o salário é R\$ 850,00, que é mais ou menos o salário básico do frigorífico. Não é o que tu merece! É o salário básico do frigorífico. Como são horas diretas, você vai ter direito... pela CLT são só seis horas, e quem tem empregado, que trabalha com empregado sabe disso, são seis horas. Então dariam 144 horas extras, dariam 48 horas extras só do final de semana, e teria direito a férias, teria direito a 13º salário, teria direito a média de férias sobre a hora extra e a média de férias sobre o 13º salário, num total (quem trabalha com empregado sabe disto) de R\$ 3.642,75. Quem fez isso foi uma pessoa que trabalha no RH -Recursos Humanos -, não foi inventado. Se alguém quiser contestar, pode contestar, mas aqui são dados reais, dados verdadeiros.

Mas não fica só nisso! Existem outros fatores. Por exemplo, se você tem um empregado na granja e se ele por acaso resolver sair e te botar na Justiça, no Ministério do Trabalho, você vai ter de pagar 20% do INSS dele! E você ainda vai ter de pagar 8%! São mais dívidas que serão acumuladas, junto com aqueles R\$ 3 mil que você tem de pagar, mais a multa de 40%, se ele for dispensado.

E os demais direitos? Estes direitos aqui (aponta para nova imagem), como nós não temos uma categoria legalizada, como não temos um marco regulatório, a gente nem sabe se vai ter ou tem estes direitos. Mas, a insalubridade. Vocês sabem onde vocês trabalham; vocês sabem a real condição de vocês: poeira, agentes químicos e biológicos, como já foi comentado na reportagem. Todo mundo sabe! E a periculosidade. Nós trabalhamos com energia elétrica, com parte mecânica; aqui, quem já não machucou a mão ou o dedo em uma granja? Ou levou um choque, por exemplo? Esses são alguns dados dos quais a gente deveria ter noção, deveria parar para pensar, e deveria começar a lutar pelos nossos direitos.

Aquela reivindicação nossa de R\$ 0,80, que nós vamos ver a seguir e já vimos na reportagem, é somente para cobrir os custos básicos e fazer alguns pequenos investimentos! Porque para investir mesmo, a gente sabe que tem de investir no aviário de cinco anos em cinco anos! É quando avançam as tecnologias, mudam as tecnologias, e aí eu tenho que mudar cortina, eu tenho que comprar forno novo. Então, de cinco em cinco anos, você faz um investimento grande no aviário. E se a arrecadação continuar como está, nós não teremos condições de nos manter na propriedade.

Era isso, muito obrigado. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Dóia Guglielmi)** - Também queremos registrar a presença do companheiro Alcimar Damiani de Bida, presidente da Cooperativa de Eletrificação Rural de Lauro Müller (Coopermilla); do senhor Rogério Frigo, nosso ex-Prefeito de Nova Veneza; do Padre Arcângelo Bussolo, da Paróquia de Treviso; e do Padre Itamar Moser, da Paróquia de São Marcos/Nova Veneza.

Nós temos mais uma pessoa que representa a Associação de Avicultores e que está inscrito para fazer o uso da palavra. É o senhor Waldir Fontanello Fabro, Vice-Presidente da Associação de Avicultores do Sul Catarinense, a quem concedemos a palavra.

**O SR. WALDIR FONTANELLO FABRO** - Boa-tarde a todos. Cumprimento o Deputado Dóia, todas as autoridades, o Prefeito de Nova Veneza, os Vereadores, os demais presentes e em especial os avicultores.

Para chegarmos nisso a que nós estamos chegando hoje, com três meses, quatro meses que temos da primeira assembleia até este dia, nós já temos registrada a nossa Associação com CNPJ, tudo certo... Já temos esses dados, que são até poucos, Valtair, mas isso a gente realizou com a ajuda dos delegados municipais saindo do seu trabalho para fazer, porque nós não temos uma pessoa paga para fazer esse trabalho, nós não temos um computador, nós não temos uma sede, nós não temos nada ainda. Então já é muita coisa! Eu acho que isso se deve a todos nós. Principalmente por quê? Porque hoje nós

estamos fazendo uma coisa que é do coração da gente, e a gente está fazendo no osso do peito, como a gente diz.

A gente não tem interesse político, partidário, a gente não tem nada disso. É como o senhor Emir muito bem falou: nós não queremos fazer da Associação um palanque político ou de outra forma. Mas nós precisamos que os políticos nos ajudem, sim, porque nós estamos ajudando os Municípios, os Estados e o governo federal.

Então é dessa forma que a gente quer passar. E também queremos passar que nós temos uma contribuição muito grande no desenvolvimento econômico do Estado, do País e da região. Por quê? Porque muito se fala que Santa Catarina é livre de febre aftosa sem contaminação. Quando vem uma missão do exterior, a primeira coisa é vir a Santa Catarina. Isso tudo, quem consegue? Dá licença, autoridades: não são as autoridades! Também, mas somos nós que trabalhamos! Hoje é o setor da avicultura que está aqui, mas tem a suinocultura, a rizicultura, o gado de leite - a gente tem uma campanha para chegar a um milhão de litros na região, no Estado, não sei. Então, por que tem isso? Porque nós investimos, nós estamos investindo!

Quando a gente vê uma pessoa que usou uma rádio da região, uma rádio de Orleans, representando as empresas, para dizer que a gente não investe, que no nosso trabalho nós não investimos, que é tipo alguém que está prestando um serviço para uma empresa grande e não investe na propriedade... Nós temos a questão sanitária em dia! Nós temos que melhorar os aviários, mas como vamos investir se nós não temos uma remuneração melhor? Nós precisamos ter uma remuneração melhor para poder investir! Ai, sim, nós vamos poder produzir mais. Mas a empresa tem que dar esse direito para nós e essa condição, porque nós não vamos tirar dinheiro do bolso!

Eu fiz um investimento no meu aviário que é o que nós temos de melhor hoje. Eu fiz de tudo para economizar, como todos nós fizemos! A gente fez cerca, a gente tirou madeira da propriedade, não contou com isso. Estou trabalhando lá com a minha família, com os meus filhos, mas isso é para nós! Isso não é para a empresa!

Ai a empresa vem dizer aqui que a enchente lá no Vale... Eu sou solidário com as pessoas que foram afetadas, mas não vir aqui, não ter um representante para mandar?! Eu sou vice-presidente da Associação, e nós temos o tesoureiro, o secretário, os diretores, os delegados regionais e municipais. Se o senhor Emir não pudesse vir, ele pediria para mim; se eu não pudesse vir, viria outro. Isso é um descaso!

Eu quero que cheguemos ao final desta audiência hoje com uma posição e com um prazo para as empresas se manifestarem (*palmas*), porque se as empresas continuarem nos ignorando... e quero dizer por quê. Porque como esse nosso movimento é ainda novo, mas com essa força, vocês não imaginam o que é a gente vir aqui e ver este teatro muito bonito, Prefeito, lotado. Nós deixamos o nosso trabalho, deixamos o nosso serviço! Eu toquei duas noites carregando frango, e a gente está aqui, como à maioria de vocês está deixando o serviço para vir aqui. Mas por quê? Se estivesse bom, como aquele diretor falou que 90% estava bom, nós não estaríamos aqui. Era mais difícil! Mas, infelizmente, para nós é o melhor momento para podermos nos organizar! Se der uma melhorada, que bom, nós já ganhamos! Mas não vamos abrir mão da nossa organização. É isso que nós precisamos fazer.

Outra coisa: eu peço para o nosso secretário colocar aqui o que as empresas fazem para a gente para iludir - eu fui iludido, como várias pessoas aqui! Eles mandaram um documento dizendo que, para construir um *dark house*, eles dariam um rendimento, para alojar 60 mil aves, de R\$ 39 mil por lote - R\$ 0,65 por cabeça/anual. Isso foi endereçado ao senhor gerente do banco, para dizer que iria produzir isso! Mas eu acho que a grande maioria que tem *dark* hoje não está conseguindo fazer isso, nem perto disso! Isso em março de 2011. Botando mais 10% ali, iria para R\$ 0,73. [*Taquígrafas-Revisoras: Denise Videira Silva e Almerinda Lemos Thomé*]

Isso não cobre ainda o custo de produção, porque a gente sabe que um aviário é feito para produzir aves, para produzir carne e produzir frango. Nós não podemos pegar um aviário, como se fosse um caminhão e transportar outro tipo de coisa. Então a nossa depreciação é muito alta. A gente pensa que está pagando o financiamento, pagando o aviário, e aquilo ali é lucro, mas, não é, porque a depreciação é muito alta.

Então, temos que botar isso na nossa cabeça, continuar nos organizando, fazendo o trabalho, tendo esse apoio que a gente tem dos Municípios, da região. Dos 23 Municípios, nós temos representantes e todos têm participado e ajudado, uns mais, outros menos, mas com empenho, e isso é gratificante!

Quero dizer mais, que quando emprestamos o dinheiro para fazermos os investimentos, o governo federal empresta, isso não é uma crítica pessoal, e se empresta R\$ 600 mil para fazermos aviários, automaticamente em torno de 40% são IPI, impostos em cima dos equipamentos. Então, R\$ 240 mil voltariam automaticamente.

Quando estou produzindo, já estou gastando combustível para transportar ração, já estou gastando energia e estou pagando

imposto. Eu estou produzindo frango e quando vendo o frango no mercado já estou pagando impostos.

Então, nós não podemos pagar essa conta sozinhos, estamos girando, porque se nós não estivermos produzindo não adianta o governo estar com o dinheiro e não emprestar. Tem que emprestar, para podermos pagar essa conta.

Portanto, lanço um desafio aqui: nós produzimos alimentos, então, teríamos que ter um juro subsidiado, não de 2%, tinha que ser juro zero para quem produz alimentos.

Quero agradecer esse espaço e dizer que temos bastante coisa ainda para passar e peço para todos terem paciência, vamos tocando, porque vamos ter bastante coisa para colocarmos. Acredito que estará aberto para todos poderem fazer suas perguntas.

Muito obrigado! (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Dóia Guglielmi)** -

Neste momento, vamos deixar com que as autoridades possam se pronunciar, mas eu queria pedir com muito carinho a gentileza àqueles que vão proferir a sua palavra que utilizem no máximo quatro minutos, porque têm várias pessoas que querem fazer uso dela e podemos tardar e ter dificuldades depois.

Com a palavra o senhor Vanderlei Alexandre, Prefeito de Forquilha. Sabemos que tem mais um compromisso fora da cidade, pode ficar à vontade.

**O SR. PREFEITO VANDERLEI ALEXANDRE (Forquilha/SC)**

- (*Cumprimento os membros da mesa e os demais presentes.*)

Todos que vieram aqui estão solidários com este momento. É preciso registrar que já tivemos outros momentos, aqui em Nova Veneza, principalmente, quando houve a crise da empresa Agrovêneto, no ano passado, também no Morro Grande quando tivemos a Tramonto com problemas e agora temos transição na Seara, em Forquilha, que também passa a ser JBS, então é um momento delicado para todos nós.

Temos aqui o Sérgio, que é do Movimento Econômico da Associação dos Municípios da Região Carbonífera (Amrec), que acompanha todos os números de cada Município.

Eu falava, agora, com o Prefeito de Morro Grande, lá já se sente o quanto que o Município perde quando não produz, também perde na economia do Município.

Por isso, estamos aqui, para dizer que precisamos, Deputado Dóia, que todas as autoridades que aqui estão se unam a nós com muita responsabilidade, porque sabemos que uma empresa grande como essa pode simplesmente, daqui a pouco, abandonar tudo e ir para outra região.

(*A plenária se manifesta e o orador pede calma aos presentes*)

Estou falando de uma realidade, porque já aconteceu isso em Jaraguá do Sul, já aconteceu isso em Brasília, ela é uma multinacional.

Acredito que o momento é bastante delicado, para muitos que estão aqui e muitos que não estão aqui, que é sempre assim, muitos preferem, às vezes, ficar em casa e não vir participar, aí todo mundo ganha nas costas de quem veio participar.

Gostaria de dizer que, em nome da Amrec, estamos solidários com este momento. Sou Prefeito de Forquilha e tenho uma indústria que representa 25% do que se produz de ICMS. A produção de agropecuária é muito importante.

Penso que daqui tem que se tirar uma reunião... e a JBS em Forquilha não se concretizou, vão assumir no dia primeiro ainda, então tudo isso é coisa nova para Forquilha. Para Nova Veneza e Morro Grande não, porque é um pouco mais antigo, mas tudo isso é consequência da crise do ano passado que veio até este momento.

Eu já transporte frango na época da Seara, em 1994 até 1996, então já estive em Lauro Muller, Orleans e outros Municípios, mas naquela época as estradas eram ruins e a gente tinha que amarrar com cantoneira os frangos, e eles cagavam na cabeça da gente. Mas o preço do frango na época e o transporte eram muito melhor. E quando vai modernizando parece que isso não vai sendo repassado ao produtor e nem para quem transporta. Essa equação tem que ser muito bem trabalhada para que possamos manter a empresa aqui e os avicultores em seus estabelecimentos, tendo resultado positivo e não dessa forma que vimos nesta apresentação, eu acho que ninguém quer trabalhar e nem fazer financiamento para não pagar.

Gostaria de deixar esse registro em nome da cidade de Forquilha, também como presidente da Amrec, ser solidário com este momento e dizer que estaremos à disposição. Está aqui o Presidente da Câmara, o Secretário da Agricultura, os Vereadores de Forquilha.

Eu vou pedir licença porque neste momento em Forquilha está acontecendo a reunião do colegiado de todo o Estado e tem a abertura oficial daqui a pouco, então vou pedir licença para me ausentar, mas fica aqui o nosso compromisso de estar acompanhando, participando das demais reuniões daqui para frente que ocorrerem.

Muito obrigado! (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Dóia Guglielmi)** - Com a palavra o anfitrião Prefeito Evandro Gava, de Nova Veneza.

**O SR. PREFEITO EVANDRO GAVA (Nova Veneza/SC)** - Gostaria de saudar a todos, parabenizar por este momento ímpar e importante; a Assembleia Legislativa, em nome do Deputado Dóia; ao Luís Fernando Cardoso, nosso Secretário Regional; ao Deputado Federal Ronaldo Benedet, e aí a nossa força na Bancada federal; ao Emir Tezze, que no seu depoimento sentimos a sua angústia e ainda bem que ele se desprende da vaidade pessoal em favor da causa pública, fazendo com que esta reunião de hoje virasse uma realidade, um marco importantíssimo, porque os Prefeitos sabem disso, os Deputados sabem disso, a classe política sabe o quanto é importante a união do povo.

Eu fiz uma referência quando a Associação foi criada em relação a esta união, estivemos vendo aí 269 associados, neste ato cabe mais de 350, está lotado, e tem mais de 350 pessoas aqui, ou seja, o que o Prefeito Vanderlei falou aqui é uma verdade, uma realidade. Nós precisamos buscar mais associados, porque a empresa é multinacional, ela trabalha com números e pelo que estou entendendo, os mais distantes, pela logística ela não está querendo aceitar muito não. Ela está querendo talvez modernizar e trazer mais próximo, e isso é preocupante porque cada Município, que aqui está representado através dos seus Prefeitos, os quais saúdo e agradeço a presença, eles sabem o que é a avicultura para a economia do Município.

Nós estávamos muito preocupados quando a Agrovêneta estava naquela situação, porque Nova Veneza, hoje, é forte, pujante pelo seu povo empreendedor e pelas empresas que aqui estão. E nós estávamos inseguros pelo seu futuro. A JBS veio, deu um alento, mas lá é uma parte e aqui está à melhor e a mais importante parte, a de quem produz.

Nova Veneza se coloca à disposição de vocês, dos avicultores, porque é com a união daquela parte e de todos vocês que a economia cresce. E o Prefeito Vanderlei usou muito bem suas palavras, precisamos estar unidos e precisamos nos organizar. [*Taquígrafo-Revisora: Dulce Maria da Costa*] E este momento eu entendo como fundamental, e uso aqui um exemplo deste final de semana, de como Nova Veneza é parceira.

O padre Itamar, que aqui está, fez um depoimento numa de suas missas, defendendo com muita propriedade, como diz ele, com números, e se precisar, estou aqui mostrando os números, do que vive a Avicultura.

Então eu saúdo e parabenizo o padre Itamar por estar aí defendendo essa classe que muito precisa do poder, tanto público, civil, quanto eclesialístico.

Quero dar o meu depoimento, a minha solidariedade, com participação, com comprometimento como órgão público, em fazer a ponte e a união entre vocês associados e a empresa JBS. Já estive conversando, liguei várias vezes, conversei com o Emir, que cuida do RH de Montenegro, perguntei a ele: o que está acontecendo, o que eu tenho a dizer àquelas pessoas que vão estar em Nova Veneza? Ele colocou que somos parceiros, agora precisamos modernizar. Mas a que custo essa modernização? Perguntei se eles viriam e me responderam que não poderiam estar aqui. Eu disse: aquela associação tem força e tem poder, e vocês não podem desprezá-la.

Quero aqui realmente parabenizar o Emir e toda a equipe envolvida aqui, porque é dessa forma que vocês irão conquistar o espaço que vocês merecem. Aqueles números lá refletem dificuldade e em muitos depoimentos se sente a emoção e a preocupação de poder perder até a propriedade, não apenas o trabalho e sim a propriedade.

Encerro parabenizando e conclamando a cada um de vocês, para que passem adiante a importância dessa Associação para as suas vidas. É isso que tem que ser dito, porque muitos vão na carona de vocês que botam a cara, por isso levem adiante esse desafio de não ficar em 34%, passar a mais de 50%, porque, aí sim, os representantes que aqui estão vão fazer e ter poder de barganha na hora da decisão.

Em nome do Município de Nova Veneza nós agradecemos e nos colocamos à disposição da Associação para representar também o Poder Público perante essa empresa.

Muito obrigado e um bom trabalho a todos vocês. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Dóia Guglielmi)** - Queremos registrar a presença do fiscal federal agropecuário e médico-veterinário Roberto Hausen Messerschmidt, neste ato representando o senhor superintendente do Ministério da Agricultura, Luiz Gustavo.

Com a palavra o Prefeito Fabrício Alves, de Lauro Müller.

**O SR. PREFEITO FABRÍCIO ALVES (Lauro Müller/SC)** - Boa-tarde, meu cumprimento a todos que se fazem presentes nesta tarde, autoridades, Deputados, Epagri e, principalmente, os membros da Associação dos Avicultores, Prefeitos e companheiros que estão aqui.

Já fui Secretário da Agricultura e acompanhei o momento no qual se instalaram no Município de Lauro Müller novos aviários, e como

Secretário visitei muitas propriedades, procurando acompanhar essa instalação e o desenvolvimento que estava chegando para aquelas pessoas. Pude acompanhar ali a esperança daqueles avicultores e a quantidade de esforços e de recursos que tinham que despender para poder ser um avicultor e ter a sua granja.

Não é só ter dinheiro, conseguir financiamento e ter investimento, muitas vezes aquele dinheiro é fruto do trabalho de uma vida inteira. Muito produtor de fumo, de verdura, de hortaliça, passa a vida inteira procurando juntar o recurso para fazer esse investimento e agora, infelizmente, se chega aqui e se vê essa dificuldade.

Todas as categorias de funcionários, de sindicatos, de empresários, todas elas têm o seu sindicato, a sua associação e seu representante. Parece que fazer parte da Associação dos Avicultores é alguma coisa que não é boa, que se pode ser pressionado. Não é assim! Vocês têm de se associar, fortalecer a associação, para que tenham poder de reivindicação e de saber o que está acontecendo.

Acompanho e conheço vários tipos de negócios, mas em nenhum a pessoa fica tão amarrada e tão dependente, porque a ração vem da empresa, o frango vem da empresa, o modo de trabalhar e o preço são ditados pela empresa, por isso vocês têm que valorizar e se associar, procurar a direção, o seu Emir, toda a diretoria e fazer esse movimento para poder engrandecer mais a categoria de vocês, porque tenho a certeza - tenho conversado com os Prefeitos e políticos e nós estamos ao lado de vocês para fazer o que for possível.

Por isso, desde o início, quando o seu Emir me procurou na Prefeitura, procurei dar todo incentivo a ele para que fizesse a Associação e procurasse defender, junto com vocês, o interesse de vocês.

Quero pedir ao Deputado Dóia e ao Deputado Ronaldo que reúnam os Deputados na Assembleia, na Câmara dos Deputados, expliquem a eles a situação por que estão passando os agricultores, a situação de dependência, a situação de ter toda uma vida jogada fora num investimento, porque a empresa não quer escutar aquele que é o mais importante, que é o produtor.

Levem aos Deputados, se organizem, contem também com a gente e defendam esses avicultores, porque eles precisam, mais do que nunca, do apoio também da classe política.

Muito obrigado. (*Palmas*)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Dóia Guglielmi)** - Muito obrigado, Prefeito Fabrício, com certeza acatamos seu encaminhamento.

Com a palavra o Prefeito de Siderópolis, Helio Cesa, o popular 'Alemão'.

**O SR. PREFEITO HELIO CESA - ALEMÃO (Siderópolis/SC)** - Boa-tarde a todos. Cumprimento e parabenizo por esta iniciativa o Deputado Dóia, o nosso Secretário Regional Vampiro, o Deputado Ronaldo Benedet, o nosso Prefeito Evandro, nossos colegas Prefeitos.

Fico à vontade, esta é a terceira reunião da qual participo, começamos no Rio Maior, aquela reunião que foi a primeira, tivemos outra reunião em Siderópolis, em Jordão Baixo, esta é a terceira reunião.

Siderópolis, há vinte anos, tinha 120 aviários; há quatro anos tinha 77 aviários, hoje há 60 aviários e já representou quase 27% da economia do Município de Siderópolis; hoje, representa um pouco mais de 13%.

Estamos aqui hipotecando solidariedade, que vem carregada de um tempero emocional, porque há muito tempo acompanho amigos que têm aviário, fala-se que é uma amarração, mas não é isso, Prefeito, é uma prisão. Sábado fui num casamento em uma comunidade de Siderópolis e senti falta de dois amigos: onde estão eles? Eles têm aviários, então não foram ao casamento do sobrinho. (*Palmas.*)

Eu só quero dar uma declaração: não devemos quebrar pontes, temos que ser inteligentes, fazer negociação com a empresa, porque, como disse o Prefeito Evandro, se a empresa vai embora aí mesmo que a coisa fica preta.

Acho que essa forma de organização que estamos iniciando, que é uma organização de baixo para cima, vai surtir efeito; e agora vai um pedido ao meu amigo Ronaldo Benedet, que a JBS, o BNDES é dono de quase 30% da JBS. É uma forma de pressão para mostrar a angústia dos nossos avicultores. Onde houver um agricultor e um habitante de Siderópolis infeliz, a classe política de Siderópolis está unida, prestando solidariedade.

Por isso estou aqui, porque vejo que os nossos avicultores estão infelizes, com sérias dificuldades. Nunca vi um negócio desses, Fabrício, onde as regras não são dadas pelos bancos, mas pela empresa e, além de tudo, a propriedade de vocês é a garantia de tudo, propriedade que, às vezes, levou duzentos anos para chegar a essa herança.

Estamos aí para sermos solidários a vocês, a classe política, porque o preço do frango, do arroz e do feijão depende de decisão política, e o preço da remuneração dos avicultores também vai ter que fazer parte de uma solução política.

Muito obrigado, estamos aí para ajudar vocês. Um abraço.

(*Palmas.*) [*Taquígrafo-Revisor: Eduardo Delvalhas dos Santos*]

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Dóia Guglielmi)** - Registramos a presença do senhor Henrique Guglielmi, diretor da SDR, de Criciúma.

Com a palavra, o senhor João Réus Rossi, o popular 'Juca', Prefeito de Treviso.

**O SR. PREFEITO JOÃO RÉUS ROSSI - 'JUCA' (Treviso/SC)** - Boa-tarde.

(Cumprimenta o senhor Presidente e os demais componentes da mesa.)

Eu queria dar um testemunho. Eu também passei pelo que vocês estão vivendo. Trabalhei quatorze anos na CSN e em 1990 ela fechou. Eu, aí, tinha adquirido alguma coisa, até uma casa na praia; vendi e construí um aviário. Resultado: quebramos e fomos trabalhar novamente de empregado. Graças a Deus tivemos oportunidade e hoje sou Prefeito, mas quero ser solidário a vocês nessa caminhada, porque realmente não dá para continuar dessa maneira.

O que o senhor João Bosco falou: dos R\$ 15,00 por frango, R\$ 0,40 é o que ganha o produtor. Aonde vai o restante? R\$ 14,60 para onde que vai? Treviso já teve 110 aviários e hoje está com 48, sendo que mais uns 10 estão à beira de fechar.

Então, eu quero parabenizar o seu Emir pela união. Já se tentou organizar essa associação em outros momentos, mas não deu certo. E, agora, está dando certo. Parabenizo a união e espero que todos os agricultores se integrem e se associem.

E quero mais, Deputado Federal Ronaldo: este País somente será melhor quando o avicultor e o agricultor tiverem realmente o seu direito e o seu ganho, para que eles possam permanecer no campo trazendo alimento para quem mora nos centros urbanos.

Parabéns a todos e vamos à luta!

O Município de Treviso está à disposição. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Dóia Guglielmi)** - Com a palavra, o Prefeito Valdonir Rocha, de Morro Grande.

**O SR. PREFEITO VALDIONIR ROCHA (Morro Grande/SC)** - Boa-tarde a todos.

(Cumprimenta o senhor Presidente e demais componentes da mesa.)

Quero colocar que, assistindo ao vídeo, a situação dos nossos avicultores é realmente chocante. Acho que está na hora de nós erguermos essa bandeira da agricultura, dos nossos avicultores e não termos medo se a empresa vai ou não fechar. Se ela fechar, não será por nós, avicultores, porque nós trabalhamos e damos lucros para a empresa (palmas). Então, não é o avicultor que vai fechar a empresa. Não é com o ganho de R\$ 0,40 que vocês, agricultores, ganham por frango que vocês vão quebrar uma empresa. Quem está sendo lesado e quebrado neste momento são os nossos avicultores.

Vamos ter que ter coragem, união. Que este encontro, que esta associação não seja fogo de palha que amanhã apague. Nós só vamos ter sucesso, se cada um de nós que sairmos daqui, levamos essa mensagem aos outros avicultores que ainda não tiveram coragem de vir. Levem esta mensagem a todos eles e digam que está na hora de todos nós erguermos a bandeira em favor dos nossos avicultores, defendendo as nossas causas. É com o trabalho, o suor de cada dia e de cada noite, de final de semana, com chuva, com sol e frio que os nossos brasileiros têm o pão de cada dia na mesa.

Convoco os Deputados Ronaldo e Dóia para que lutem pelos nossos agricultores na Câmara Federal e na Alesc. Vamos defender a agricultura! Como eu falei ontem à noite na reunião do Sindicato, ninguém como ferro, alumínio, ou plástico; comem aquilo que vocês produzem no dia a dia na agricultura. É o agricultor, é o avicultor que leva o pão de cada dia à mesa de cada brasileiro e que é, na maioria das vezes, ignorado.

Então, está na hora de os nossos políticos - os Deputados Dóia e Ronaldo estão engajados na luta dos agricultores - virem para o lado do agricultor e deixarem de ficar do lado das grandes empresas que, muitas vezes, financiam suas campanhas (Palmas.)

Eu vou fazer um pequeno comparativo; vocês podem até achar um pouco grosseiro de minha parte. Eu me criei na agricultura na época em que se trabalhava na lavoura com tração animal. Vocês acham que aquele boi, se soubesse a força que ele tem, ele ficaria na canga? Não ficaria. Vocês acham que se vocês soubessem a força que vocês têm, nós, agricultores, estaríamos numa situação destas? O agricultor não sabe a força que tem! É o agricultor que movimenta este país, que é a engrenagem principal da economia brasileira.

Não estou falando aqui como político ou como Prefeito, estou falando como filho de agricultor, como alguém que passou por isso que vocês estão passando. Isto aqui não é discurso político, não. Como falou o nosso presidente, não vamos fazer disso um palanque político; vamos fazer disso aqui uma luta pelos nossos agricultores. Quero deixar bem claro para vocês que o Município de Morro Grande está de braços abertos, apoiando os nossos agricultores por essa grande causa, para que a gente possa ter uma grande empresa e para que os avicultores ganhem o suficiente para sustentar suas famílias e seus filhos.

A nossa avicultura está envelhecida; daqui a dez anos, vinte anos, eu quero ver quem estará tocando um aviário, quem estará produzindo arroz e feijão; eu quero ver essas empresas comermos dinheiro, porque alimento elas não vão ter mais; não vai ter mais agricultor na roça trabalhando dessa forma.

Um abraço a todos.

Obrigado. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Dóia Guglielmi)** - Convido a nossa colega, Deputada Ana Paula Lima, para que componha a mesa, pois ela é a proponente desta audiência pública. (Palmas.)

Realmente, Deputada Ana Paula, este é um dia especial, com uma representação política muito importante, com entidades e autoridades presentes.

Eu também gostaria de convidar o Deputado Federal Décio Lima que está aqui para que fizesse parte da mesa. (Palmas.)

Deputada Ana Paula, quero lhe pedir, como proponente desta audiência pública, que presida a reunião a partir deste momento.

Eu gostaria de me pronunciar agora, pois às 19h30min eu irei a uma palestra sobre mobilidade urbana na Ambev, em Orleans.

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Ana Paula Lima)** - Com a palavra o Deputado Estadual Dóia Guglielmi.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL DÓIA GUGLIELMI** - Novamente, reitero o meu abraço a todos vocês e digo que é sempre uma alegria poder participar. Muitos daqui nos conhecem.

Deputada Ana Paula, nós somos de família de agricultores. O meu pai ainda convive com a agricultura e ainda sou o único Deputado de Santa Catarina que tem um plantio de fumo. Sei que muitos são contrários a essa agricultura, mas ela sustenta 56 mil famílias no Estado; orgulhamos-nos muito de ter também um sítio rural, mas é de lá que ainda tiramos algum sustento e onde temos arrendatários também.

Fico feliz de participar desta audiência requerida pela Deputada Ana Paula, muito bem fundamentada no momento em que vivemos. Entrando na esteira de alguns Prefeitos que nos antecederam, realmente a agricultura catarinense e o sul do Estado estão envelhecidos.

Falando com o Realdino, que aqui representa a Epagri, a gente tem dados levantados, segundo os quais, nos últimos dez anos, 32% dos agricultores foram para a cidade. Esse é um dado do êxodo rural que encontramos hoje. [ *Taquígrafa-Revisora: Sibelli D'Agostini* ]

Também tivemos Prefeito aqui comentando que o avicultor, no momento em que faz seus investimentos e começa a criar seus frangos, ele ganha R\$ 0,40, mas tem que se salientar que nesses R\$ 0,40 estão todas as despesas com água, energia, mão de obra, enfim, esse valor que ele ganha é bruto na venda do frango. Nós já vendemos frango até a R\$ 0,80 e hoje a média está entre R\$ 0,38 a R\$ 0,45, e nós temos um custo, Ana Paula, de R\$ 0,55 a R\$ 0,60.

Então não é justo, nós vivemos um momento em que a nossa região, do sul de Santa Catarina, principalmente, Deputada Ana Paula, Deputado Décio, Deputado Ronaldo Benedit, é a terceira economia da Amrec. Vejam o que se arrecada de impostos e a forma como gira o dinheiro na nossa região, é a terceira economia! Realmente nós temos que ver com muito bons olhos, não podemos também deixar acontecer da forma como vem vindo. Nós deixamos de ter três empresas para ter um monopólio na nossa região. Tezze, você que é o presidente da Associação, o Valmir que é um grande companheiro, os Vereadores também de Lauro Müller e toda a Associação e vocês que produzem, que são criadores de frango, este é o momento. Eu sei que essa angústia está alojada no peito de todos vocês, mas é o momento do agricultor dar o seu grito também de independência e dizer que ele tem autonomia naquilo que ele faz.

Isso é com o frango, isso é com o fumo, daqui a pouco vem o arroz, é com a banana, enfim, com todos os produtos e quem sofre é o agricultor. Eu não quero aqui falar em bandeiras partidárias, mas há muito tempo, Décio e Ronaldo, o nosso Brasil está sem uma política agrícola definida para a agricultura, e é isso que faz com que o agricultor muitas vezes saia do campo e vá para a cidade viver de salário, conforme discursos aqui, vender a sua propriedade e morar numa casa alugada.

Portanto, o Parlamento catarinense, eu não tenho dúvida, Ana Paula, que através da sua pessoa e de mim, vamos estar juntos *pari passu*, naquilo que nós pudermos e que é o entendimento de vocês. Por isso, eu quero ainda deixar aqui como sugestão um encaminhamento, nós não logramos êxito hoje, não tivemos a sorte da oportunidade das empresas mandarem seus representantes, mas eu gostaria, junto com a Deputada Ana Paula, se assim me permite, Deputada, depois vocês vão ficar e tirar um encaminhamento, para que a gente possa talvez daqui a 15 dias ou 20 dias fazer uma nova reunião, nem que seja com a Associação, para ter isso de frente a frente e estudar a situação que estamos passando no momento.

Contem conosco, um abraço e uma boa tarde. (Palmas.)

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Ana Paula Lima)** - Muito obrigada, Deputado Dóia, por ter presidido esta audiência no

início, em função do nosso atraso por conta da rodovia ter sido fechada em função da detonação de rocha. V.Exa. é um Deputado da região sul do Estado e no Parlamento catarinense nos orgulha muito com a sua representação, levando as demandas do sul catarinense, mas temos um grande trabalho aqui e é muito importante a união de todos os Parlamentares para tentarmos solucionar, mediar esse problema.

Mais uma vez agradeço, Deputado Dóia Guglielmi, a sua presença, e informo que o Deputado terá que se ausentar porque tem uma agenda no Município de Orleans.

Passamos a palavra ao Presidente da Câmara de Vereadores de Nova Veneza, Vereador Alberto Ranacoski.

**O SR. VEREADOR ALBERTO RANACOSKI (Nova Veneza/SC)** - Boa-noite a todos. Cumprimento a Deputada Ana Paula, que preside esta audiência, cumprimento os demais componentes da mesa, os agricultores e os dois Deputados Federais que aqui estão, se solidarizando com este ato, o Deputado Federal Ronaldo Benedet e o Deputado Décio Lima.

Eu queria falar em nome de tantos Vereadores que aqui se encontram e que estão acompanhando e se solidarizando com todos os nossos agricultores. Para ser breve, quero dizer que cada bairro, cada comunidade do nosso interior, onde estão instaladas as unidades dos avicultores, tem um Vereador, e esse Vereador tem se engajado também junto com vocês, por isso que estão presente aqui em grande número, principalmente os Vereadores de Forquilha, Siderópolis, Nova Veneza, onde neste momento deveria estar acontecendo a nossa sessão ordinária, foi suspensa para podermos participar deste momento.

Quero dizer que de tudo o que foi dito e apresentado, eu vejo como ponto forte o fortalecimento dessa Associação que se criou há poucos dias. Não devemos ter medo, deve se fazer presente e representar. Eu vejo aqui que se participou... Eu participei de outra reunião ali no Jordão Baixo, e timidamente tinham quarenta, cinquenta agricultores, hoje tem um número ainda maior, e assim sucessivamente. Cada vez que se fizer uma manifestação e houver uma reunião, cada vez teremos mais pessoas, e a base é os nossos agricultores, por que ter medo de uma empresa? Se a empresa diz que fecha e que vai embora, eu quero só relatar brevemente: eu me criei na agricultura e naquela época toda a propriedade tinha uma estufa de fumo, todos os agricultores eram produtores de fumo, era onde se acreditava que podia ganhar algum dinheiro plantando fumo, na época.

Pois bem, as indústrias de fumo, as fumageiras, as exportadoras se fundiram, se venderam, se organizaram e ficaram com o dinheiro e os nossos agricultores ficaram aqui com as doenças que o fumo originava, porque naquela época não se plantava fumo dentro da técnica e com cuidado. E hoje eu vejo quase da mesma forma, depois aqui em Nova Veneza, se nós lembramos, aqui tinha uma centena de produtores de suíno, também quebrou todo mundo. Não tem mais produtor de suíno aqui. E assim sucessivamente.

Dez anos atrás, lembrava o Realdino, tivemos a crise do arroz, quando em 2003 nós vendíamos arroz a R\$ 40,00 o saco e depois passamos a vender a R\$ 16,00 e o custo foi para R\$ 30,00. Quem consegue fazer essa conversão? Quem consegue achar essa equação? E agora eu vi, pelos números, que vocês estão apreciando aí, quer dizer, custa R\$ 12,00, R\$ 13,00 um frango lá na prateleira, mas no produtor é R\$ 0,40, onde ele fica sessenta dias, lá na prateleira ele fica um dia. É verdade ou não é?!

Então, os nossos Vereadores estão solidários, eu acho que nós temos um canal para falar com essa empresa, que eu sei o que vocês querem ver, que é essa planilha de custo, não é grandes coisas, vocês querem saber para onde está indo esse dinheiro. Então, quem está fazendo a convenção é a empresa, a quem se diz que o agricultor não tem preço na ração nem no frango, nem naquilo que ele implanta, então, tem que ir lá nessas empresas para ver onde está ficando esse lucro e eles terão que ser solidários e abrir essa planilha para que vocês possam conhecer e extrair alguma coisa para as nossas unidades produtoras.

Eu acho que esse canal é através da Assembleia Legislativa, através dos nossos Deputados da região, também se os nossos Deputados Federais se engajarem fortemente nisso, certamente terão acesso àqueles diretores, com os donos da empresa.

Então eu quero dizer que todos os Vereadores da nossa região são solidários a vocês, abracem essa causa, se reúnam, divulguem isso e estaremos aí sempre apoiando e juntos com vocês.

Um abraço a todos e muito obrigado. (Palmas.)

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Ana Paula Lima)** - Muito obrigada, Vereador Alberto Ranacoski, que é Presidente da Câmara de Vereadores de Nova Veneza.

Concedemos, agora, a palavra ao Vice-Prefeito de Urussanga, senhor Luiz Henrique Martins, o 'Cuíca', um incentivador e lutador na organização dos avicultores aqui do Sul do Estado, um grande parceiro que vocês têm aqui.

**O SR. VICE-PREFEITO LUIZ HENRIQUE MARTINS (Urussanga/SC)** - Boa-noite a todos.

Quero cumprimentar a Deputada, que propôs... nós estivemos junto com os avicultores na Assembleia Legislativa, com o senhor Tezze e toda a direção, neste dia estava presente o Deputado Federal, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, e a Deputada Ana Paula Lima, e dali surgiu a ideia de fazer uma audiência pública.

Quero dizer que estou participando do movimento desde o início, como foi falado, não tem cor partidária, todos os partidos, todos os Prefeitos, todo mundo está ajudando, eu estou sentindo a dor de cada avicultor, o trabalho que está passando, a dificuldade nessa atividade, mas a pergunta que fica é a seguinte: estão pagando R\$ 0,40, mas lá na bandeja, quando a gente vai comprar no supermercado, o valor é bem mais alto. [Taquigrafa-Revisora: Siomara G. Videira]

Se a empresa diz que está com dificuldade, se o avicultor está com dificuldade, então qual é o segredo, qual é a mágica? Então a gente tem que fazer o quê? Buscar essa planilha, saber o valor real, ver quem está falando a verdade. Eu sei que o avicultor... assim... aqui nós temos o exemplo do Deputado Ronaldo Benedet, uma pessoa extremamente esclarecida, que tem um aviário e sabe que não dá certo. O Prefeito reeleito de Treviso tem aviário, não dá certo. Conheço pessoas econômicas que sabem trabalhar, e não dá lucro. Tem alguma coisa errada!

Agora, o que eu estou percebendo porque eu estou ajudando a preencher esses cadastros, uma coisa que ficou caracterizada é o seguinte, a maioria das pessoas está querendo desistir da atividade, só não desiste porque não quer perder a sua propriedade que está como garantia nos contratos feitos com os bancos. Aí eu peço aqui para o Ministério Público do Trabalho e para a Defensoria Pública para proteger essas pessoas, porque o avicultor está sozinho contra uma empresa toda imponente, com todo o seu aparato e toda a sua força. Por isso a importância da Associação para sentar frente a frente com essas empresas.

De fato, que seja registrado aqui a dificuldade imensa de sentar com eles, inclusive eles não estão presentes aqui hoje.

Então, o Ministério Público do Trabalho e a Defensoria Pública estão aí para defender os interesses coletivos. E vocês estão precisando, porque o que houve nesta atividade, eu entendo, foi um estelionato. Por quê? Foi prometido rios de dinheiro, inclusive pessoas que trabalham na área urbana... eu quase cai nessa também. Eu cheguei a ir à empresa, pedi para entrar na relação, eu tenho um sítio em Urussanga, hoje vejo que teria feito um mau negócio.

Então, a gente vê exemplos aqui, como o do Deputado e de pessoas querendo aumentar sua renda, ter uma atividade extra, muitas pessoas querendo mudar a sua qualidade de vida, ter mais conforto, por quê? Com base naquele documento que foi mostrado aqui lá da Capivara Alta, que a expectativa de lucro é muito grande. Então, as pessoas investiram, só que depois as pessoas ficam presas ao banco, eles fazem as contas deles: oh, esse daqui não serve mais. E largam as pessoas, que ficam lá amarradas com o banco, a propriedade que vem de herança familiar, construída com todo o suor das famílias, pessoas que em grande parte vieram da Itália. É a característica da nossa região.

O que eu peço aqui para vocês, eu sei da dificuldade, lá mesmo na nossa cidade - e nós temos a presença de dois Vereadores que quero registrar, Vereador Beto e Vereador Marquinhos, além de alguns avicultores da nossa cidade, o Prefeito João tinha um compromisso e não pode vir, mas está acompanhando. Nós tivemos vários eventos na cidade de Urussanga - eu sei que tem muita gente com medo, há represália, mas falta contato com o colega, aquele que não está vindo, não vamos entrar em discussão, vamos tentar trazer para a Associação, para cada vez ela ficar mais forte e aí sim ter força para discutir; e pedir a força política estadual e federal que olhem para essas pessoas que estão lutando com uma empresa extremamente poderosa.

O que eu peço para vocês é que não desistam, que continuem com o movimento por que só vai ter vantagem para vocês. Muito obrigado. (Palmas.)

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima)** - Obrigada, Cuíca.

Com a palavra o Prefeito de Orleans, senhor Marco Antonio Bertoncini Cascaes,

**O SR. PREFEITO MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES (Orleans/SC)** - Queria cumprimentar a todos e a todas. Dizer que aqui neste público tenho muitos amigos e que eu sinto junto com eles essa grande dificuldade que os avicultores estão passando.

(Cumprimenta as autoridades já nominadas)

Queria expressar rapidamente aqui a minha solidariedade, a minha compreensão e o meu sentimento em virtude do que vocês estão passando. Emir, eu confio na tua Associação, na nossa Associação, e com certeza nós nos fortalecendo, nós juntos, seremos mais fortes.

Obrigado a todos e sucesso. (Palmas.)

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Ana Paula Lima)** - Muito obrigada, Prefeito Marcos, pelas suas palavras.

Nós iremos ouvir também os dois Deputados Federais. Primeiramente o Deputado Federal Ronaldo Benedet.

**O SR. DEPUTADO FEDERAL RONALDO BENEDET (SC)** - Uma boa-noite a todos. Começamos de dia e estamos indo noite adentro. Queria dar um encaminhamento à reunião para que a gente tenha uma conclusão e vocês também saiam daqui com alguma ação e com alguma atitude, porque nós conversamos só confessando as nossas mágoas e sofrimentos e solidariedades, o Emir Tezze vai sair daqui frustrado sem uma ação.

Então, para valer a pena, Presidente da Comissão e proponente desta audiência pública, Ana Paula, e o seu esposo Décio Lima, que é meu colega e amigo, Deputado Federal e Presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, a Comissão mais importante do Parlamento brasileiro, nós estamos aqui com eles é muito importante. Por isso eu disse que iria falar primeiro porque a autoridade mais importante fala por último.

Eu queria primeiro dizer de alguns dados que eu estudei o ano passado. Nós fizemos um movimento quando a Agrovêneta estava naquela de fecha ou não fecha, nós estudamos que 10% da economia da região carbonífera, nem estamos falando aqui da Tramonto, dependem da cadeia do frango. Só os agricultores, na economia da região, em torno de 4,5% na nossa economia, 10% são a cadeia do frango. E aí envolve as empresas, os empregados, os trabalhadores da empresa, os terceirizados, enfim tudo o que representa a cadeia do frango na economia da região carbonífera, e é muito forte e muito importante para todos nós.

Nós não podemos deixar de sair daqui hoje com uma pauta de ações junto ao governo do Estado, junto ao Governo Federal. Nós vamos nos propor a isso, não é, Décio? Também aqui estão o representante da Embrapa; o Luiz Fernando Cardoso (Vampiro), o nosso Secretário Regional que representa o Governador, focando nas ações do governo do Estado; a Cidasc. E que façam parte dessa comissão, porque acho que tem que criar uma comissão aqui, Emir Tezze - não vai reunir todo mundo, todo dia, toda semana, porque todo mundo tem trabalho a fazer.

Daqui já vamos tirar alguns pontos de pauta, eu acho, por exemplo, um deles, que nos disse aqui o nosso representante da Embrapa, o primeiro que a Lúcia colocou, uma anistia e a volta dos excluídos para a cadeia das empresas (*palmas*). Não pode ter sacrificados aqui. Nós somos do movimento político reivindicatório, tem que haver solidariedade com aqueles que por terem participado acabaram sendo, de uma forma ou de outra, excluídos por uma forma autoritária que estava no sistema dentro dessa cadeia do frango, e precisam ser reincluídos.

Segunda questão que acho muito importante é tirarmos uma pauta - outra questão fundamental que disse aqui o representante da Embrapa -, que eu vejo em outros Estados e outras regiões, ter um prêmio para quem tem financiamento, porque o custo que estão pagando para começar tem que ser remunerado, no mínimo, um financiamento. Eu dizia - também sou produtor, meu filho é que cuida da nossa pequena propriedade, nós temos dois aviários -: olha, ganhar pouco não é problema, o problema é pagar para trabalhar! Que é o que todo mundo aqui está fazendo. É verdade ou não é? Estamos pagando para trabalhar! (*Palmas*.)

E não se pode, nós que lutamos tanto pelos direitos dos trabalhadores, direito de liberdade, fazer com que pessoas sejam obrigadas a pagar para trabalhar. O Brasil já teve trabalho escravo, agora trabalha como escravo e ainda tem que pagar, isso que é o pior! E isso é o que está acontecendo com o frango na nossa região. Trabalhar com frango já foi falado aqui, R\$ 0,60, quando se ganhou no passado 56 era um grande negócio. Falaram aqui em R\$ 1, isso é um sonho!

Então, terceiro ponto de pauta... O primeiro é a anistia àqueles que foram excluídos. O segundo, a questão que nós temos que lutar junto ao Ministério da Agricultura, ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, ao governo federal - já fizemos isso com a maçã, isso está acontecendo com o arroz - todo mundo que tiver financiamento tem que ter aqui, agora, vão buscar no governo federal uma discussão de uma prorrogação para quem não continuar no frango e não quiser, poder substituir e ter um prazo prorrogado para poder pagar. Isso já aconteceu com outros setores da economia brasileira, na área da agricultura. [*Taquígrafa-Revisora: Sabrina Schmitz*]

Então nós vamos brigar por isso no Governo Federal, só precisamos levar a pauta com todas as justificativas. O quarto ponto, é que esta Comissão sugere que seja formada uma comissão com cinco, oito ou dez pessoas - temos a Lúcia, que é produtora, a Cidasc, os técnicos de universidades, a Unibavi, a Embrapa, as prefeituras -, de produtores e de pessoas que conhecem técnicos para nos dar uma assistência, sendo que ainda proponho irmos até Brasília para levar o assunto. Ofereço a minha casa para aqueles agricultores que desejarem ir à Brasília, não gastarão com hospedagem e nem com comida, mas a passagem não posso oferecer porque não dispooomos.

O quinto ponto é fazer uma ação com a empresa e eles vão ter que nos atender para conversar, não dá para conversar com 300, mas com uma comissão dá e me proponho estar lá porque também sou produtor e sei o que é o prejuízo. Não vivo isso, mas infelizmente vocês vivem, mas sei que está dando prejuízo porque tenho uma conta separada disso e esta conta já acabou, foi para o prejuízo, prejuízo mesmo. Nós estamos pagando para trabalhar e vocês com o suor de vocês e não podemos aceitar que as pessoas aqui no Brasil, que é um país moderno, se tornem escravas do trabalho e não tenham direito trabalhistas. Vocês são proprietários e isso é uma nova forma de fazer as pessoas virarem escravas e pagar para serem escravas.

Precisamos conversar com as empresas para eles ouvirem as reivindicações, que é a de dar anistia para quem foi excluído e a transparência, vocês têm que dizer... hoje meu filho me disse que descontaram um seguro dos R\$145. Meus aviários são todos segurados fora da exigência deles e eles querem cobrar duas vezes, se eu já faço seguro eles não têm que estar me cobrando, não é verdade? Então, é uma série de exigências, de descontos que eles fazem e não são transparentes.

Outra questão que eu vejo na condução de produtor é que a assistência técnica é ruim e se nós não conseguirmos produzir o que eles querem, é porque a assistência técnica é ruim. Eles dizem as exigências. Tem que se ficar o dia inteiro no aviário, o meu filho ficou o dia inteiro no aviário acompanhando e não mudou nada da produção. Se existe doença, eles não dizem o que é, não respondem, não falam qual é mal do frango, ou quais as precauções que devemos ter. Mandam alojar e depois se esquecem que tal produto estava dando tal doença.

Precisa existir uma via de duas mãos, quando eles exigirem algo de nós, não de vocês, eles têm que dar a contrapartida. Vocês têm se dedicado, dão o suor e a vida de vocês, mas eles também têm que dar uma retribuição para cada coisa que é feita, não pode ser unilateral. Tem que melhorar. O que querem melhorar? Coloquem numa pauta, melhora isto, isto e isto; vão investir tanto e vai ganhar quanto por aquilo. Ninguém está se recusando a fazer investimento porque já fez e se tiver que fazer mais alguma coisa no aviário faz, mas desde que tenha remuneração que possa pagar. Ninguém é otário ou burro de colocar dinheiro para depois não receber nada, então a pessoa para a sua atividade.

Quero sair daqui, para não sair frustrado, com uma pauta de reivindicações e com um plano de ação sobre o que nós vamos fazer em Brasília; a primeira ação é conversar com a empresa; a segunda é ir ao Ministério da Agricultura; a terceira é pedir ao Ministério da Agricultura e do Ministério da Fazenda uma prorrogação dos empréstimos, porque nós já vínhamos de um prejuízo grande no ano passado, ninguém contou isto, porque no ano passado quem era cliente da Agrovêneta, as empresas passaram dificuldades porque o milho e a soja aumentaram muito e os nossos frangos ficaram um comendo o outro. Ninguém teve lucro e o faturamento foi ruim. Era de R\$ 16 mil para quem tinha dois aviários e no ano passado o faturamento foi de R\$ 4 mil e tinha gente que tinha faturamento de R\$ 500 e no ano passado então todas as rendas, numa conta aqui, todas foram perdidas por conta de uma situação da empresa.

Agora, pagar entre R\$ 0,33 e R\$ 0,40 por frango, tendo todo o trabalho do avicultor e mais a energia elétrica é muito pouco, é quase nada, é para fechar mesmo. Então, se alguém pudesse hoje escolher trocar de atividade para procurar ter uma renda, todos iriam escolher sair da atividade do frango. É verdade, ou não é? É só uma alternativa, e é isto que vamos propor e vamos buscar.

Primeiro, entendo, e me proponho a ir, que devemos conversar com a empresa; segundo, ter uma conversa com o governo Federal no Ministério do Desenvolvimento da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e se ninguém lá puder nos ajudar nós vamos também até o Ministro do Desenvolvimento Agrário; depois a questão do refinanciamento e outras questões que vocês vão querer conversar.

Peço a Lúcia, que é boa de escrever, que propusesse ações para sairmos daqui com ações claras sobre o que vamos fazer para que não percamos daqui a pouco o objetivo da associação e ela perder credibilidade, porque não fez nada.

Estas eram as minhas colocações. Tinha outras questões. Obviamente que somos solidários e conhecemos a realidade e o sofrimento de cada um, mas se não sairmos daqui hoje com uma ação efetiva, vamos sair frustrados e vamos desanimar. Não vamos desanimar, vamos crescer e vamos lutar para que possamos fazer como fizeram as outras categorias, como o fumo e o arroz que melhoraram, bem como com a criação de suínos e a produção de leite. Vamos lutar porque o direito não atende a quem dorme. A gente não conquista o direito se não lutar e estamos propondo a luta através dessa pauta de reivindicações e de ações.

Boa-noite a todos e muito obrigado. (*Palmas*.)

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Ana Paula Lima)** - Obrigada, Deputado Ronaldo Benedet.

Antes de passar a palavra ao Deputado Federal Décio Lima.

Gostaria de saber se o senhor Roberto Hausen Messerschmidt, fiscal federal agropecuário, médico-veterinário que está representando o Ministério de Agricultura está presente. ( Pausa)

Com a palavra o Deputado Federal Décio Lima.

**O SR. DEPUTADO FEDERAL DÉCIO LIMA** - Em nome da minha esposa, a Deputada Estadual Ana Paula, que neste momento está presidindo os trabalhos, que requereu a realização dessa audiência, quero cumprimentar todos os membros da mesa e todos os presentes.

Quero saudar especialmente o meu colega, Deputado Federal Ronaldo Benedet, pela deferência de falar, que após sua explanação e colocações assino embaixo, mas gostaria apenas, num compasso, fazer alguns acréscimos.

Quero dizer ao Deputado Federal Ronaldo Benedet e a todos que estão nesta audiência que nós ombreamos as causas de Santa Catarina; não temos entre nós nenhuma disputa, a disputa que havia era mais pela generosidade e deferência do Deputado anfitrião em permitir que eu pudesse aqui falar depois das suas explanações.

Primeiro quero dizer que este momento não é um momento qualquer, é preciso ser dito aqui, porque em duas reuniões este segmento consegue reunir esta extraordinária capilaridade de força política. Aqui estão dez Municípios, pelas informações que eu tenho, desta região; aqui está a Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina institucionalmente (esta é uma reunião da Assembleia com uma parcela significativa do povo de Santa Catarina); aqui estão os Deputados Estaduais; estamos nós, eu e o Deputado Ronaldo, e podemos aqui afirmar, em nome dos 16 Deputados Federais e dos 3 Senadores que representam Santa Catarina, que aqui não tem ninguém fraco e esse é o recado que precisa ser dito para os grandes empresários, lá fora, os donos da cadeia produtiva. [Taquígrafa-Revisora: Jacqueline de O. V. Bitencourt] E o que se conseguiu através da organização rápida, ligeira, da mobilização, liderada pela presidência da Associação, é que aqui estamos nós, unidos, ombreados numa plataforma que representa parte significativa do povo de Santa Catarina, da produção catarinense, que tem a representação forte e firme da vida pública dos catarinenses, portanto, não se trata de um produtor endividado, humildemente batendo na porta de um banco para resolver o sofrimento da inadimplência que ele mesmo não causou.

Eu acho que esse é um sentimento que temos que afirmar aqui. Nós estamos diante de um movimento em que não há partido, não há discurso e o queremos produzir aqui, sobretudo, é uma pauta para aglutinar esse setor, que é importante para uma cadeia produtiva e econômica do nosso Estado e do nosso País. O que é produzido pela avicultura faz parte da cadeia produtiva da proteína que tem um alcance extraordinário e que impulsiona o Brasil a chegar à quinta economia do Planeta. Esse é o sentimento que temos que ter aqui. Não é ficar de cabeça baixa para ninguém; não é dizer para nós mesmos que eles são mais fortes e nós somos mais fracos. Isso não pode existir dentro do nosso coração e eu tenho certeza que é essa a expressão da liderança da Associação.

Uma segunda coisa que eu queria dizer aos produtores é que sabemos que o mercado é perverso. O mercado é assim, o mercado tem a lógica de o maior pisar no menor; o mercado cria uma porção de variáveis que às vezes a gente se surpreende. Os americanos, em 2008, se surpreenderam. Aquele império caiu porque o mercado surpreendeu a eles também com os impulsos da China, com os impulsos da Ásia e vocês sabem sobre a crise econômica que o mundo passou e que felizmente no Brasil, como disse o ex-Presidente Lula, foi, de certa forma, uma marolinha.

Agora, é preciso entender que estamos diante de outra coisa além do mercado. O problema não é o mercado, não é a crueldade do mercado, do preço do frango que sobe ou que desce. Nós não estamos vendo a produção cair na prateleira do supermercado, nós não estamos vendo a cadeia produtiva parar de exportar, pois o Brasil tem a extraordinária vocação de abastecer os mercados internacionais; o frango produzido continua saindo pelo porto de Itajaí abastecendo mercados como os dos Estados Unidos, da Europa, da Ásia. É produção nossa.

Nós não estamos diante de uma queda de preço por alguma sazonalidade que é muito comum na agricultura, onde a falta de generosidade do clima, em que a perversidade das intempéries climáticas abatem safras ou que deixam determinados setores com supersafras ou com algum outro problema que é decorrente do mercado. Não é isso. Tem algo aqui que é diferente disso. E aí eu acho que temos que estar atentos, que é justamente a preocupação além dos pontos que, com muita propriedade, o Deputado Ronaldo Benedet disse, e que eu queria falar aqui para os senhores.

Há um problema aqui, sério, onde a vítima está sendo o elo mais fraco. Nós estamos diante de um processo, de um monopólio de compra de grifes que conhecemos há anos na cadeia produtiva do nosso Estado e do nosso País que estão vitimando justamente o avicultor. (Palmas) E isso não é problema de mercado. Os senhores me desculpem. Isso não é problema de mercado. A palavra já foi dita aqui. O que os produtores estão sendo vítimas é de um verdadeiro estelionato. No Brasil não se permite mais esse tipo - nenhum mercado no mundo permite - de pilhagem, me perdoem a palavra chula, na economia do nosso País.

Ora, vêm aqui, fazem um acordo no laudo, depois inviabilizam o negócio das pessoas, endividam as pessoas, submetem as pessoas ao tal do Serasa, deixam-nas com fichas ruins para ficarem sem créditos, inclusive com problemas na sua biografia, e essas pessoas sabem por que isso está acontecendo. São os poderosos que estão atrapalhando tudo e estão criando uma coisa que é grave, que chega, no meu entender, ao limite do crime, numa palavra que já foi dita aqui. Estamos sendo vítimas nesse processo de um verdadeiro crime chamado estelionato. Enganaram os avicultores e nós não podemos nos submeter a isso.

Por isso, Deputado Ronaldo, eu acho que tem que mandar também além desses pontos, um recado para aqueles que foram notificados e que não vieram aqui. Eles estão sabendo desta reunião. E esse recado eu queria que V.Exa. colocasse na sua lista para que nós, já nesta semana, tomássemos providência. Esse processo de fusão das grandes empresas comprando a outra tem que ser submetido a um órgão fiscalizador do mercado e dos negócios brasileiros que está afeto ao governo federal, particularmente ao Ministério da Indústria e Comércio e ao Cade. Toda a junção desse tipo de empresa grande se submete ao Cade para que não haja *duping*, para que não haja *trust*, para que não haja quebraadeira da cadeia produtiva, para que não haja perversidade predatória nas relações econômicas da sociedade e isso está sendo analisado no Cade. Eles não podem sair por aí e comprar uma grande empresa ou uma cadeia produtiva e se juntarem sem que haja o atestado do governo federal.

Nós temos que dizer para os empresários que não é para irem lá bater na porta não, é para virem aqui conversar conosco para sabermos sobre essa história do preço ou nós iremos para o Cade. Eu quero ver se eles não vêm correndo aqui para tentar consertar essa situação. Além dessa agenda que precisamos desenvolver lá, também devemos chamá-los à responsabilidade dos prejuízos. Aí me parece que a Defensoria Pública veio aqui para proteger os interesses difusos, que é da sua finalidade; que haja essa tutela jurisdicional. Não é possível que nós pedirmos a arrolagem da dívida e esse prejuízo não seja assumido por aqueles que provocaram esse problema de inadimplência.

Nós vamos buscar a generosidade do governo federal no sentido de ser sensível na arrolagem de dívida, de rever as questões de crédito. Mas isso tem uma origem. Foi criado um dano para os avicultores e quem é que vai pagar esse dano para eles? Foi criado um dano na produção. Há os lucros cessantes, os lucros vindos e se alguém da Defensoria por aqui estiver sabe do que estou falando. Ah, sim, a doutora está aqui e eu falo aqui na condição de também ser o seu colega da Academia e na advocacia. Existe um prejuízo que alguém tem que reparar e, quem tem que reparar, é quem fez negócio e não está honrando com os avicultores.

Por fim, estou muito feliz por estar aqui em Nova Veneza neste momento. Eu tenho certeza que vamos sair daqui mais encorajados. Vamos pegar essa agenda e fazer um relatório - e acredito que a própria Assembleia Legislativa o fará - para que tomemos as providências a partir da semana que vem.

Deputado Ronaldo, estarei com V.Exa. já na segunda-feira para que possamos tomar as providências, inclusive, se deliberado, essa de denunciar o descaso com os produtores de Santa Catarina no Cade.

Muito obrigado. (Palmas)

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Ana Paula Lima)** - Obrigada, Deputado Décio Lima.

Eu quero cumprimentar os Prefeitos que aqui se manifestaram, os Vereadores presentes, o Secretário do Desenvolvimento Regional, a Epagri, a Cidasc, o Ministério da Agricultura, o Ministério do Desenvolvimento Social, os senhores e as senhoras, e em especial o presidente da Associação dos Avicultores do Sul Catarinense, Emir Tezze, porque se não fosse ele nós não estaríamos aqui.

Confesso aos senhores e as senhoras o quanto foi difícil manter esta audiência pública. A todo momento, em meu gabinete, eles queriam mudar o dia e o horário. Tanto é, que a justificativa de algumas empresas e de alguns sindicatos eu acredito que o Deputado Dóia tenha lido, mas até o dia de ontem eu tive que resistir a isso, porque foi uma série de preocupações que eles queriam que isso aqui não se organizasse, que a gente não viesse aqui ouvir vocês; que a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina tome um rumo. Eu fiquei dizendo para as pessoas que trabalham em meu gabinete que não daria para adiar a audiência pública e olhar nos olhos do senhor Tezze; como é que ia adiar uma audiência pública e ver a Lúcia que batalhou tanto? Como vou olhar nos olhos do Perin, que também insistiu e dizer que não dá? Então, a importância desta audiência aqui, vocês podem ter certeza, deixou muita empresa preocupada, tem muita gente preocupada com o que está acontecendo aqui hoje e mandaram um recado para mim ontem perguntando como iria acontecer a audiência pública. [Taquígrafa-Revisora: Iwana L. Lentz]

Vão lá que vocês vão saber como é que vai acontecer. (Palmas.) Vão lá! Vão lá ouvir os produtores, porque eu tenho certeza de que ninguém vai bater em ninguém, mas tem que ouvir essa gente que trabalha no dia a dia, que está passando por dificuldades, que tem dívida em banco, que tem aviário sendo fechado. Quando fecha um ninguém dá bola, fecham dois e ninguém dá bola. Agora, mexem com todos vocês, mexem com a organização de vocês. Tem que resistir, minha gente! Tem que resistir, porque em cima do trabalho de vocês tem muita gente ganhando dinheiro - e não é pouco. Por isso que eles ficaram muito preocupados.

Esta audiência vai acontecer, os encaminhamentos vão acontecer, porque quando batem na porta da Assembleia Legislativa tem que acontecer. Tem que acontecer. Por isso que veio tanto a representação do governo do Estado quanto do governo federal para gente fazer os encaminhamentos. Não podem mais ficar parados, de braços cruzados, quem tem o dever de estar acolhendo a nossa gente e de estar levando as suas reivindicações.

Então, Ronaldo Benedet, o nosso amigo aqui anotou os encaminhamentos feitos e nós vamos bater na sua porta, sim, e na do Deputado Décio Lima, para fazer, sim, as audiências no Ministério da Agricultura, no Ministério do Desenvolvimento Agrário, e eu acho que é imprescindível também fazer a denúncia no Cade, como falou o Deputado Décio Lima. Não pode uma empresa comprar outra e quem está fazendo o trabalho, os avicultores, estarem fechando seus aviários! Não dá, é monopólio, é impossível! Se Santa Catarina é o segundo Estado em produção de frango - já foi o primeiro - é graças ao trabalho de cada homem e de cada mulher presente aqui.

Então podem ter certeza: é muito importante esta reunião. Ela vai se alongar um pouco mais porque a gente não vai sair daqui sem ouvir todos que querem se manifestar. Mas agora nós vamos ouvir a representação do governo do Estado através da Epagri, da Cidasc, e depois do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Social, do Ministério do Trabalho aqui representado pela doutora Thaís, da Defensoria Pública, para fazermos um bom encaminhamento desta reunião e para termos as soluções que todos aqui querem.

Então eu passo a palavra agora para o senhor Realdino José Busarello, gerente regional da Epagri.

**O SR. REALDINO JOSÉ BUSARELLO** - Boa-noite a todos. (Cumprimenta os membros da mesa e demais presentes.)

Na verdade, o que nós queremos falar é rápido, devido ao adiantado da hora. O governo do Estado e o governo federal têm uma série de atividades, uma série de trabalhos que estão sendo feitos junto aos agricultores, mas que, isolados, na verdade não surtem resultados. Nós podemos falar dos trabalhos da assistência técnica, de MDA, da Epagri; nós podemos falar do Juro Zero, do Mais Alimentos; nós podemos falar do calcário, dos kits forrageira, dos um milhão de litros de leite e de uma série de outros trabalhos que nós fizemos em conjunto; da questão da defesa sanitária, que a Cidasc aqui do Estado é quem faz... Não adianta nós fazermos essas atividades isoladas, nós temos que fazê-las em conjunto.

E este é o momento em que nós estamos aqui por causa do seu Emir. Se o Emir e mais um grupo de produtores não tivessem iniciado esse trabalho junto com os sindicatos de produtores rurais e junto de outras lideranças... Ai eu incluo a Epagri, que através de Lauro Müller foi descendo, juntando e fazendo esse bolo, e hoje nós temos a organização dos avicultores do sul catarinense. Assim está acontecendo, Deputado, também em Santo Amaro da Imperatriz, naquela região de São Pedro de Alcântara e em outras regiões do Estado. E a Epagri, sempre que tem um grupo de produtores se organizando - também é missão nossa, de governo do Estado, e pelos repasses e convênios com o governo federal -, também é missão nossa estarmos juntos na organização e no encaminhamento das atividades, assessorando naquilo que é nossa função.

Foi falado em assistência técnica deficitária. Nós queremos dizer que essa deficiência técnica deve-se aos integradores para com seus produtores, visto que foi bem esclarecido que no momento em que o técnico chega à propriedade do produtor, ele faz algumas solicitações técnicas, mas o produtor de frango não sabe qual resultado vai ter depois que ele implementar essas ações, essas atividades - muitas delas de ordem, principalmente, de salvaguarda, sanitárias e ambientais. E o produtor, com isso, na verdade, onde ele tinha um preço recebido, hoje ele está recebendo, talvez, 30% ou 35% do que recebia anteriormente a isso.

Nós notamos que não é só revolta; na verdade, é o ajuste de cadeia produtiva, e quando há o ajuste de cadeias produtivas o que está acontecendo normalmente é que sofre o produtor. Nós vimos isso no arroz, nós sentimos isso no fumo, nós sentimos isso nos suínos e em outras cadeias produtivas que também já fizeram seu ajuste.

Então cabe agora, neste momento, justamente entrarmos com os encaminhamentos que vocês e a mesa irão propor antes que seja tarde, para que não tenhamos mais esses números tristes: 32,8%

dos que moravam no campo, há dez anos, hoje não estão mais. Hoje são empregados, estão na cidade ou talvez buscando uma tal Bolsa - porque essas Bolsas são as salvaguardas contra a miséria, e é isso o que nós não queremos. Na verdade, o governo tem que usar salvaguarda contra a miséria, mas nós não podemos tirar o homem do campo para que ele venha a se utilizar dessas salvaguardas contra a pobreza e contra a miséria.

Então, contem com a Epagri, contem conosco. Nós estamos com vocês nessa caminhada. (Palmas.)

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Ana Paula Lima)** - Muito obrigada, Realdino, pela sua manifestação.

Os Prefeitos pedem licença para se retirar porque eles tinham uma reunião agora, urgente, no Município de Forquilha. Eu agradeço a presença de todos e os encaminhamentos desta reunião a gente envia depois para os senhores.

Eu passo a palavra para o senhor Wilmar Warmlend, gerente regional da Cidasc de Criciúma. Se nas manifestações o senhor pudesse fazer algum encaminhamento, tanto do governo do Estado quanto do governo federal, a gente também já agradece.

**O SR. WILMAR WARMLEND** - Boa-noite a todos. Quero cumprimentar a Deputada Ana Paula e dizer da nossa satisfação, realmente, de estarmos aqui também unidos e solidários a esta cadeia produtiva que é responsável por um percentual significativo do PIB catarinense. Também saudar os nossos Deputados Federais; o nosso colega de Ministério, Roberto; saudar aqui os meus companheiros de empresa: Margarida, que é a nossa coordenadora regional de Defesa Sanitária Animal, o doutor Gérsio, o Camilo, que é da regional de Tubarão, o Frederico, e também a nossa colega lá da regional de Tubarão. Enfim, saudar todos vocês, heroicos e sobreviventes avicultores.

Dizer que a Cidasc também vê com muita preocupação o problema, haja vista a preservação do nosso status sanitário, do nosso controle sanitário, que tem sido modelo e exemplo em nível de Brasil. E é por isso que precisamos, cada vez mais, intensificar os nossos trabalhos, e com essa preocupação, Deputada, nós vimos esse momento de transição onde a matéria-prima, principalmente pintinhos e ovos de outros Estados, acaba também adentrando o Estado de Santa Catarina. Isso exigirá, também, um controle mais rigoroso e significativo para não correremos o risco de estar recebendo aqui - podemos até falar uma palavra um pouco pesada - o lixo que às vezes acaba vindo para cá, e saindo daqui a coisa que realmente interessa.

Então nós precisamos, realmente, intensificar os trabalhos. Precisamos fazer com que a nossa equipe, que tem prestado um excelente trabalho na defesa sanitária animal de Santa Catarina, realmente redobre seus cuidados.

Também quero salientar a preocupação com as Instruções Normativas do Mapa, que obrigaram o registro de alguns aviários e que, eventualmente, poderão entrar como desculpas de fechamento: "A Cidasc fechou porque não tem registro". Então, essa manifestação nós já fizemos em 2010, por ocasião da Agroponete, em Criciúma, onde nós alertamos para que em 2012 não fossem rejeitados alguns aviários por conta de um trabalho que não foi realizado e não foi encaminhado por culpa dos RTs e também do controle das agroindústrias junto aos produtores.

Quero também salientar que a 10.366 dá total liberdade, não só liberdade, como também compromisso de o produtor levar ao conhecimento do serviço oficial qualquer anormalidade ou qualquer necessidade de visita de um técnico oficial para verificar problemas possíveis de sanidade na sua propriedade. [Taquígrafa-Revisora: Carla Greco Granato]

Sabemos que esta gestão tem sido problemática em algumas propriedades, mas queremos esclarecer que a Cidasc está à disposição do produtor sempre que for necessário e sempre que comunicada for. Nós temos e vamos intensificar, inclusive, nosso trabalho de controle em função dessa grande preocupação que temos neste momento de transição.

Muito obrigado! (Palmas.)

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Ana Paula Lima)** - Muito obrigada, Wilmar.

Gostaria de fazer uma correção. A doutora Thaís é Procuradora do Ministério Público do Trabalho. Daqui a pouco ela vai fazer uso da palavra.

Passo a palavra agora ao senhor Roberto Hausen Messerschmidt, fiscal federal agropecuário, que neste ato representa o Ministério da Agricultura.

**O SR. ROBERTO HAUSEN MESSERSCHMIDT** - Boa-noite a todos. Gostaria de cumprimentar, diante do adiantado da hora, a Deputada Ana Paula e todos os presentes da mesa.

Sou fiscal federal agropecuário há 14 anos, mas sou filho de pequeno produtor e produzo leite há mais de 25, 30 anos, junto com meu pai, no Rio Grande do Sul, e sem muitos anseios de madrugada, sábado e domingo.

Um país só vai ser forte se o produtor for forte e tiver o que todos os outros aqui falaram, todo mundo trabalha e esse trabalho tem que gerar lucro e isso é muito importante.

O Ministério da Agricultura é excelência aqui no Estado de Santa Catarina na parte de saúde animal. E eu coloco o Ministério da Agricultura na pessoa do superintendente, o doutor Luis Gustavo Balena, que infelizmente não pôde estar presente, à disposição para apoiar no que for decidido aqui, sejam os produtores, sejam os colegas aqui da Assembleia e os Deputados Federais.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Ana Paula Lima)** - Obrigada, senhor Roberto.

Passo a palavra ao senhor Elder Campos Guedes, representando o Delegado do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), senhor Jurandir Gurgel.

**O SR. ELDER CAMPOS GUEDES** - Boa-noite a todos.

Cumprimentando os membros da mesa, em especial os avicultores aqui presentes, agora recentemente organizados aqui na região sul, transmito o abraço do nosso Delegado Jurandir Gurgel a todos vocês.

Gostaríamos de destacar neste momento que pouco temos na verdade para contribuir diante de tudo que já foi colocado sobre a questão da apropriação da realidade aqui expostas, que já é de senso comum, e que é do nosso conhecimento, porém a grave situação que nos chama a atenção é a baixa remuneração que é incompatível com os investimentos pesados que os avicultores historicamente fizeram na sua estruturação produtiva. Essa é uma questão que muito nos preocupa. Outro fator que merece toda nossa atenção é sobre a exclusão produtiva.

Então, um recado que trazemos aqui, fazendo um apanhado do Manual do Crédito Rural, principalmente no que toca essa questão do endividamento do avicultor, é que já temos de uso corrente das resoluções do Conselho Monetário Nacional - pactuadas com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf), que defende os interesses da agricultura familiar, Brasil a fora - resoluções específicas que amenizam essa situação crítica do endividamento. Ou seja, independente de consulta ao Banco Central, os agentes financeiros hoje têm a autonomia de repactuar com os mutuários do Pronaf as dívidas que eventualmente não possam ser honradas anualmente devido à incapacidade de pagamento do mutuário que seja motivada por dificuldade de comercialização, frustração de safra ou eventuais ocorrências prejudiciais ao desenvolvimento das explorações.

A baixa remuneração dos lotes de frango trabalhados pelos avicultores, aqui reunidos e representados, é um motivo mais do que justificável para servir como embasamento dessa renegociação. Hoje, temos um indicativo que para os agricultores familiares de perfil pronaifano, os agentes financeiros trabalham com o risco integral dessas operações, para o perfil de público do avicultor com investimentos um pouco maiores. As instituições financeiras têm autonomia de trabalharem com um valor de até 8% das parcelas vincendas no ano daquilo que foi aplicado em nível de financiamentos do crédito rural para a agricultura familiar, que hoje em Santa Catarina gira em torno de 2 bilhões/ano, que representa 10% do montante anual do crédito disponibilizado para a agricultura familiar, e é aplicado em Santa Catarina. E nós trabalhamos com uma taxa de adimplência de 98% no nosso Pronaf, resultado do trabalho da assistência técnica, da nossa extensão rural, das políticas públicas de incentivo da agricultura familiar, trabalhando crédito agregado às políticas de garantia de preço, de seguro da produção agrícola e assim por diante.

Então, diante dessa margem, se fossemos considerar a margem bruta, os agentes financeiros teriam automaticamente uma margem de 6% do que é aplicado anualmente dos recursos do Pronaf no Estado para procederem sem consulta ao Banco Central essa renegociação de dívidas. Esse é o principal recado que teríamos para transmitir aos presentes. E essa renegociação de parcela anual se dá de uma forma bastante desburocratizada, diretamente pactuada com o agente financeiro e garante a repactuação de pelo menos duas parcelas.

Sabemos que é uma condição que não faz milagre, que a regulação do mercado é algo que muitas vezes foge ao controle do poder público, mas foram citados vários instrumentos e artifícios que poderão ser articulados e certamente estarão sendo no sentido de regular a questão do mercado dos avicultores, na relação com as integradoras.

Então, nós destacamos e parabenizamos principalmente a questão da organização das cadeias produtivas, como o da fumiicultura e da suinocultura, que sofrem de mazelas semelhantes. O setor do leite vem conseguindo se segurar na organização da comercialização por meio das cooperativas da agricultura familiar. E nós parabenizamos essa iniciativa dos avicultores aqui da região sul e sentimos que estão no caminho.

A delegacia do MDA está à disposição para articular também além dessas resoluções já de uso corrente do Manual de Crédito Rural,

ou seja, para eventuais intervenções especiais a fim de dar um alento para esse endividamento que se verifica.

Muito obrigado! (*Palmas*)

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Ana Paula Lima)** - Muito obrigada, Elder.

Concedo a palavra à doutora Otávia Marroni, Defensora Pública, representando excelentíssimo Defensor Público-Geral, Ivan Ranzolin, para fazer a sua manifestação.

**A SRA. DEFENSORA PÚBLICA OTÁVIA MARRONI** - Boa-noite a todos.

Gostaria de cumprimentar os membros da mesa e a cada um dos avicultores aqui presentes.

Antes de tudo, gostaria de apresentar-lhes a Defensoria Pública, que é um órgão novo no Estado de Santa Catarina e acabou de ser implementada em abril deste ano. Muitas pessoas se questionam o que seria e quais as atribuições da Defensoria Pública e o que ela está fazendo num evento como este.

A Defensoria Pública presta assistência jurídica integral e gratuita para todas as pessoas que não têm condições de pagar um advogado, e muito mais do que isso, além de ter uma atuação jurídica, no sentido de ajuizar as ações, ela presta orientação jurídica, individual e coletiva. E é sobre isso que eu queria falar.

A Defensoria Pública pode titularizar uma ação que defende o direito de cada um dos senhores individualmente e ao mesmo tempo os direitos da categoria e o direito da coletividade que vocês compõem. Com uma única ação a gente obtém resultados jurídicos para cada um de vocês e beneficia a categoria. Então a Defensoria Pública está aqui para se colocar à disposição, para titularizar essa ação, em nome dos avicultores, em nome da Associação. (*Palmas*)

A minha proposta, Deputado Décio Lima, fala na reparação dos danos. Então, o interesse da Defensoria Pública, além de responsabilizar civilmente essas empresas ainda pode revisar as cláusulas contratuais abusivas, pode rever essa questão da onerosidade excessiva, que fica a cargo sempre do avicultor. E para isso, o que a Defensoria Pública precisa? [*Taqui-grafa-Revisora: Dulce Maria da Costa*] Precisa que essa comissão proposta pela mesa visite a Defensoria Pública, que não tem sede em Nova Veneza ainda, mas há uma sede pertinho, em Criciúma, na frente do fórum. São cinco defensores públicos à disposição dos senhores, para conhecerem melhor, para que se possa fazer um apanhado e apurar esses prejuízos, porque a Defensoria Pública não tem conhecimento disso ainda, para que se possa rever esses contratos, junto com os senhores, junto com a Comissão, junto com o presidente do Sindicato.

Espero a visita dos senhores lá na Defensoria Pública, em Criciúma, para que se possa conversar de pertinho sobre essas questões e não ficar só na conversa, para que se possa ajuizar mesmo a ação coletiva.

Muito obrigada pela atenção. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Ana Paula Lima)** - Obrigada, doutora Otávia Marroni.

Passo a palavra para a senhora Procuradora do Ministério Público do Trabalho, doutora Thaís Fidélis Alves Bruch.

**A SRA. PROCURADORA THAÍS FIDÉLIS ALVES BRUCH** - Obrigada, Deputada Ana Paula.

Eu a felicito pela iniciativa de promover esta audiência pública, clamando todos os articuladores sociais. Nós vamos chegar à finalidade, que é reequilibrar esse contrato de parceria.

O que cabe falar é que o seu Tezze compareceu ao Ministério Público, na oportunidade, e foi atendido pelo Procurador do Trabalho, doutor Luciano Leivas. Essa denúncia foi distribuída a mim; eu instaurarei o inquérito civil, que está em processo incipiente, em coleta de provas.

Tenho uma experiência no que se refere à relação dos integrados no meio oeste catarinense, onde trabalhei há mais tempo, em Joaçaba. Lá, diferente daqui, já havia uma organização dos integrados e, não muito diferente, as dificuldades são muito similares, talvez idênticas, ainda que seja com uma empresa de uma concorrente do mesmo segmento.

O Ministério Público tem envidado esforços para tentar diminuir os danos sociais que toda essa cadeia produtiva vem sofrendo. Então, desde os contratos com os parceiros, as pessoas que fazem a apanha de aves, até o pessoal que trabalha no chão de fábrica, com essa pujança econômica que a agroindústria hoje apresenta, muitos danos sociais estão acompanhando, e infelizmente e quem sofre é o povo.

Foi feito um estudo em relação à concessão de benefícios por incapacidade de todas essas pessoas que trabalham nessa cadeia produtiva, e o número é assustador. As pessoas que estão trabalhando na parceria têm graves problemas osteomusculares e respiratórios. Há um estudo dos parceiros do Braço Norte.

Em relação especificamente a essa parte do contrato de prestação de serviços dos integrados, lamento que a outra ponta não tenha vindo, porque seria uma oportunidade ímpar, já que é muito

salutar que o diálogo social se inicie, porque só assim nós vamos progredir, mas no inquérito civil possivelmente em breve as empresas estarão lá.

Até no corpo da denúncia do senhor Tezze, há menção ao Termo de Ajustamento de Conduta firmado pela outra empresa do ramo, muito forte, com o Ministério Público. Lá em Chapecó, à época firmado pelo doutor Marcelo, hoje Desembargador do TRT da 4ª Região. Ainda não tive oportunidade de conversar com o outro Procurador que assumiu a sua Banca, para saber dos efeitos práticos que se teve com esse TAC, esse Termo de Ajustamento de Conduta.

Já foi ajuizada uma ação civil pública nesses mesmos moldes também, já teve andamento, em relação ao pessoal do oeste, não do meio oeste. Agora é o momento de ver qual o caminho melhor a seguir, porque eu já sei dos resultados da ação civil pública, os resultados que ela atingiu, e talvez agora esse momento de diálogo social com a empresa, antes de qualquer tomada mais drástica, seja mais importante.

Vamos ouvir as partes - possivelmente o representante de vocês vai comparecer ao Ministério Público, juntamente com os representantes da empresa -, vamos apresentar a pauta de reivindicações e em cada item a empresa será questionada e terá oportunidade de se manifestar. Assim iremos avançar.

Parabenizo todas as autoridades aqui presentes. Esse é um assunto complexo e demanda que todos os Poderes, todas as entidades se unam para que consigamos melhorar a qualidade de vida a fim de que os trabalhadores tenham um trabalho digno e que sejam bem remunerados pelo que fazem, porque o trabalho, além da "contraprestividade" pecuniária, é uma forma de construir a sua narrativa de vida.

Muito obrigada. (Palmas.)

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Ana Paula Lima)** - Obrigada, doutora Thaís.

Com a palavra o Padre Joel Sávio.

**O PADRE JOEL SÁVIO** - Boa-noite a todos e cumprimento a Deputada e os demais representantes.

Neste momento represento o nosso Bispo Diocesano dom Jacinto, que está em Lages.

Primeira resposta à pergunta: por que a Igreja é envolvida nesta audiência, uma audiência pública, desenvolvida por forças políticas? Porque as pessoas envolvidas nesta audiência são pessoas, e grande parte delas, olhando para os rostos, nós reconhecemos, fazem parte das comunidades, são pessoas que conhecemos e sabemos do sofrimento pelo qual estão passando, por isso também queremos estar ligados a esse movimento.

Segundo: quando foram apresentadas as propostas aqui, Deputado Ronaldo, com o qual temos caminhado há bastante tempo, me preocupa que, assim como a Igreja, temos um vício que é a demora. Nós temos alguns defeitos, como os cronogramas, as pautas, as reuniões, e isso demora até chegarmos ao entendimento, isso se pode alongar durante meses até que saia uma resolução lá em instância maior.

Citou-se o caso do Ministério do Trabalho em instância federal, quando sabemos que, também dentro do Ministério, existem Deputados ligados à plataforma ruralista. Isso me preocupa.

Terceiro: é claro que nos preocupamos com o imediato, as pessoas vivem do imediato, muitos destes que estão aqui, em seis meses vão estar com uma dívida muito maior do que eles pensavam ter em dez anos. Enquanto estamos preparando pautas, laudas e reuniões, eles estão endividados. O que vamos fazer por eles? Nós temos bons discursos, mas a nossa prática é lenta.

Agradeço à Defensora Pública, Otávia. Foi um discurso bom, bonito e realmente eficaz. Nós temos um meio de lutar de forma imediata pelos nossos problemas e não podemos ficar esperando que a chuva venha quando quiser, precisamos ir atrás dela, precisamos algo imediato para esse povo. Há pessoas que estão aqui e que, tenho certeza que não terão mais outra oportunidade de, em seis meses, estarem nessa mesma situação. Precisamos de algo imediato, urgente e não apenas reuniões para o futuro. Serão boas, serão necessárias, mas precisamos de algo imediato, por isso, além daquela agenda, recordar coisas urgentes que precisam ser feitas.

Quarto: gostaria de falar para o seu Emir, em especial para você, em nome de todos os agricultores que estão aqui, que a Igreja não pode ajudar vocês apenas rezando. Não, não só com orações nós vamos resolver esse problema. Vocês fazem parte - e uma pequena parte - de uma grande massa que nós, como Igreja, conhecemos.

A região entre a Amesc e Amrec e também a região de Orleans, até mesmo a Diocese de Tubarão, temos aproximadamente seiscentas mil pessoas que moram naquelas Associações e dentre elas em torno de 65% a 70% são católicas, portanto temos em torno de quatrocentas mil pessoas. Nós podemos movimentá-la; se for preciso, senhor Emir, nós vamos movimentar.

A Lei da Ficha Limpa saiu graças à ajuda da massa popular. Outras obras e outras leis estão saindo graças ao envolvimento das

pessoas. Se for preciso, senhor Emir, junto com as Dioceses de Santa Catarina - cujo sofrimento e sacrifício já conhecemos -, também vamos entrar na luta com vocês.

Contem com a Igreja Católica! Não vamos nos aquietar mesmo diante de discursos inflamados que são ditos aqui ou em qualquer outro lugar. Discursos são discursos, o que salva é a prática. (Palmas.)

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Ana Paula Lima)** - Obrigada, Padre Joel, que bom que a Igreja está para se somar nesta luta. [Taquígrafo-Revisor: Eduardo Delvalhas dos Santos]

Com a palavra o senhor Jonas Irineu dos Santos Filho, chefe adjunto de Transferência de Tecnologias da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), de Concórdia.

**O SR. JONAS IRENEU DOS SANTOS FILHO** - Boa-noite a todos. Feliz por estar aqui é meio complicado; talvez fosse melhor não estar com este problema, daí seria bem mais feliz.

Vou tentar ser objetivo. Eu tenho uma dívida, porque já foi pedido que eu viesse aqui fazer o cálculo do custo da produção. No mês passado estivemos no Mato Grosso do Sul em uma discussão semelhante a esta e há duas semanas estivemos em Chapecó, com um comitê paritário, também discutindo este assunto. Em 1996, discutimos o endividamento da suinocultura. Então, eu sei que é preciso discutir.

Todo mundo já falou tudo o que tinha para ser dito. A Associação tem que ser maior do que 38%. Se a gente não tiver uma associação grande, é difícil ter condições de negociar. Isso é fato. A indústria senta à mesa; se a Associação conseguir se fortalecer; senta, porque eu sentei com eles no Mato Grosso do Sul, em Chapecó e em Minas Gerais. Então, a gente está nessa discussão em vários Estados. É possível; eles vão sentar.

Eu não vou falar de dívida, financiamento em avicultura... dos antigos que se tinha, nenhum deles são pagáveis. Não precisa fazer conta. Nós brigamos muito para ter um financiamento com doze anos, treze anos de carência; precisamos transformar aquele velho neste novo, com taxas de juros de 3,5%. O Estado se comprometeu a diminuir essa taxa de juros. Quer dizer, tem solução, mas é preciso continuar fortalecendo a Associação. Não existe como discutir sem associação, porque com associação a empresa senta. Eu não vou dizer se a Embrapa senta, porque ela é o menos importante nesse processo.

Obrigado. (Palmas.)

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Ana Paula Lima)** - Muito obrigada, senhor Jonas, aqui representando a Embrapa.

Com a palavra o senhor André Tartare, da Associação de Avicultores do Sul Catarinense.

**O SR. ANDRÉ TARTARE** - Boa-tarde a todos e a todas. A planilha que eu vou lhes apresentar é do custo de produção do *dark*, e não o da Amrec.

Nós sentamos com alguns produtores de frango de corte que têm *dark* - eu e mais alguns colegas temos um aviário *dark* - e elaboramos uma planilha levando em conta o que gastamos para produzir em um ano, em média.

(*Procede-se à apresentação de imagens em PowerPoint.*)

Foi levado em consideração seis lotes por ano, num aviário *dark* com alojamento médio de abate de 56 mil aves por lote.

Então, seria em torno de 45 metros de lenha, a R\$ 45,00 o metro, totalizando R\$ 2.025,00; energia, em média, R\$ 3.500,00 por lote; legalmente, três funcionários para fazer o turno de 24 horas, totalizando R\$ 12.416,00 por lote; apanha, R\$ 0,06 por ave, dando R\$ 3.088,00 por lote. Contador: com o *dark*, ele supera o mínimo que seria para um pequeno produtor e tem de ter despesas com contador; por ter também registros de funcionários, seria R\$ 300,00 por mês; em dois meses, R\$ 600,00 por lote. Medicamentos: ainda tem alguma empresa que cobra o medicamento do produtor - R\$ 1.200,00 por lote. Combustível, R\$ 350,00 por lote; seria o combustível para o investimento da cama, para o óleo *diesel* e para o gerador. Insumos (é o acidificante de cama), R\$ 980,00; nesse caso, seria o cal virgem. Manutenção, R\$ 1.000,00 por lote; é esse o consenso sobre o que, basicamente, se gasta por lote para manter motores, correias, geradores, cerca, tudo em ordem.

Continuando, hora/máquina: dez horas de máquina a R\$ 75,00 a hora, R\$ 750,00 por lote; isso seria trator para mexer cama, transportar lenha para os aviários. Serviços gerais dentro do pátio - tratamento de água e manutenção de filtro -, R\$ 783,00 por lote; tratamento de água é cloro, soda, sulfato, e manutenção do filtro químico. Papel pardo, para forragem de cama, R\$ 240,00 por lote. Lâmpadas incandescentes - é um valor aproximado, tem gente que gasta mais, outros gastam menos -, R\$ 120,00 por lote. Eletricista, R\$ 150,00 por lote; é o serviço de manutenção de eletricista, o eletricista não vai de graça a uma propriedade para fazer a manutenção elétrica. Cama do aviário, valor médio de R\$ 525,00 por lote; é mais ou menos o valor médio que custa por caminhão de cama de casca - na minha região custa um pouco mais, aqui para baixo custa um pouco menos, varia pelo frete. Produtos de limpeza, R\$ 193,00 por lote, para manter

área de serviço, escritório em dia e limpos. Financiamentos: R\$ 11 mil por lote - esse é o valor do financiamento mais antigo; pode variar entre R\$ 11 mil e R\$ 18 mil por lote o valor do financiamento. Fundo Rural, R\$ 750,00 por lote. Depreciação do aviário, R\$ 8.800 mil por lote; é uma conta um pouco complicada de se entender, então não vem ao caso eu explicar agora; leva em consideração o que se gasta com depreciação de cortina, de equipamento, de estrutura física. Custo total de produção do lote: R\$ 49.361,00; dividido pelo número médio de frangos entregues, daria um custo de R\$ 0,88 por lote. É o custo que hoje o produtor que tem *dark* está gastando e não sabe, recebendo aí R\$ 0,45. A nossa empresa fechou semana passada com R\$ 0,42, em média, o aviário *dark*.

Então, hoje o principal problema, que é consenso entre as empresas, é que o aviário *dark* não se paga, tendo alto investimento em tecnologia e em produção. Quem tem *dark*s, ou *dark*, ou climatizado, sabe como ele funciona: ele precisa de um alto investimento. E, se ele não tem renda, como a gente vai manter ele funcionando?

Era isso. Obrigado. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Ana Paula Lima)** - Muito obrigada, André.

Com a palavra o senhor Ricardo de Alcantara, advogado da Associação dos Avicultores do Sul Catarinense.

**O SR. RICARDO DE ALCANTARA** - Boa-noite.

(*Cumprimenta o senhor Presidente e os demais componentes da mesa.*)

Na verdade, a minha participação hoje se deve a um pedido do senhor Emir porque quando foi criada a Associação era importante e necessário, por força de lei, de um advogado assinasse o estatuto. Como o senhor Emir já era meu cliente, ele esteve no escritório, conversou conosco e pediu que intercedêssemos, que assinássemos esse contrato, esse estatuto, e que prestássemos assessoria jurídica à Associação. Naquela oportunidade eu lhe informei que a assessoria não seria exclusivamente para a Associação, seria também para os avicultores, porque eu já tinha experiência nisso e de antemão sabia o quão difícil seria para vocês levarem adiante não somente a formação da Associação, mas a defesa dos interesses de vocês.

Tudo que precisava ser falado já foi dito aqui; foi relatado, dito todos os detalhes e a forma de se fazer a defesa. Mas eu diria um pouquinho mais. Não é tão simples assim como se pensa. Vai ser preciso um trabalho muito árduo, e eu vou dizer o porquê: semana passada estiveram no meu escritório, juntamente com senhor Emir, três avicultores que tiveram suspenso o fornecimento de aves. Eu solicitei os contratos que eles tinham de integração com as empresas e, após ler esses contratos, no meu conceito, percebi que não é contrato de integração, mas de desintegração do avicultor. Examinando esses contratos, eu percebi que somente tinham direito as empresas e mais ninguém.

Isso não vem só de agora e não é só nesse contrato. [*Taquígrafa-Revisora: Sibelli D'Agostini*] Se nós analisarmos um pouco para trás, vamos ver que só quem tem levado vantagem até agora são as empresas. As empresas colocam condições para vocês agricultores, para os Prefeitos, que muitas vezes dão o chão da granja por obrigação de compromisso com a empresa, pois a empresa só permite aquela granja ser instalada se eles derem o chão, as estradas de acesso para essas granjas, as quais têm que ser quase como um asfalto. Tudo isso é exigido, além de outras coisas mais.

O Poder Público investe e está aqui presente. Estão aqui os Prefeitos, a Assembleia Legislativa, a Câmara dos Deputados, a Igreja, o Judiciário - através da Procuradoria da Justiça do Trabalho, da Defensoria Pública, da Ordem dos Advogados do Brasil, que eu represento como membro do Tribunal de Ética da OAB do Estado de Santa Catarina -; os avicultores estão aqui, mas as empresas não se fazem presentes e são as que mais se beneficiam do dinheiro, inclusive do governo. (*Palmas.*)

Para resumir tudo o que já foi dito, o que me preocupa é o pão do dia a dia de cada um desses agricultores, porque não têm mais de onde tirar; alguns estão saindo para arrumar emprego, porque não têm mais frango para cuidar, não têm mais alojamento, não têm mais nada. E o pior é que as dívidas e os bancos estão chegando. Além do que, Deputado Décio, não é só necessário examinar na pauta isso também, é preciso verificar com os órgãos competentes por que esses financiamentos vêm, e teoricamente com juros baixos, mas a instituição financeira, a agência bancária, o gerente só libera o dinheiro para o avicultor se este fizer operação casada, ou seja, financiamento disso, seguro daquilo, Ourocap disso e não sei mais o quê. Isso é crime e tem que ser verificado também. Aqui quase todos têm seguros, têm títulos de capitalização, enfim, essa é a minha preocupação e eu gostaria que isso entrasse na pauta.

Eu ainda peço um minuto para dizer um detalhe: a dificuldade é tão grande, Deputada, que eu pedi para esses agricultores, através da secretária da Associação, que me conseguissem um profissional que fizesse um estudo e um laudo, simples, técnico, dizendo quanto

custava para o agricultor esse financiamento dele e em quanto tempo recuperaria esse dinheiro que ele pegou no banco aplicando na sua granja. E não foi possível porque alguns órgãos do governo que foram procurados inclusive se negaram a fornecer esse laudo. Então, é importante que se olhe isso.

Estou à disposição da Associação como sempre estive, e vamos trabalhar. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Ana Paula Lima)** - Obrigada, senhor Ricardo.

Com a palavra o senhor Alcir Damiani de Brida, presidente da Cooperativa de Eletrificação Rural de Lauro Müller (Coopermila).

**O SR. ALCIMAR DAMIANI DE BRIDA** - (*Cumprimenta os componentes da mesa e os demais presentes.*)

Eu sou presidente da Cooperativa de Eletrificação em Lauro Müller, a gente está sentindo na pele as dificuldades do nosso avicultor. Eu também sou avicultor e em 2010, infelizmente, fui induzido a entrar neste negócio, que por um ano foi bem. O que eles nos prometeram, que era em torno de R\$ 0,70, R\$ 0,75, no primeiro ano a gente conseguiu, mas de lá para cá já está em R\$ 0,35, hoje. Tirei o meu filho do trabalho, que estava empregado como técnico agrícola da Cooperalfa, na filial de Braço do Norte, para atuar no aviário, no qual aplicamos mais de R\$ 500 mil, achando que estava investindo numa empresa que seria autossustentável, que lá se poderia ter um ganho, que a gente poderia manter a família, e infelizmente... Nós tínhamos um funcionário, e hoje eu estou lá com o meu filho tocando o aviário, porque não temos condições de pagar um funcionário. Então, essa é a realidade e isso já foi dito aqui.

Eu quero dizer que os avicultores vieram aqui, mas muitos outros não vieram porque não queriam perder meia hora, uma hora, duas horas. Porém, eu acho que ganhei o meu dia vindo aqui hoje, pois pelo menos a gente vai embora com um pouco de alento; uma esperança está se abrindo aqui com os nossos Deputados Federais, com as autoridades públicas, que estão se oferecendo para nos ajudar.

Mas, como falou aqui o padre, a coisa tem que ser para hoje, não pode ser para amanhã, porque muita gente não tem como pagar o seu financiamento. E os bancos estão pressionando. Falou aqui o representante do MDA que os bancos teriam que ter uma margem, mas quem vai lá conseguir convencer o gerente do banco a protelar o nosso financiamento? Eu quero ver quem vai lá, porque eles não estão aceitando. E lá no contrato tem multa, tem juro; esse nosso financiamento nunca mais vai terminar, se não conseguirmos pagar a parcela em dia.

Então, quero conclamar cada um que esteve aqui hoje para que vá lá, para que convença o seu companheiro a vir fazer parte da Associação, porque nós precisamos fortalecê-la. Em poucos não vamos chegar muito longe.

Também desejo falar que a empresa espalha por aí que, se nós apertarmos eles, eles vão para o Mato Grosso. Eu quero dizer que, se eles forem para o Mato Grosso, o frigorífico vai ficar, e se eles ficarem, nós vamos abater os nossos frangos, vamos construir uma cooperativa e vamos abater os nossos frangos.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Ana Paula Lima)** - É isso aí. Muito obrigada, Alcir.

Agora, ouviremos o senhor Eloir Peron Figueiredo, agricultor do Município de Morro Grande, em Santa Catarina.

**O SR. ELOIR PERON FIGUEIREDO** - Eu quero cumprimentar a Deputada Ana Paula Lima, as demais autoridades e especialmente o senhor Emir Tezze, nosso amigo, que se lançou adiante, na vanguarda com apenas o objetivo de fazer com que essa classe trabalhadora progrida, viva com o pão de cada dia, para que não apressemos ainda mais o êxodo rural e amanhã ou depois não vivamos na miséria, colocando os nossos filhos nas drogas, porque o Brasil já está entupido disso, dessa imundície que aí está.

Eu sou ex-seminarista e sempre escutei a frase de que o sol nasceu para todos, e, se o sol nasceu pra todos, realmente é pra todos. O País não pode continuar assim, enchendo o bolso de cinco pessoas, seis pessoas, e o resto vivendo na miséria. Esta manifestação nossa vai ser uma luta, vai ser feita com entusiasmo, mas com carinho, com respeito, sem quebra-quebra, porque quem quebra é louco. Nós não queremos quebrar nada, nós queremos continuar trabalhando na propriedade, gerando riqueza e fazendo com que os nossos filhos cresçam, progridam, e que realmente o nosso país seja desenvolvido.

Neste momento, eu quero recitar uma música. Já tenho 55 anos, e as pessoas dessa idade para cima conheceram muito bem Duda e Dalvan; o nosso Duda já foi, ficou o Dalvan. Esta música diz assim: "Éta espinheira danada, que pobre atravessa pra sobreviver, vive com a carga nas costas e as dores que sente não pode dizer. Sonha com as belas promessas de gente importante que tem ao redor, quando entrar o fulano e sair o sicrano será bem melhor. Mas entra ano e sai ano e o tal de fulano ainda é pior. Esse é meu cotidiano, mas eu não me dano pois Deus é maior."

Assim eu penso e é o que eu coloco na minha mente: nós realmente não temos que ser covardes, nós somos trabalhadores, não somos ladrões, nós queremos dialogar com a empresa. A empresa é o pulmão aqui do sul, mas que esse pulmão possa realmente oxigenar não só uma parte do corpo, aquela parte que alguém acha necessário. Essa empresa veio para fortalecer o Estado, eles têm responsabilidade conosco.

Eu moro na localidade de Santa Bárbara, no Morro Grande, que é um lugar bom para viver. Construí o meu aviário, de 50 metros, em 1997; nós admitimos isso, 50 metros - eu e o meu irmão, que ali está, fomos pioneiros na época -; "bota os 50 metros", e nem forro não exigiram - não tínhamos conhecimento. "Senhor Eloir, tem que botar forro"; desce tudo para baixo, os caninhos todos fora; "agora, senhor Eloir, tem que trocar a tela", porque tem a Cidasc. Concordamos com isso, não somos contra, porque afinal de contas é um produto que a gente exporta. Perdemos tudo, não houve uma bonificação por aquilo, não houve um governo que nos ajudasse, não houve ninguém que nos ajudasse. "Senhor Eloir, agora o senhor tem que colocar o níquel, porque é questão de sanidade." Mas vou procurar uma empresa mais barata; "não, não pode, a empresa é a x." Aí vem um pacotão para cima de nós, Deputado. Depois do níquel vem o comedor automático; mais um dinheiro safado, tudo perdido. "Senhor Eloir, tem que botar 100 metros"; coloquei 100 metros; "agora pode botar mais 50 metros, porque você já tem isso aí", e botei mais 50 metros. "Senhor Eloir, porque agora a empresa andou, vai crescer...", e eu de cabeça baixa. Aí surgiu a Tramonto, que realmente aniquilou a nossa vida, tirou a nossa vontade de viver, acabou conosco.

Então, o que a gente pede encarecidamente a vocês, autoridades, pessoas com conhecimento, pessoas grandes na história, é que façam alguma coisa por nós. Nós queremos realmente continuar lá.

Eu tenho duas filhas; a minha mais velha já tem emprego, mas não consegui pagar a faculdade dela, a sorte é que ela conseguiu através do ProUni; a outra tem 11 anos, e quero fazer dela uma pessoa que viva do trabalho, da luta, porque o meu pai sempre dizia: quando a gente dorme, tem que dormir com a consciência cumprida de que não roubou ninguém. Nós não queremos roubar ninguém, queremos aqui o que é nosso, e nós vamos lutar até o fim. (Palmas.) [Taquígrafa- Revisora: Siomara G. Videira]

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Ana Paula Lima)** - Senhor Eloir, eles só esqueceram de aumentar o preço do frango, não é? (Risos.)

Com a palavra o senhor Adelor Rosso, avicultor de Araranguá.

**O SR. ADELOR ROSSO** - Boa-noite, pessoal! Eu faço parte de Araranguá, eu sou agregado dos produtores de Araranguá. Pouco estou fazendo, mas estou tentando fazer alguma coisa; pelo menos trazer alguém até aqui, para essa Associação. Porque uma vez, assim que nós começamos a fazer o nosso galinheiro (eu e o Deputado Federal colocamos o aviário juntos), nós éramos felizes, pois o primeiro lote deu 70 por cabeça, e nós achamos ruim. Aí o segundo deu 75, o outro deu 60, e de lá para cá vem baixando, mas a gente sempre contente com isso. Depois que veio a crise da Agrovêneta, baixou para zero; aí a venda surgiu com a JBS, e nós ficamos estabilizando aquele preço da crise da Agrovêneta. Hoje eu vendi o lote a 26; o outro, a 27; e esse de ontem vendi a 35.

Ai, eles não dizem! Agora, o que nós vamos fazer? Com quem você vai falar? Eu liguei para lá, eu fui lá, e uma pessoa me disse: "Eu só posso dizer quanto deu o lote; o seu lote deu R\$ 9,3 mil". Mas como? Como deu R\$ 9,3 mil? "Não sei! Eu só posso dizer o preço porque aqui ninguém mais pode falar nada. É o técnico que vai dizer para vocês isso. Ele vai levar o acerto de contas e vai lá dizer para vocês", senhores! Aí o técnico está em férias, e eu não vou saber nada. Veio o dia de ontem, e ligaram que dia 3 iriam alojar os pintinhos. Eu estou louco para que eles vão lá alojar porque eu vou receber muito bem eles mesmo! Eu já disse: não vou alojar enquanto não vier acerto de conta! Certo? O que acontece? O técnico vai à sua propriedade duas vezes, e a primeira coisa que ele faz é ir de cabeça alta olhando os defeitos, nunca a qualidade. Ele nunca olhou a qualidade do nosso trabalho, ele nunca olhou a honestidade; ele só vai marcando os defeitos! "Este *nipple* está alto, este forro tem uma greta, este tijolo está trincado", e vai botando na ficha. Aí eles tiram o resultado. O que acontece com o resultado? Aí ele diz assim: "Mas bem feito! Eu falei para você que isso iria acontecer. Você não fez certo, você fez isso!"

Senhores, a gente se sente envergonhado, porque nós cidadãos, nós proprietários somos humilhados por um João-ninguém que não tem uma bicicleta para andar e se acha o dono da empresa. Essa é a maior humilhação! E a maior humilhação ainda, gente, é quando você chega a um lugar e você (não é que você não seja aceito)... parece que nós estamos fazendo papel de bobo! Será que nós ficamos tão burros assim, de três anos para cá? Em vez de nós aprendermos, nós desaprendemos, nós não sabemos mais criar frango, então! Porque essa é a humilhação maior que nós estamos passando; a dor que nós estamos sentindo é a humilhação. Porque, se a empresa chega e diz "Olha, seu Adelor, a empresa está passando dificuldade; o

senhor faz um lote para nós e nós só vamos pagar R\$ 9 mil pelo lote", eu juro por Deus que eu faço com o maior carinho! Mas, pelo menos, ele foi lá, se humilhou e disse que a empresa estava precisando. Agora, roubar?! E dizer que nós ainda passamos por burro! Porque pela lógica deles nós não somos inteligentes, pois quem começou fazendo a R\$ 0,70, R\$ 0,80 por cabeça... e hoje nós estamos fazendo a R\$ 0,25, R\$ 0,30, então é porque nós somos burros, pois o direito é deles!

Agora começaram a pagar a cada 21 dias. Como nós vamos entregar o frango a R\$ 0,35 a cabeça e esperar 21 dias para receber o dinheiro? Enquanto isso a energia elétrica está vencendo, porque já dá dois meses; o empregado está lá esperando o dinheiro, porque com a dinheirada que está dando o aviário mesmo, nós temos condições!

Olha, gente, eu juro por Deus, me dá vontade... eu, muitas vezes... eu chorei no mês passado porque o cara que cuidava do meu aviário saiu para ir colher fumo. Ofereceram para ele R\$ 150,00 por dia para ele colher fumo. Ele disse assim: "O quê? Eu ficar aqui e trabalhar sessenta dias para ganhar mil e meio, quando dá? Eu vou lá, em dez dias eu colho o meu mil e meio e vou embora dormir!" E foi; largou o aviário. Aí, fiquei eu cuidando. Então, é a maior humilhação que tu passa na tua vida.

Aí vem a energia elétrica, vem os caras para cortar a energia, porque três lotes ruins, a energia fica seis meses sem ser paga! E eu já tinha pagado duas, sobraram quatro. A sorte foi que no mês passado veio o 13º salário - eu me aposentei um pouco cedo; peguei a minha aposentadoria e o 13º salário para pagar a energia. A minha mulher chorou! Uma hora eu cheguei a rezar que desse um vendaval e arrancasse aquele atentado, aquele aviário (risos)! Porque eu não quero mais saber daquilo. Juro por Deus, gente! O maior pecado que eu fiz na minha vida foi fazer um aviário.

Por isso, senhores Deputados, eu quero fazer uma reivindicação para vocês: de que voltem ao pagamento semanal, porque nós não... Esse tempo era sete dias; que volte esse pagamento semanal. E pelo menos nós voltarmos a vender o frango a R\$ 0,70, R\$ 0,80 a cabeça, porque R\$ 0,50, R\$ 0,60 é o nosso custo. Certo, pessoal!

Obrigado. (Palmas.)

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Ana Paula Lima)** - Obrigada, seu Adelor.

Com a palavra a senhora Rosiléia Inocenti Bresciani, avicultora de Treviso.

**A SRA. ROSILÉIA INOCENTI BRESCIANI** - Uma boa noite a todos.

(Cumprimenta a Deputada Ana Paula, os componentes da mesa e os avicultores presentes.)

Primeiramente, eu quero agradecer a todos porque vieram aqui. Muito obrigada! (Palmas.)

Eu desejo relatar que sou filha de agricultor. Eu vi o meu nono, juntamente com o meu pai e com os irmãos dele, que são meus tios, construir o primeiro aviário; eu tinha 7 anos, e mais de 22 anos se passaram de quando eles construíram aquele primeiro aviário. Eles continuam na atividade. Aquele primeiro aviário que foi construído foi pensado nesta terceira geração; foi pensando em mim, foi pensando na minha família, a fim de deixar alguma coisa para mim.

Só que em quatro anos que eu e o meu esposo estamos na atividade, afirmo aqui para vocês que não existe a menor possibilidade de sobrevivência na atividade. (Palmas.) Infelizmente tenho que relatar aqui que, além de endividados, nós estamos falidos, cheios de dívidas, magoados e sem expectativa de um futuro, por conta da avicultura!

Aí, quem vai ficar no campo produzindo alimento, visto que uma família como a minha, que é composta por três pessoas, o núcleo familiar... Eu tenho uma filha moça, de 14 anos, e ela disse para mim: "Mãe, eu não quero passar por aquilo que tu estás passando!" Então fica muito difícil ter um sucessor nas nossas propriedades, sendo que é impossível sobreviver recebendo abaixo do custo de produção.

O meu muito obrigada. (Palmas.)

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Ana Paula Lima)** - Muito Obrigada, Rosiléia.

Com a palavra o senhor Célio Alves Elias, presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Alimentação.

**O SR. CÉLIO ALVES ELIAS** - Boa-noite a todos e a todas. Desejo cumprimentar a Deputada Ana Paula, e em nome dela saúdo todas as mulheres; e cumprimentando o senhor Emir saúdo todos os homens aqui presentes.

Provavelmente vocês já ouviram falar muito no meu nome, pelas empresas. Eu sou presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Alimentação, que abrange os trabalhadores da indústria.

Em 2005, fizemos uma tentativa de construir a associação dos avicultores lá em Treviso, e em 2009 e 2010 novamente nós tivemos participação nessa tentativa de construí-la, porque entendemos que a cadeia produtiva tem que se dar entre os trabalhadores. Não tem diferença nenhuma entre vocês, que são trabalhadores lá na avicultura, e nós, que somos trabalhadores dentro da indústria.

É claro que muitas vezes eles vão aos aviários de vocês e detonam o Sindicato dos trabalhadores. Por quê? Porque eles têm a preocupação de que nós e vocês nos unamos e nos fortaleçamos ainda mais. E se isso não vier a acontecer, não adianta audiência pública, não adiantam as propostas que vocês fizeram aqui, porque vocês não vão resolver a situação de vocês. Certo?

O Deputado Ronaldo Benedet e o Deputado Décio Lima, que aqui estão, sabem muito bem que o governo federal tem uma grande participação na JBS! Dez por cento das ações da JBS são da Caixa Econômica Federal e 14% são do BNDES. [Taqui-grafa-Revisora: Sabrina Schmitz] No final do ano passado, em 2012, quando estávamos discutindo a situação da Tramonto e da Agrovêneto, várias propostas foram tiradas, e a Tramonto tinha em torno de doze milhões no governo federal e mais alguns milhões no governo estadual. A Agrovêneto tinha em torno de cinquenta milhões de impostos retidos no governo federal e mais dezenove milhões, vinte milhões no governo estadual. Para se salvar, a Agrovêneto apenas precisava de dezoito milhões e a Tramonto, em torno de 8 milhões.

Foi dito aqui que a Tramonto e a Agrovêneto quebraram. A Tramonto não quebrou pela crise do grão, Deputado Décio Lima; a Tramonto quebrou devido à briga entre os acionistas em março de 2012! Começaram a brigar por dinheiro e quebraram a Tramonto. A Agrovêneto, sim, quebrou pela crise. Agora, eles tinham dinheiro no governo federal para ser repassado e não foi repassado.

Senhores, eu quero dizer que de tudo o que foi tirado daqui a participação política é muito importante para dar continuidade a isso. Agora, se vocês não estiverem unidos (é como o padre falou aqui), vocês não vão se salvar! Porque nós não devemos ter medo do fechamento de empresa.

Em 19 de dezembro de 1999, todos vocês se lembram: o Frisulca, que era da Bunge, do dia para a noite fechou a unidade daqui. Não foi pelo pessoal que produzia...

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Ana Paula Lima)** - Senhor Célio, vamos concluir? Nós estamos nos encaminhamentos.

**O SR. CÉLIO ALVES ELIAS** - Já vou concluir.

Quero dizer que a importância de vocês está na união de vocês. Os políticos vão fazer a parte deles, mas para ontem só tem uma solução: vocês se unirem e realmente discutirem o assunto.

Também quero dizer o seguinte, Deputada: é uma falta de respeito do Sindicato e da Acaav não estarem participando desta audiência pública. A falta de respeito maior ainda é eles não estarem aqui ouvindo os anseios de vocês, que é essa preocupação com o que é de vocês. Se vocês não estiverem unidos, realmente essas empresas vão matar um por um, vocês vão ficar doentes e pobres.

Muito obrigado. (Palmas.)

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Ana Paula Lima)** - Obrigada, senhor Célio.

Com a palavra a senhora Lúcia Cimolin, avicultora de Treviso.

**A SRA. LÚCIA CIMOLIN** - Boa-noite a todos e a todas. Só quero dizer que (talvez por um lapso devido às muitas fichas, acho que não foi citado) o Município de Turvo encontra-se aqui presente através do senhor Izaltino Antonio Ribeiro (*Juruna*) Secretário da Agricultura, representando o Prefeito Ronaldo Carlessi de Turvo. Também quero dizer que aquele Município também tem um expressivo movimento de avicultores.

Eu e meu marido somos avicultores há vinte anos; na verdade ele mais e eu menos porque tenho outro trabalho. Mas aqui vou me reportar à avicultura, ao que acontece dentro da nossa construção.

Para muitos, o que vou falar é chover no molhado, mas é preciso que a Justiça veja que algumas coisas precisam ficar claras e protegidas. Por exemplo, no frango de corte, que é o nosso caso, a mesma pessoa que trata não tem todas aquelas restrições de ordem de banho etc. para entrar nas casas e vice e versa. A pessoa entra de manhã cedo no aviário, recolhe os frangos mortos, leva para a composteira; está exposta a poeira, a ruídos, a fungos, a bactérias, a vírus, a agentes químicos, físicos e biológicos.

Tivemos uma mortalidade de 16% num lote, há quatorze 14 meses. A minha família, eu, os meus filhos estavam expostos ao risco, e até agora a empresa, que hoje covardemente não veio nos escutar porque se acha acima do Estado, que não honrou um compromisso convocado pelos Poderes Públicos estadual e federal, ficou mais uma vez de costas para nós. Não sabemos o que aconteceu. Por algum motivo, você está exposto àquele risco, ao agente, e não sabe o que é. Eu acho que nós temos o direito de saber! Qual órgão vai dizer isso? Eu não sei! Porque a uns compete uma coisa e a outros, outras coisas. Mas nós, avicultores, temos que saber o que está acontecendo dentro da nossa casa, pois você está na granja e em seguida você está à mesa, e tem filhos, toda a família.

Nós estamos preocupados com a questão sanitária, com o risco biológico. Por que estamos preocupados com a mortalidade que acontece durante o frete, o transporte, nisso, naquilo, com as doenças? Porque a gente paga a conta! Por esses motivos, eu vou me reportar à questão da sanidade dos agentes químicos, físicos e

biológicos. Há doenças que são de notificação obrigatória, mas os órgãos públicos estaduais afirmam que não são. Muito bem. Mas aquelas doenças que nos dão prejuízo, quem tem o dever, pela lei - por isso o Ministério e outras instituições estão aqui -, de nos dizer o que é aquilo? Nós não temos o controle de muitas coisas da cadeia produtiva e não podemos pagar a conta sozinhos! Estamos falando por estes dois motivos: pelo risco, pela nossa exposição, da pessoa e da família, e pelo prejuízo, pois pagamos a conta.

Eu vou mais além: temos que cuidar deste Estado, porque foi muito sofrido alcançarmos o *status* sanitário que temos. As pessoas de mais idade sabem o que passamos, tanto dentro da propriedade quanto nos órgãos públicos que cuidaram disso. Então a gente tem de cuidar desse patrimônio catarinense!

E agora está vindo cada coisa, Deputado, que não sabemos o que é. Tudo temos que suportar! Então, a nossa condição é de não saber aquilo que está nos atingindo e pagar a conta como culpados, como falou o seu Adeloro Rosso.

Muito obrigada! (Palmas.)

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Ana Paula Lima)** - Lúcia, esse questionamento foi feito ao Secretário da Agricultura, o senhor João Rodrigues, e ele ficou de passar, não é? A Cidasc ainda não encaminhou?

**A SRA. LÚCIA CIMOLIN** - Eu acho que depois os dois órgãos de defesa poderiam concluir, no final, porque não sei a quem compete...

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Ana Paula Lima)** - Ah, o.k. Porque houve uma solicitação da comissão - o senhor Tezze, a Lúcia, a Rosiléia... Todos estavam nesta audiência com o Secretário da Agricultura, e ele determinou que a Cidasc desse a resposta sobre esse questionamento da Lúcia. Então, depois eu gostaria de ouvir a Cidasc.

Devido ao adiantado da hora, informo que ainda temos duas pessoas inscritas para se manifestarem. Depois delas, eu gostaria apenas de ouvir a Cidasc, porque ainda temos alguns encaminhamentos a formalizar antes do término desta reunião.

Com a palavra o Vereador Osvaldo Fávoro, avicultor de Turvo.

**O SR. VEREADOR OSVALDO FÁVORO (Turvo/SC)** - Boa-noite, Deputada, boa-noite a todos.

Tudo que eu ia falar, já falaram. Mas quero dizer que eu sou avicultor há dezenove anos, sou Vereador de Turvo e estou à frente da Associação.

Eu trabalho não com o frango de corte, mas sim com a matriz. Por enquanto, a situação do matrizeiro ainda não está tão complicada quanto à do frango de corte, mas eu estou aqui, estou na frente de trabalho.

Nós, políticos, temos que nos preocupar porque até então a exportação do frango é o carro chefe de Santa Catarina. Temos que seguir em frente, e tenho certeza que a Associação é o caminho. Vamos nos unir, nos abraçar, porque nós chegaremos lá. (Palmas.)

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Ana Paula Lima)** - Muito obrigada, Vereador Osvaldo.

Eu gostaria de agradecer a presença do senhor Décio Góes, Prefeito de Balneário Rincão.

Com a palavra, novamente, o senhor Walmir Fontanello Fabro, vice-presidente da Associação dos Avicultores do Sul Catarinense.

**O SR. WALMIR FONTANELLO FABRO** - Eu estava conversando com o senhor Sérgio Ghislandi, ex-Prefeito de Nova Veneza, e ele comentou que foi ele quem trouxe a Agrovêneto para cá, na época em que era Prefeito. Ele ficou interessado nisso agora. Então é interessante, depois, ele dizer algumas palavras aqui para nós.

Quero dizer que já são quase 21 horas, isso é ruim porque já está tarde, mas também é sinal de que a audiência pública, pelo menos para mim, está tendo muita validade porque estamos tirando as nossas dúvidas, além de muitas outras que estamos levando. Mas a principal é a questão da Defensoria Pública, do Ministério Público do Trabalho, onde já estivemos levando a nossa pauta de reivindicações, e de todas as autoridades aqui presentes.

Também quero dizer que 34% dos agricultores foram citados aqui como sócios, mas não são 34%. Trinta e quatro por cento foram os que conseguimos incluir no cadastro socioeconômico, aos trancos e barrancos. Todos os delegados ajudaram a fazer isso nos Municípios. Porém, nós já temos mais de 400 sócios! (Palmas.) Nós já estamos com mais de 50%, porque são 783 nas três regiões do Estado. Entretanto, eu desejo conchamar quem não é sócio para se associar. Assumam essa luta, porque se não estivermos nós por nós, quem estará? A empresa não vai estar.

A gente tem costume de falar "nossa empresa." Nossa onde? Não tem "nossa empresa"! E nós somos empresários? Porque muita gente diz assim: "Tu tomas um financiamento, tu fazes uma construção de quase R\$ 1 milhão, tu és um empresário." Empresário de onde? Empresário que não pode fazer uma hora para descarregar o frango, uma hora para alugar pintinho! Empresário que é menos que um empregado! Porque se um empregado for para rua, senhor Célio Elias, se alguém de um abatedouro for demitido, vai ter seguro-desemprego,

vai ter tudo. E nós temos o quê? Nós não temos seguro-desemprego nem plano de saúde! Temos é plano de doença dentro do aviário, como foi dito aqui.

Mas a Associação pode conseguir um plano de saúde empresarial, a questão do telefone... Muitas coisas que até agora a gente não conseguiu correr atrás porque falta tempo, faltam condições para a gente poder trabalhar. [*Taquígrafa-Revisora: Jacqueline de O. V. Bitencourt*] E a partir do momento em que a gente tiver o associado e tiver a contribuição do associado - porque saco vazio não para em pé... não vamos conseguir fazer um trabalho sem recursos. Nós precisamos disso. Se amanhã ou depois a Associação não estiver funcionando, não serei eu que estarei aqui como vice-presidente, não será o senhor Emir, nem o tesoureiro Perin, nem a secretária, mas outras pessoas estarão. Aí nós abandonaremos! Mas hoje nós precisamos entrar essa luta.

Além disso, temos aqui a pauta de reivindicações, com dezenove itens levantados nas nossas assembleias. As empresas receberam isso!

Então eu quero dizer para a representante do Ministério Público do Trabalho e para o Deputado Ronaldo Benedet que não vamos ficar aqui esperando indeterminadamente, como disse o padre. Nós queremos uma solução! É para daqui a dez, quinze dias? A empresa vem negociar? Se não vem, do que adianta?

Sobre negociação em banco, eu vou dizer aqui para o representante do MDA - e o senhor Gurgel nos recebeu em Florianópolis - o seguinte: se for para ir ao banco, renegociar a dívida e pagar o que o banco quer, vai ser só o adiamento da nossa morte! Porque a partir do momento em que eu renegociar uma dívida no banco eu vou perder os privilégios que eu tenho lá. Hoje eu vou ao banco e abro qualquer financiamento, mesmo pessoal, porque eu sou um cadastro limpo. Se eu renegociar uma dívida, não serei mais! Então, temos que renegociar, mas sem custo.

Sei que o tempo está curto, mas às vezes eu me alongo porque nós temos que nos atentar a esses detalhes. Produzir frango é fácil; agora, tocar isso e tirar o nosso sacrifício para a empresa é difícil e requer tempo. Mas nós vamos nos organizar na nossa propriedade para também podermos participar da Associação.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Ana Paula Lima)** - Muito obrigada, senhor Walmir.

Novamente, passo a palavra ao senhor Wilmar Warmlend, gerente Regional da Cidasc.

**O SR. WILMAR WARMLEND** - Deputada, eu vou pedir para que a médica-veterinária Margarida Seico Akama Yokemu, coordenadora Regional de Criciúma, faça a explanação sobre o questionamento feito pela senhora Lúcia.

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Ana Paula Lima)** - Então, com a palavra a senhora Margarida Seico Akama Yokemu.

**A SRA. MARGARIDA SEICO AKAMA YOKEMU** - Boa-noite a todos. Sobre o questionamento, quero dizer que nos foi encaminhada pela Associação a solicitação do repasse de informações de possíveis eventos sanitários.

Quando a Cidasc é notificada de qualquer ocorrência considerada fora da normalidade (através dos produtores ou dos responsáveis técnicos), os nossos médicos-veterinários oficiais fazem uma fiscalização na propriedade com o objetivo de descartar as doenças de notificação obrigatória, de acordo com o Plano Nacional de Sanidade Avícola, que é estabelecido pelo Ministério da Agricultura. Estão sendo rigorosamente cumpridas todas as ações definidas para essas situações. Os médicos-veterinários fiscalizam, e havendo alguma possibilidade de doença de notificação obrigatória nós interditamos as propriedades, realizamos as colheitas oficiais e encaminhamos ao laboratório oficial.

**O SR. WILMAR WARMLEND** - Cabe salientar, Deputada, que, em não se tratando das doenças de notificação obrigatória, passa a ser de responsabilidade do responsável técnico (RT) a investigação de possíveis doenças que possam ter acometido o lote.

**A SRA. MARGARIDA SEICO AKAMA YOKEMU** - Só acrescento que todos os acontecimentos devem, de acordo com a legislação federal que seguimos, constar nos registros da ficha do lote, que também será informado no boletim sanitário. Todos os eventos de doenças, ou enfermidade, ou mortalidade, assim como os tratamentos, devem constar na ficha do lote.

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Ana Paula Lima)** - Muito obrigada, doutora Margarida e senhor Wilmar.

A questão sanitária é algo grave. Há denúncia de vários avicultores de morte de frangos, e vamos acolher essas denúncias e encaminhá-las à Cidasc para fazer a averiguação.

Passo a palavra à senhora Thaís Fidélis Alves Bruch, Procuradora do Ministério Público do Trabalho.

**A SRA. THAÍIS FIDÉLIS ALVES BRUCH** - Em resposta à manifestação do padre e do vice-presidente da Associação, quero dizer

que tudo que é no plano coletivo tem um trâmite a ser seguido, obviamente. E nós temos as nossas limitações humanas - a Defensoria Pública pode corroborar. Infelizmente, por mais bem intencionados que estejamos nós, realmente enfrentamos problemas de estrutura, e são muitos problemas sociais que temos na região.

Nós temos uma pauta; temos que intimar a empresa em um tempo razoável; ela tem que receber a correspondência; ela tem que falar com o departamento jurídico. Então, qualquer promessa de que algo, no âmbito coletivo, vai ser resolvido rapidamente, imediatamente, como o padre falou, de um dia para o outro - sei que a situação é grave -, seria uma mentira. Primeiro, porque não depende do Ministério Público, depende também da empresa querer negociar e ser ouvida.

Coisas que demandem urgência terão que ser vistas caso a caso, individualmente por cada parceiro, e aí a Defensoria Pública e o advogado têm uma grande importância. E o Ministério Público vai atuar na parte coletiva, vai tentar apreciar esses contratos de parceria.

Outra questão que será apreciada é se existe uma subordinação estrutural, porque, como pude constatar, a maioria dos integrados são aquelas pessoas que são donas das suas propriedades, que trabalham em sua propriedade. Mas temos casos de pessoas que detêm as propriedades, mas não trabalham nelas. Então, ainda tem essa questão jurídica para ser averiguada.

Portanto, qualquer promessa de ser resolvido de imediato é uma promessa demagógica, porque a coisa tem um trâmite. A JBS é uma empresa grande e tem uma imensa força econômica; então as coisas não são tão céleres como gostaríamos que fosse.

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Ana Paula Lima)** - Obrigada, doutora Thaís.

A Câmara de Vereadores do Município de Treviso fez uma moção de repúdio, e o Vereador Alcenir Luís Pereira vai fazer uso da palavra e entregar essa moção.

**O SR. VEREADOR ALCENIR LUÍS PEREIRA (Treviso/SC)** - Boa-noite a todos. Quero dizer que quando fui Presidente da Câmara de Vereadores de Treviso, já em 2010, tentamos fazer uma associação de avicultores em Siderópolis, mas não vingou. E ainda quero dizer que esses movimentos para as associações de avicultores são importantes, como comentei com a Lúcia, bem como foi importante o movimento do dia 3 de agosto, em Rio Maior, ocasião em que alcançamos a Associação.

Eu também fui sindicalista e nos momentos críticos de nossas greves a primeira coisa que diziam era que a empresa iria fechar, que todos iriam embora, e tínhamos dificuldade em fazer greve porque pensávamos que iríamos passar fome. Nós fizemos uma greve de seis meses - e aqui nesta plateia estão presentes companheiros avicultores que também participaram daquela greve - e não passamos fome.

Quero dizer que essa JBS que aí está impõe muitas condições para vocês, mas é tão covarde que não teve coragem de vir aqui hoje olhar nos olhos de todos vocês. Vão com essas associações! Vamos lutar! Contem comigo como representante público. Hoje, nós, os Vereadores, viemos aqui participar desta audiência para entrar na luta junto com vocês. E contem comigo para o que der e vier.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

(*O Vereador Alcenir entrega a moção de repúdio à Presidente Ana Paula Lima.*)

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Ana Paula Lima)** - Obrigada, Vereador Alcenir. A moção de repúdio ficará anexada aos documentos.

Agora passaremos aos encaminhamentos feitos em todas as manifestações.

O Deputado Décio vai...

**O SR. DEPUTADO FEDERAL DÉCIO LIMA (SC)** - Vamos tentar contribuir com tudo aquilo que foi produzido hoje.

É importante dizer que isso só aconteceu - tem que se deixar bem claro - porque os avicultores se reuniram. Aqui temos o papel do Tezze, da diretoria, do presidente e o esforço de todos, bem como um sentimento de indignação e de injustiça que nos trouxe até Nova Veneza para esta audiência pública. Na verdade, é o segundo acontecimento sobre o assunto, pois no Município de Urussanga nós já havíamos iniciado um processo de debate sobre os problemas do setor.

Temos que pensar que todos que vieram até aqui foi para contribuir. Só há um sentimento e uma razão para nós, que não somos produtores - eu não sou produtor, sou advogado, sou Deputado -, virmos até aqui: contribuir. O padre veio para contribuir; o movimento sindical, a sociedade civil, os órgãos do governo do Estado, os órgãos do governo federal e os Deputados Federais também vieram aqui para contribuir. [*Taquígrafa-Revisora: Iwana L. Lentz*] Então, eu parto desse princípio de que ninguém veio aqui, absolutamente, para defender a não ser os interesses dos avicultores. (*Palmas.*)

O segundo é que nós precisamos, a partir daqui, ver a tarefa de cada um, porque nós temos uma dificuldade emergente e não há milagre para essa dificuldade emergente, mas tem ações que nós

precisamos tomar. São ações coletivas, não se trata de atitude individualizada, nos bancos. Não, trata-se de atitude institucionalizada. Esta é uma audiência pública da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina. Portanto, o primeiro passo é que esta reunião produza um relatório consubstanciado de tudo o que foi produzido aqui, de tudo o que foi encaminhado, e que, a partir desse relatório, cada um de nós tenha as suas atribuições para esta semana. O padre, não sei se está aqui... Tudo é para esta semana, para a semana que nós estamos iniciando lá. Eu e o Ronaldo vamos ficar com este relatório para realizar os desdobramentos, que depois vamos combinar, naquilo que foi colocado aqui, em Brasília, no governo federal.

As entidades e as instituições que estão aqui, todas elas foram demandadas. Aqui há a presença da Defensoria Pública, que é importante nas ações. Há a presença do Ministério Público do Trabalho, que é imprescindível, já com *know how* nesse setor em outros locais do Estado. Então, são procedimentos a que nós vamos ter que dar curso.

Não tem milagre. O padre está aqui? Não tem milagre, padre. O que nós temos que ter aqui é atitude, ações organizadas dentro do mundo real, do Brasil real que nós estamos vivendo.

Eu acho que nós podemos sair daqui seguros de que do jeito que estava é que não havia solução. Agora, do jeito que nós estamos, tem, sim, caminhos que a gente pode trilhar para resolver este problema neste momento delicado que estamos vivendo. Então eu acho que os encaminhamentos que temos que dar é fazer este relatório e, a partir deste relatório, sairmos daqui com as atribuições que ficaram claramente expostas para todos.

No mais, todos os argumentos, as falas aqui, às vezes algumas verdadeiras, às vezes algumas... foram importantes porque todas vão impulsionar a luta dos avicultores.

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Ana Paula Lima)** - Obrigada, Deputado Décio.

O Deputado Benedit também quer fazer a sua manifestação.

**O SR. DEPUTADO FEDERAL RONALDO BENEDET (SC)** - Eu só queria propor os encaminhamentos porque acho que manifestações já tiveram demais.

Eu queria propor a criação de uma comissão para gente ir já... Na semana que vem, parece que a JBS já estará incorporando a Seara, e a gente pode tirar uma comissão e conversar com a Agrovêneta e com a Seara. Se acharem interessante, nós vamos estar junto; se quiserem, se acharem importante, eu vou estar nessa comissão. Eu vou tentar marcar a reunião também, e se eles não quiserem atender os agricultores vão ter que negar para a Câmara dos Deputados, para um Deputado. Ai nós vamos ter que usar a tribuna da Câmara, e se eles quiserem negar nós vamos ter que levar ao Ministério. Acho que nós já podemos ir, na semana que vem, ao Ministério da Agricultura. Mas acho que a primeira conversa tem que ser com a empresa, porque eu estava conversando aqui: um movimento desses, se a empresa JBS for inteligente, ela senta logo para conversar antes que crie um corpo muito maior, porque aqui tem interesses de pessoas que estão perdendo. E quando a pessoa está no desespero ela começa a tomar atitudes graves.

Então eu queria propor aqui, entre outras ações, a criação de uma comissão com o objetivo de imediatamente negociar, de sentar com a JBS para tratar dessa pauta cuja cópia eu recebi aqui do Valmir.

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Ana Paula Lima)** - Obrigada.

(*O senhor Jamir Guizoni Perin, agricultor e tesoureiro da Associação, manifesta-se fora do microfone: "Eu sugiro que a comissão saia da Associação!"*)

**O SR. DEPUTADO FEDERAL RONALDO BENEDET (SC)** - Isso! Mas tem que ser isso mesmo!

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Ana Paula Lima)** - O.k., Deputado Ronaldo.

**O SR. DEPUTADO FEDERAL RONALDO BENEDET (SC)** - Mas eu quero dizer que tem que ter um número de pessoas. Não pode ser todo mundo.

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Ana Paula Lima)** - Não, mas só um minutinho! Nós temos aqui... A Associação vai dizer quem são os nomes dessa comissão.

**O SR. DEPUTADO FEDERAL RONALDO BENEDET (SC)** - Isso mesmo!

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Ana Paula Lima)** - O que a Associação decidir dessa comissão, depois nos comunica sobre isso. Quando eu falei, no início, que as empresas estavam preocupadas com esta audiência é porque está havendo um processo de negociação mesmo. E a preocupação delas é que esta audiência possa atrapalhar esse negócio.

Por isso a importância também, que o Décio falou, de fazer a denúncia no Cade - Conselho Administrativo de Defesa Econômica. Isso o Jonas, da Associação, também disse que é importante fazer.

Então nós podemos sair com esses encaminhamentos: a comissão sai da Associação; a comissão tem que fazer a visita à Defensoria Pública, como falou aqui a doutora Otávia, para fazer as suas manifestações, e também ao Ministério Público; e a Câmara dos Deputados e a Assembleia Legislativa vão marcar as audiências com os órgãos competentes. É isso? A Associação diz quem é a comissão; a Câmara dos Deputados, o Deputado Décio, o Deputado Ronaldo e a Assembleia Legislativa marcam com a empresa, marcam com o Ministério da Agricultura, com o Ministério de Desenvolvimento Regional, marcam de novo com a Cidasc, com a Epagri e com o governo do Estado. Você dizem quem são os representantes da Associação. O.k.? Pode ser? Quem está de acordo pode bater palmas. (*Palmas.*)

Gente, eu acho que saímos daqui com uma boa reunião, porque trouxe várias representações: as políticas, as técnicas, e a manifestação de vocês foi imprescindível para isso.

A Assembleia Legislativa produziu um documento, uma ata, que será depois disponibilizada para a Associação e a quem por direito quiser uma cópia. Nós saímos daqui com um grupo de trabalho formado.

A Associação não está mais sozinha, houve o envolvimento de toda a classe política aqui, com Prefeitos, Vereadores, Vice-Prefeitos, que estão junto com todos vocês, mas uma palavra foi registrada aqui a todo o momento: isto aqui não teria acontecido se vocês não tivessem se organizado, se o seu Tezze não estivesse à frente levando essas reivindicações, se cada homem, cada mulher não acreditasse nisso. Porque é muito fácil fechar um aviário, dois aviários. Mas eu tenho certeza de que a preocupação das empresas é com todo o setor produtivo. E em Santa Catarina uma das maiores economias é a da produção de frango e a exportação de frango.

Então nós estamos juntos nessa luta; podem ter certeza, nós não viemos aqui e andamos tanto para não... Também fortalecemos este movimento, e o que for de competência nossa, da Assembleia e da Câmara Federal, nós vamos fazer o nosso dever de casa.

Quero agradecer muito ao senhor Tezze pela coragem, juntamente com a sua família (*palmas*), assim como aos diretores da Associação. Quero dizer que lá no meu gabinete, quando não é a Lúcia que telefona, é o seu Tezze. E a todo o momento também nós estivemos em contato, sempre, diariamente, para produzir esta audiência pública. Mas a partir deste momento foi feita essa comissão. Então, para o trabalho.

Senhor Tezze, quer falar alguma coisa?

**O SR. EMIR TEZZE** - Eu gostaria de agradecer a todos vocês. Isso que aconteceu não foi devido ao Tezze, e sim por causa de todos vocês, porque acreditaram na palavra que eu levei ao conhecimento de vocês. (*Palmas.*) Então eu queria agradecer à Deputada Ana Paula, ao Deputado Décio Lima, ao Deputado Ronaldo Benedit, ao Deputado Dóia, a todos os políticos que se engajaram nessa nossa luta. Nós estamos aí, junto com o Sindicato da Alimentação, porque também tem as reivindicações deles, e nós vamos discutir, sim, junto com eles, porque junto com o Sindicato nós temos condições de negociar.

Nós não queremos baderna, nós queremos uma negociação, mas tem que ser uma negociação que seja válida para todo mundo; que seja boa para a empresa, mas que seja boa para nós também.

Muito obrigado a todos. Eu agradeço de coração a vocês. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Ana Paula Lima)** - Obrigada, seu Tezze. Muito obrigada à doutora Thaís, que veio aqui; ao Roberto, representando o Ministério da Agricultura; ao Warmling, representando aqui a Cidasc; ao Cuíca, Vice-Prefeito de Urussanga, que está aqui também; ao Vereador Alberto, Presidente da Câmara de Vereadores; ao Décio Lima, Deputado Federal; ao Benedit, Deputado Federal; ao Joel, representando o MDA; à doutora Otávia, da Defensoria Pública (tem que se fazer uma visita à Defensoria Pública; isso a comissão já vai fazer); ao Joel, representando aqui a Embrapa (ele está nessa luta em várias regiões do País e hoje saiu lá de Concórdia para estar presente nesta audiência pública); ao Realdino, representando a Epagri; e a cada uma e a cada um de vocês que vieram a esta audiência pública. E também aos funcionários da Assembleia Legislativa, que estão desde hoje de manhã aqui no Município de Nova Veneza. (*Palmas.*)

Muito obrigada. (*Palmas.*)

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a audiência pública. (*Ata sem revisão dos oradores.*) [*Taqui-grafa-Revisora: Carla Greco Granato*] [*Revisão final: Denise Videira Silva*] [*Leitura final: Almerinda Lemos Thomé*]

**DEPUTADO ESTADUAL DÓIA GUGLIELMI  
PRESIDENTE DA AUDIÊNCIA PÚBLICA  
DEPUTADA ESTADUAL ANA PAULA LIMA  
PRESIDENTE DA AUDIÊNCIA PÚBLICA**

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA SIMULTÂNEA PROMOVIDA PELA COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA E PELA COMISSÃO DE AGRICULTURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA PARA DISCUTIR OS PROBLEMAS ENFRENTADOS COM A CONSTRUÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA GARIBALDI, REALIZADA NO DIA 11 DE SETEMBRO DE 2013, ÀS 9H, NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA**

**A SRA. MESTRE DE CERIMÔNIAS (Juliane Gonçalves Rocha)**

- Senhoras e senhores presentes, bom-dia a todos.

Nos termos do Regimento Interno do Poder Legislativo catarinense, por proposição do Deputado Estadual Dirceu Dresch, membro da Comissão de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc), damos início ao evento que irá discutir os problemas enfrentados com a construção da Usina Hidrelétrica Garibaldi.

Convidamos, para compor a mesa dos trabalhos a excelentíssima senhora Deputada Estadual Angela Albino, Presidente da Comissão de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia da Alesc; o excelentíssimo senhor Deputado Estadual Dirceu Dresch, membro da Comissão de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia da Alesc; o excelentíssimo Deputado Estadual Moacir Sopelsa, Presidente da Comissão de Agricultura e Política Rural e membro da Comissão de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia, ambas da Alesc; o senhor Airton Spies, Secretário Adjunto de Estado da Agricultura e da Pesca de Santa Catarina; o senhor Natalino Ramos Corrêa, Vereador do Município de São José do Cerrito; o reverendíssimo dom Irineu Andreassa, Bispo da Diocese de Lages; o senhor Julio Guilherme Müller, representante da Rio Canoas Energia; o excelentíssimo senhor Deputado Estadual Neodi Saretta; e o excelentíssimo senhor Deputado Estadual Arnaldo Moraes, de Lages, que substitui o Deputado José Milton Scheffer.

Registramos a presença do senhor Fabiano Mocelin, Vereador do Município de Cerro Negro.

Convidamos a excelentíssima Deputada Estadual Angela Albino para conduzir os trabalhos desta audiência pública.

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Angela albino)**

- Bom-dia a todos e a todas. Em nome da nossa Comissão de Economia, quero dar as boas-vindas a cada um e a cada uma, e já comunicar a todos que delegarei a presidência dos trabalhos desta audiência ao Deputado Dirceu Dresch, pois eu também integro a Comissão de Finanças, que atrasou um pouco os seus trabalhos, e também necessito participar daquela reunião.

Dessa forma, imediatamente já passo a condução dos trabalhos desta reunião ao Deputado Dirceu Dresch, que inclusive é um dos componentes desta Comissão e proponente desta audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Dirceu Dresch) - Obrigado, Deputada Angela Albino. Se possível, Deputada, depois volte aqui para nos ajudar nos encaminhamentos e no debate desta reunião.

Quero agradecer a presença do Deputado Sopelsa, Presidente da Comissão de Agricultura, pois as duas Comissões fizeram o requerimento solicitando esta audiência; e da Presidente em exercício da Comissão de Economia, a Vice-Presidente Angela Albino. Agradeço às duas Comissões pelo pronto atendimento à reivindicação que apresentamos para fazer este debate nesta manhã, assim como agradeço aos demais membros da mesa, ao Bispo Irineu, ao Spies, aos representantes da comunidade, Vereadores e lideranças, e à imprensa.

Dando início à audiência pública, Presidente Moacir, informo que o que nos motivou a realizar este debate e fazê-lo aqui nesta Casa - apesar de que, talvez, se fosse feito lá na comunidade, no acampamento, que existe desde a época em que os agricultores acamparam na comunidade, poderia ter muito mais gente - é porque entendemos importante justamente proporcionar a participação dos Deputados, das lideranças do Estado.

Convidamos para esta audiência muitas outras lideranças e entidades, inclusive tentamos articular com o Ministério Público, trabalhamos muito para trazê-los aqui também, mas justificaram que hoje estão em Lages em uma discussão que se realiza exatamente a respeito deste mesmo assunto. Também convidamos a Fatma; conversei ontem à noite com o presidente Gean, e ele garantiu que hoje teríamos aqui a representação da Fatma, justamente da pessoa que está tratando deste assunto, o qual esperamos que chegue em breve para nos ajudar a refletir sobre as questões e encaminhá-las. Além disso, nós convidamos o Ministério Público federal, assim como outras entidades.

E é importante estar nesta audiência o representante da empresa, o qual falou que está aqui mais para ouvir, para levar o

assunto à empresa. Da mesma forma, é importante a empresa Triunfo também estar aqui presente, além dos demais representantes da comunidade.

Esta Casa, este Parlamento, não tem o papel executivo, tem o papel de legislar; especialmente nestes casos de conflitos, de trazer aqui para dentro o debate da comunidade e de tentar mediar conflitos e encaminhamentos de diversos temas. Por isso a importância da realização desta audiência pública, e que a partir de hoje, deste debate, possamos construir bons encaminhamentos para solucionar a questão, para ajudar a solucionar os problemas instalados naquela comunidade da barragem Garibaldi. Esse é o grande objetivo deste debate, desta audiência pública.

Em um primeiro momento, vamos passar a palavra às lideranças da mesa, a fim de fazerem as suas manifestações e as suas apresentações, especialmente para a representação da comunidade regional poder se expressar aqui, as duas lideranças que representam a comunidade.

Antes de passar a palavra ao Deputado Moacir Sopelsa, quero convidar o Deputado Neodi Saretta para também participar da mesa e já fazer uso da palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL NEODI SARETTA - Senhor Presidente, estimados membros da mesa e da comunidade, este assunto é importantíssimo. Quero dizer que também sou de um Município que viu este problema de perto, na barragem de Itá, e, logo mais próximo, em Piratuba, e que o primeiro movimento social do qual participei foi em função de hidrelétricas.

O caso que se arrasta aqui já foi trazido diversas vezes pelo Deputado Dresch, pelo Deputado Padre Pedro e por outros Deputados, e nós mesmos já falamos a respeito deste assunto algumas vezes. Realmente está demandando soluções, e é pena que algumas entidades não estão presentes nesta audiência. O representante da empresa está aqui, mas seria importante também já haver uma introdução; é sempre importante ouvir e levar o assunto à empresa, mas também é importante que seja feito contato com a empresa para dar aqui algum anúncio de encaminhamento dos problemas que estão pendentes e que são bastantes.

Então, com a nossa solidariedade, estamos à disposição para o que pudermos ajudar. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Dirceu Dresch) - Deputado Sopelsa, deseja fazer agora o seu comentário?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA - Quero cumprimentar o Deputado Dirceu Dresch, o Deputado Saretta, o Bispo da Diocese de Lages, o senhor Spies, os representantes da empresa Triunfo e os representantes da comunidade.

O Deputado Neodi Saretta falou que nós estivemos lá em Concórdia em função da construção da barragem, a qual eu acho que foi uma das primeiras barragens em Santa Catarina, a Hidrelétrica de Itá, e teve-se muita dificuldade, foi-se buscar entendimento, trabalhou-se muito para que as pessoas não fossem desalojadas de forma desumana.

Depois de tantos anos, eu não consigo admitir que uma empresa faça uma obra e essa obra fuja daquilo que foi a sua previsão. [Taquígrafo-Revisor: Eduardo Delvalhas dos Santos] Eu não tenho os dados em mãos, mas se nós admitirmos que a previsão de alagamento ultrapassou aquilo que a empresa imaginava, eu fico me perguntando o que será da obra de contenção que foi feita, daqueles que estão abaixo da barragem. Qual a segurança que eles têm, se nós não temos a segurança de saber aonde irão atingir com o lago? Então, realmente essa é uma questão preocupante.

Quando o Deputado Dirceu Dresch trouxe o assunto para a Comissão de Agricultura e Política Rural, nós nos colocamos imediatamente à disposição, e é aquilo que o Deputado Dirceu disse, Spies: você, que é o nosso Secretário Adjunto de Estado da Agricultura e tem grande conhecimento de agricultura, não nos cabe julgar, condenar ou absolver, mas cabe a nós ajudar na busca de solução, e é isso o que nós vamos tentar fazer aqui no dia de hoje, a fim de que, pelo menos, tenhamos informações seguras do que aconteceu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Dirceu Dresch) - Obrigado, Deputado Sopelsa, e mais uma vez agradeço a Comissão de Agricultura pelo imediato encaminhamento sobre a realização desta audiência pública.

Agora, passamos a palavra ao reverendíssimo dom Irineu Andreassa, Bispo da Diocese de Lages.

O SR. DOM IRINEU ANDREASSA - (Saúda todos os membros da mesa e as demais autoridades.)

Eu estou à vontade e vou falar tudo o que eu quero.

Em 1946 a minha avó recebeu a visita de uns grileiros dizendo que aquelas terras, que eram do avô dela, não eram mais dela. Ela pediu um tempo, foi lá para dentro e voltou com uma espingarda dando tiro para todos os lados, e a terra ficou até hoje.

Eu estou falando isso porque no nosso século ainda existem grileiros. Desculpem-me, mas quando eu tenho uma propriedade e nela não foi feito um trabalho de impacto social, ela foi grilada e foi grilada pelo Estado. Hoje nós temos pessoas depressivas, pois famílias estão há sessenta anos no local e de repente a terra lhes foi tirada. E qual foi a indenização? Hoje temos duzentas e poucas famílias lá, e qual a indenização? Quando essa empresa Triunfo, com o Scalco... e não é senhor Scalco, porque ele não merece ser chamado de senhor - gostaria de que o advogado fosse portador disso, mas já disse isso para ele pessoalmente; Scalco e Sueli, duas pessoas que não merecem ser chamadas de senhor e senhora pelo dano familiar que eles estão causando.

A empresa Triunfo, pelos jornais de Anita Garibaldi, nós sabemos da imoralidade. Nos lugares por onde ela já passou falta moral; são muitas as dificuldades que já causou às famílias.

Eu estive lá na usina há um ano e pouco, quando eles puseram fogo lá, e eu presenciei a polícia dentro do carro da Triunfo, eu presenciei a polícia sendo transportada pelos carros da Triunfo. Então lá tem um casamento da polícia com a Triunfo, tem um casamento da Promotoria Pública com a Triunfo. Eu estive lá porque a polícia ia interferir às 9h, eram umas setecentas pessoas e ia ter confronto com a polícia que estava com fuzil, com metralhadora, sendo que aquelas famílias estavam desarmadas. Lá eu consegui intermediar, e então eles foram para o acampamento da Nossa Senhora das Graças, onde estão hoje. Fomos lá dialogar com o Scalco, mas é difícil, porque o Scalco é o pai da mentira; lá ninguém acredita no Scalco hoje em dia. Ele vai à televisão, ele vai à rádio com uma autodefesa mentirosa; ele é falso.

Naquele dia em que nós intermediamos, tinha todo um aparato unido com a polícia e seguindo ordens do Promotor; era um casamento. E um Promotor que nunca se fez presente onde estão os atingidos. Nunca! Ele foi três vezes à Triunfo, no Scalco; ele tem um casamento com a Triunfo e não com as famílias, e por três vezes ele foi lá. Uma das vezes tomou café com o Scalco, subiu na caminhonete do Scalco e foi visitar duas famílias indicadas pelo Scalco. Senhores, se eu vou levar o Promotor, vou levar onde? Levou em duas famílias que foram contempladas; nos atingidos eles não levaram. O Scalco não foi até hoje no lado de um atingido. Não foi até hoje! Ele foi lá na da Triunfo, porque tem um casamento amoroso ali, entre os dois.

Eu fiquei admirado com o último depoimento que os atingidos me deram. Para irem lá no Scalco, eles têm que telefonar antes a fim de marcar dia e hora. Quando a família chega lá, o que acontece? A família é revistada e os carros também são revistados, porque para eles as famílias são bandidas.

Numa reunião dentro do Fórum com o senhor Scalco, ele interrompeu e disse que estavam colocando fogo no acampamento, no alojamento, e que eram as famílias, que elas eram baderneiras. Esses foram os termos dele. Mas nós sabemos que quem pôs fogo foram os operários, porque ofereceram um salário *x* e deram *y*, então os operários colocavam fogo. Ele interrompeu a reunião por duas vezes para dizer que as famílias estavam colocando fogo, e hoje ele sabe que quem pôs fogo foram os operários. Então, para o senhor Scalco, assim como para o Promotor, as famílias atingidas são delinquentes.

Ai eu fiz uma reunião com os Prefeitos da Amures - Associação dos Municípios da Região Serrana. Acho que vieram onze ou doze Prefeitos, depois vieram os Presidentes de Câmara e também os Vereadores, estando todos os Municípios lá representados. No início da reunião a imprensa falada e escrita chamou-me à parte porque queria saber qual era a maior dificuldade, por que eu estava convocando uma reunião com as Pastorais Sociais. E eu disse a eles que a maior preocupação era com as famílias atingidas que não tinham sido contempladas.

Então, marcamos uma reunião, havendo a decisão de ir para a comunidade Nossa Senhora das Graças, de Abdon Batista. Nessa reunião eu estava presente também e foi uma opção do grupo que lá estava reiniciar o acampamento a partir daquele momento. [Taquígrafa-Revisora: Siomara G. Videira] E lá, naquele acampamento, todos foram a favor.

Pediram ao Bispo para contar a situação na rádio, no programa do Maneca, que é um programa ao vivo, e também na Rádio Cultura de Campos Novos. Então, contei o caso e fiz um apelo, usando um termo bem simples: que a Promotoria tirasse a bunda da cadeira. Enquanto a Promotoria não tirar o traseiro, a bunda da cadeira, os atingidos sempre irão sofrer, porque não há quem os defenda. O Estado deveria estar do lado das famílias, mas o Estado está contra.

Isso eu falei no ar, nas duas rádios: a Promotoria tem que tirar a bunda da cadeira, senão não vai saber do problema real. O Scalco tem caminhonete, é protegido, tem computadores para se defender. Os atingidos não têm, são pessoas da raça, e eles mesmos têm se virado a fim de ir atrás de alguém para fazer algo por eles. Estão abandonados, por parte da Promotoria.

Depois teve uma reunião - na qual não pude estar presente -, e chegou uma oficial de justiça querendo saber quem era dom Irineu. Então disseram que eu não estava, e ela perguntou a mais algumas pessoas, que também disseram que eu não estava. Ela quis tirar foto do grupo que estava lá, mas não deixaram; depois queria tirar fotos de costas, mas também não quiseram, e aí a distinta foi embora.

Ontem chegou para mim um mandado proibitório. Então, agora o Bispo tem que estar distante 2.500 metros do canteiro de obras. E, se por acaso invadirem a 282 ou o canteiro de obras, o Bispo vai pagar R\$ 10 mil por dia. Mas o dinheiro que tenho hoje no banco é dois mil e poucos reais. Agora a OAB já se inteirou do assunto, está intervindo, já está me defendendo e dando proteção a minha pessoa. Parece que tem cinco dias para a pessoa se defender, para se apresentar ao Juiz.

Eu não tiro o chapéu para a Promotoria Pública e tenho vergonha dela.

Era isso, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Dirceu Dresch) - Obrigado, dom Irineu, pela sua presença e pelas palavras sobre a realidade em toda a região e na imprensa.

Comunico a todos que agora chegou o pessoal da Fatma.

O SR. DOM IRINEU ANDREASSA - Senhor Deputado, apenas mais uma palavrinha. A Fatma multou a empresa em R\$ 10 milhões. Por que essa quantia não é revertida para os atingidos? O senhor Rene comunicou-me que haveria a divisão desse dinheiro. Por que dividir esse dinheiro? Ele deveria ser investido em prol dos atingidos.

Outro erro: os cinco Prefeitos pegaram o dinheiro da Triunfo, e pelo que o senhor Scalco me falou ele deu brita e tudo mais que os Prefeitos pediram. Então, tem um casamento das Prefeituras com a Scalco. É um casamento muito bem feito e bonitinho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Dirceu Dresch) - Gostaria de chamar para fazer parte da mesa o senhor Alexandre Waltrick, Procurador Jurídico da Fatma, e também o senhor Daniel Vinicius Netto, Gerente de Avaliação de Impacto Ambiental da Fatma.

Com a palavra o Vereador Natalino Ramos Corrêa, de São José do Cerrito, que também representa os atingidos.

O SR. VEREADOR NATALINO RAMOS CORREA (São José do Cerrito/SC) - Bom-dia a todos. Quero saudar o Deputado Dirceu Dresch e, em seu nome, cumprimentar as demais autoridades aqui citadas, bem como cumprimentar os demais presentes.

Aquilo que escutamos do Bispo é uma história verídica, e é até um pouco maior, dom Irineu. Nós acompanhamos a situação, que vem desde 2008, quando lá começaram os levantamentos, os cadastros socioeconômicos. Depois foi se desenrolando a construção da barragem, em seguida as indenizações, e começaram a surgir os problemas com as indenizações. A empresa vinha com uma proposta muito baixa, o proprietário não aceitava e era judicializado; depois a família tinha que sair às pressas porque a empresa conseguia a posse da propriedade. De posse desse documento, a empresa até se aproveitava da autoridade e não concedia prazo para as pessoas tirarem os seus pertences.

Isso aconteceu com um irmão meu, que teve a sua casa demolida e enterrada sem que fosse tirada uma só telha. Outras propriedades também passaram pela mesma situação, e o pessoal ficou na expectativa de que a empresa não conseguiria a licença para o enchimento do lago sem que a situação tivesse resolvida.

Sabemos do esforço da Fatma, que não concedeu essa licença, de liminar dos juízes para não encher o lago. Mesmo assim a empresa desobedeceu a uma ordem judicial e não respeitou a Fatma, que é um órgão fiscalizador. A empresa passou por cima disso e encheu o lago sem que a situação estivesse completamente resolvida. Muitas pessoas foram pegadas desprevenidas, perderam a sua safra, pois ficou embaixo d'água; as madeiras não foram retiradas da área de alagamento, de onde deveriam ter sido retiradas pelo proprietário, ou a empresa poderia ter cortado, estaleirado e dado a DOF para que o produtor conseguisse comercializar aquelas madeiras. Dentre outras coisas tem também os direitos dos arrendatários, dos poceiros de boafé, os quais foram negados.

Os documentos foram encaminhados à Fatma e ela deu o parecer positivo, mas infelizmente a nossa Promotoria abriu a exceção de que a empresa poderia contestar, e ela acabou novamente negando

esse direito a eles. É lamentável que a Promotoria tenha aberto esse espaço para que a empresa pudesse novamente contestar. Nós sabemos que em outras barragens, em outros empreendimentos o aval, o parecer da Fatma era válido e aceito pelas empresas. Então, é lamentável um fato desses.

Com o enchimento do lago, fomos pegos de surpresa e acabamos ficando sem acesso de um Município para o outro. Em cinco Municípios, nós tínhamos quatro balsas que davam acesso aos outros Municípios e até hoje essas balsas não estão funcionando. [Taquígrafa-*Revisora: Iwana L. Lentz*]

Acho que elas tinham que estar dando acesso aos municípios desde quando encheram o lago. Também ficaram pontes sem terminar; uma está sendo terminada e outra qualquer chuva encosta nela, deixando três comunidades sem acesso à região. Agora foi posto cascalho em outro acesso, mas a dificuldade é maior porque aumenta a distância entre a comunidade Bela Vista, a São Roque, a São Sebastião da Barra. Nos outros Municípios, também tem a questão das balsas, como Abdon Batista, Cerro Negro, São José do Cerrito, Vargem e Campo Belo. A gente lamenta isso que está acontecendo lá.

O povo está mobilizado em sinal de protesto reivindicando os seus direitos. Acho que, em casos pendentes, são aproximadamente duzentas famílias que não foram beneficiadas. E algumas beneficiadas com remanescentes estão inviáveis. Não tem como uma família sobreviver nessa área.

O que acontecia? A empresa adquiriu o terreno. Uma parte ia ser alagada e a outra era para reserva legal. Na sobra, a empresa fazia o remanejamento de algumas famílias, mas às vezes a área era ruim. Então, ela oferecia aquela área para a família e pressionava: "Ó, se vocês quiserem é essa, senão vão para a Justiça atrás do seu direito."

Então, hoje nós temos várias famílias que ganharam a sua casinha mas não têm como sobreviver, pois até a vegetação é mais grossa, como chamamos lá, e não pode ser mais mexida. O que se pode fazer? Como nós falamos no interior - desculpem-me o linguajar -, apenas dá para criar graxaim e cabrito. Não tem como essas famílias sobreviverem nessas condições. Há famílias sem água potável desde que encheram o lago, já que os poços artesianos que foram perfurados pela própria empresa acabaram ficando debaixo d'água... sem energia elétrica... Quando terminou a represa do rio, ela acabou indo 1.600 metros acima do rio, atingindo - pelo que a gente sabe - mais vinte e poucas famílias. Então, são vários casos desses. As famílias que ficaram sem água foram lá fazer fonte de água, mas não tem condições de essas famílias consumirem essa água porque ela não é de boa qualidade.

Como representante - e também Vereador do Município -, também sou atingido. Tenho a minha propriedade atingida e estou batalhando, reivindicando para que os direitos do nosso povo sejam reavaliados. A gente recorreu ao Ministério Público Federal; estivemos em reunião com o doutor Nazareno, Procurador de Lages, e ele vai tentar fazer um novo Termo de Acordo de Conduta (TAC) para que a gente possa entrar em contato com a empresa e ver se consegue negociar.

Deixo aqui também um pedido, em nome dos atingidos, para que as autoridades tomem providência sobre isso. Também pedimos à Fatma, que é o órgão que emite a Licença Ambiental de Operação (LAO), para que essa licença não seja concedida enquanto não for regularizada a situação pendente das comunidades.

Já agradecemos aos Parlamentares, em nome do Deputado Dirceu, e ao Bispo Irineu, que tem nos dado apoio. Obrigado pela sua presença.

No momento, era isso. Obrigado pelo espaço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Dirceu Dresch) - Obrigado, Vereador Natalino.

Passo a palavra ao senhor Alexandre Waltrick Rates, Procurador Jurídico da Fatma.

O SR. PROCURADOR ALEXANDRE WALTRICK RATES - Bom-dia a todos. (*Cumprimenta os membros da mesa e os demais presentes.*)

Primeiro, quero pedir desculpas pelo atraso em chegar aqui. Nós estamos em reunião de gerentes da Fatma e fomos avisados ontem à noite pelo presidente Gean para que nos fizessemos presentes a esta reunião. É pública e notória a recuperação do presidente depois do acidente, mas, como de manhã ele faz fisioterapia, ele pediu que a Fatma se fizesse presente aqui para justificar o papel dela nessa situação.

Como órgão ambiental, ela é a entidade que tem que emitir a licença ambiental. Infelizmente ou felizmente, talvez nos últimos anos tenhamos trazido para o órgão ambiental responsabilidades que no passado não seriam dele. Essas questões de desapropriações, de regularização fundiária... a gente percebe, nos últimos tempos, que isso está entrando em uma seara ambiental que não necessariamente

seria inerente às atividades do próprio órgão, da Fatma. Quem sabe num futuro próximo o Estado tenha órgãos que possam trabalhar nessas questões, para que a gente não confunda situações de regularização, de desapropriações com questões ambientais. A gente sente essa dificuldade porque não existe um corpo técnico de tamanha monta que possa dar vazão em curto espaço de tempo para resolver esses problemas.

O que aconteceu nesse empreendimento de forma específica é que a Fatma agiu como deveria atuar fazendo o licenciamento ambiental - é um licenciamento já de anos. Sobre ele, depois o nosso gerente de Avaliação, que coordenou o trabalho, pode dizer algumas palavras para explicar como funcionou isso. Chegou-se ao ponto de estar perto do enchimento do lago. Para isso existe uma autorização, mas a Fatma condicionou a algumas resoluções que ainda estavam pendentes, e uma delas é a questão dos atingidos. Nós nos posicionamos, avocamos para a sede a situação de valoração das propriedades, identificando aqueles que seriam ou não atingidos. Percebemos que tinham várias inconsistências, não apenas de algumas pessoas que se aproveitam dessa situação para de alguma maneira se beneficiar, como também a não concordância da empresa com os valores que foram apresentados. E na última semana a Fatma chegou à conclusão, juntamente com o Ministério Público lá da Comarca - eu entendo que o Promotor de Justiça é o fiscal da lei e deve tomar conta dessas situações -, de que seria contratada uma empresa de auditoria. Essa empresa deve ter sido contratada na data de ontem, ou pelo menos identificada qual seria, para que se regularize e se efetive de maneira definitiva quem são os atingidos e os valores que eles irão receber.

Até por experiência de outros empreendimentos, o que a gente percebe é que, às vezes, situações meio estranhas acontecem. Quem nunca foi produtor - não é aqui o caso - acaba entrando nessa discussão até para se beneficiar, como também as empresas tentam diminuir o seu custo de alguma maneira. Sabendo dessa situação - não é a primeira vez e não é o primeiro empreendimento que a gente tem essa dificuldade -, a Fatma chegou à conclusão de que seria melhor contratar uma empresa de auditoria com renome internacional, para que se fizesse a resolução dessas pendências.

Eu não tenho esse conhecimento ainda, mas ontem à tarde houve uma informação sobre isso e acho que essa empresa deve ser contratada. Ela vai trabalhar em um curto espaço de tempo e vai chegar à conclusão de quem tem direito a receber e quais são os valores a receber. Quer dizer, sai um pouco da esfera ambiental, que é o nosso *métier*, entrando em uma situação mais de valoração e de especificidade, e a Fatma - confesso - não tem essa estrutura toda para definir isso. [Taquígrafa-*Revisora: Sibelli D'Agostini*]

Como órgão estadual, nós fomos ver o que dizia a legislação, pois somos obrigados a fazer o que está na lei, e a licença é um ato vinculado. Na verdade, é assim: cumpridos os requisitos, o órgão ambiental tem o dever de fazer a expedição dos atos autorizativos e a licença é um deles. Estamos em fase de apreciação e de emissão da Licença de Operação; houve o enchimento do lago sem a devida autorização da Fatma - isso é público e notório.

Houve um pedido, e a Fatma entendeu que ainda havia pendências a serem resolvidas em relação aos atingidos e à questão do patrimônio histórico-artístico. Essa situação do patrimônio histórico-artístico foi contemplada no TAC firmado com o Ministério Público da Comarca - o doutor René trouxe para ele essa situação. Também estavam presentes à reunião o Movimento dos Atingidos - não sei se todos aqui se fizeram representar, mas existe, ele consta no Termo de Ajuste de Conduta como uma das partes -, a Ordem dos Advogados do Brasil, que da mesma forma consta como uma das partes. Então, nesse aspecto a Fatma teve participação como qualquer outro órgão.

Existem as obrigações e a questão das multas que foram exaradas em função do enchimento do lago sem a devida autorização ambiental. Isso também foi contemplado no TAC. Na questão da distribuição de recursos a Fatma é partícipe, não foi ela que definiu os valores. E não vou aqui fazer juízo de valor se está certo ou errado porque existe um órgão, volto a insistir nisto, legitimado para isso que é o Ministério Público. Em reunião com a participação de todos, o Ministério Público entendeu de fazer as destinações cabíveis, pelo menos no seu entendimento.

Houve uma determinação, a Fatma vai cumprir, e o nosso presidente está imbuído de resolver essa situação. A gente sabe que é uma questão social. Faço votos de que isso chegue a um bom termo o mais rápido possível, até porque sabemos que há situações em que de alguma maneira famílias vão ser atingidas. Por outro lado, também entendo que a empresa fez um investimento alto até agora e tenho certeza de que ela vai continuar de alguma maneira cumprindo com as suas obrigações e prestando o atendimento conforme o que foi

acordado com o próprio Ministério Público. O TAC é muito robusto, existem obrigações.

Eu ouvi aqui o nobre Vereador falando sobre ligações com pontes. O TAC contempla ligação, construção de pontes, término de obras que já estão em andamento, construção de estradas, cascalhos nas estradas, ligações que não havia e vão ter de ser feitas. Existe prazo para isso. E nós, como partícipes do TAC, vamos cobrar a execução dentro dos prazos que foram fixados em acordo; não é um acordo extrajudicial, mas todos nós sabemos a força que tem o Termo de Ajuste de Conduta do Ministério Público. Esse Termo de Ajuste de Conduta passa pelo crivo do Conselho Superior do Ministério Público e pode ser adequado, se se entender que sim.

Pelo que nós temos acompanhado, eu entendo que existe uma situação, mas são ocorrências com problemas normais. É anormal para quem vive esse problema, a gente entende isso, mas para quem vive dentro do contexto de uma obra daquele porte esses problemas são naturais que ocorressem.

Agora é fazer com que a sociedade e os nossos representantes cobrem da empresa para que ela cumpra as obrigações que estão sendo firmadas, seja através do Termo de Ajuste de Conduta com o Ministério Público ou das obrigações normais que já constam no processo de licenciamento. Dentro de um processo de licenciamento, dentro de uma licença expedida, existem obrigações de compensações ambientais, de compensações sociais, de situações de mitigação de dano ambiental, e a empresa sabe das suas obrigações, sabe da penalidade que pode ocorrer se não as cumprir. E a Fatma, como faz em todos os casos, estará diligente nessa situação para fazer cumprir, ou pelo menos tentar fazer cumprir, aquilo que ela colocou como condicionante das licenças que estão sendo emitidas. Ninguém queria essa situação, mas a gente sabe que está posta.

Eu volto a insistir, mesmo com o corpo técnico reduzido nós avocamos para a sede, através da Gerência do Daniel, a tentativa de resolução dessas questões sociais, dessas questões dos atingidos. Entendemos que não vamos dar vazão, que não temos capacidade para poder terminar esse trabalho, pois é um trabalho longo, com uma análise de quase duzentos processos de forma individualizada. Quer dizer, chegamos à conclusão de que seria melhor que uma empresa com renome internacional pudesse terminar esse trabalho e fazer talvez uma mediação entre as partes para que se chegue a um bom termo. Isso foi levado ao Ministério Público, e o promotor concordou. A empresa deve ter sido escolhida na data de ontem e, como sugestão, talvez fosse interessante fazer contato para saber qual a empresa e se fazer representar.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA - Só uma pergunta: quem vai contratar essa empresa?

O SR. PROCURADOR ALEXANDRE WALTRICK RATES - A empresa Rio Canoas.

O SR. DOM IRINEU ANDREASSA - Aí é que mora o perigo, porque os atingidos não aceitam. Desde que a Fatma deu o parecer e a empresa não aceitou - agora sugeriram três empresas, e o senhor está citando uma -, os atingidos falaram: vai ser comprada pela empresa Rio Canoas.

O SR. PROCURADOR ALEXANDRE WALTRICK RATES - Com todo respeito, a Fatma deu um parecer e nesse parecer houve uma abertura de prazo (eu não vou entrar nessa discussão) para que se apresentassem novos atingidos e novas situações. Ou seja, a Fatma entendeu que haveria possibilidade de se abrir para que outras pessoas se apresentassem no processo. Foi o que aconteceu: outras pessoas se habilitaram, trouxeram a sua documentação. E nós chegamos à conclusão de que, devido à quantidade de pessoas que se apresentaram no processo, não teríamos condições técnica para resolver.

Quando falo em uma empresa - na verdade o que se colocou no Termo de Ajuste de Conduta é que as empresas iriam oferecer o seu trabalho, empresas essas de renome internacional -, eu entendo, salve melhor juízo, uma Price, uma Waterhouse, uma empresa de auditoria que tenha respaldo nacional. A questão de ser comprada ou não ser comprada foge inclusive um pouco daquilo que entendemos como auditoria. Uma auditoria tem que ser séria e independente, mas se houver essa situação é um caso criminoso e tem que ser apurado. Eu não acredito que isso vá acontecer; creio que uma empresa de porte que presta esse tipo de serviço não vai se sujeitar a um lado ou a outro lado; normalmente a auditoria serve justamente para ser imparcial. Não estou dizendo que isso não aconteça, mas pelo menos é a nossa visão: alguém vai ter que pagar esta conta da contratação, e é mais justo que seja a empresa, aquela que de alguma maneira tem que resolver essa situação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Dirceu Dresch) - Há uma avaliação realizada lá que diz que a água tomou conta de mais de

cinquenta mil araucárias, e existe uma afirmação de que a empresa foi multada em dez milhões pela questão ambiental. Qual é o direito que a empresa tem hoje de manter o lago cheio? Ela não tem autorização? Ela tem liminar na Justiça para manter o lago cheio?

O SR. PROCURADOR ALEXANDRE WALTRICK RATES - A questão da multa foi justamente porque não se tinha autorização para o enchimento do lago. E a Fatma fez o papel dela, que é atuar, multar e exigir as reparações.

A questão de autorização para manter ou não o lago cheio não existe, não há essa autorização. Isso é uma situação posta. Quer dizer, quando se enche um lago, para voltar... nós entendemos - e volto a insistir, a Fatma analisa a questão ambiental - que o dano já houve. Então nós temos que remediar de alguma maneira, compensar esse dano e fazer as exigências que a lei obriga em relação a isso. Uma autuação dessa gera um inquérito civil no Ministério Público, e é uma questão do Ministério Público levar adiante. Existe alternativa do ponto de vista da análise, se houve ou não uma infração, mas é uma questão que foge da alçada da Fatma. O que nós podemos afirmar é que aquilo que nos cabia fazer naquele momento, que era atuar, tomar as providências e fazer as exigências para que o dano fosse mitigado de alguma forma, a Fatma fez. [Taquígrafa-Revisora: Jacqueline de O. V. Bitencourt]

Na questão de multa, existe um prazo normal, de lei. A empresa apresenta o seu recurso - isso faz parte do processo -, e nós vamos analisar a questão de recurso, se tem procedência, se não tem, se o valor é ou não é correto. Quer dizer, é feito um julgamento. V. Exas. devem estar acostumados com isso, é um procedimento normal, até em respeito ao devido processo legal, à ampla defesa, ao contraditório, que todos eles têm, sob pena de invalidarmos todo esse trabalho que foi feito pela equipe.

A questão das araucárias, eu acho que o Daniel pode explicar melhor por ser uma questão mais técnica.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Dirceu Dresch) - Com a palavra o senhor Daniel Vinicius Netto, gerente de Avaliação de Impacto Ambiental da Fatma.

O SR. DANIEL VINICIUS NETTO - Bom-dia! Vou fazer um histórico breve a respeito do processo de licenciamento para vocês entenderem como se dá o licenciamento ambiental desse tipo de atividade.

Uma hidrelétrica nasce num chamado inventário de aproveitamento hidrelétrico, autorizado pelo Ministério de Minas e Energia através da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Então, quando chega a um órgão ambiental um requerimento de licenciamento ambiental para uma hidrelétrica, ele já tem uma autorização da Agência Nacional de Energia Elétrica para estudar o aproveitamento hidrelétrico daquele trecho, o qual foi inventariado e autorizado pela Aneel. Após a autorização de inventário, de aproveitamento, é feito o Estudo de Impacto Ambiental (EIA), no caso de hidrelétricas de usinas de grande porte. E o EIA é encaminhado ao órgão ambiental, que compõe uma equipe multidisciplinar para analisar os três componentes: o meio biótico, o meio físico e o meio socioeconômico. Portanto, nesse estudo são contemplados todos os aspectos; é levada em consideração uma série de fatores desses três meios.

O que aconteceu no caso da Garibaldi? Nós solicitamos estudos complementares, pelo menos quatro vezes, quando da apresentação de Estudo de Impacto Ambiental. Foi emitida a Licença Ambiental Prévia (LAP) e uma gama de mais de sessenta condicionantes - programas ambientais de estudos da qualidade da água, levantamentos de fauna, levantamento de flora, inventário florestal. Antes que a Fatma emitisse a Licença de Instalação o Ibama emitiu a autorização para a supressão da vegetação, e o preceito legal diz que para a supressão de vegetação acima de cinquenta hectares em área rural o órgão estadual precisa da anuência do órgão federal. Ou seja, antes de a Fatma emitir a Licença de Instalação o Ibama já havia emitido a supressão para todos os seiscentos hectares de vegetação.

Então, o que estou contextualizando aqui é para vocês entenderem que, envolvido em toda esta questão de uma hidrelétrica, não é só o órgão ambiental... começa com o governo federal, que define, determina e dá concessão para aquela empresa através de um leilão. Houve um leilão, a empresa ganhou e, portanto, veio requerer o licenciamento já com a autorização, com a concessão do governo federal. O que compete ao órgão ambiental estadual no licenciamento é tudo o que está preconizado na legislação ambiental. Por isso eu falei que nós colocamos, e isso foi materializado em mais de sessenta condicionantes. E todas cumpridas, do ponto de vista técnico, nos aspectos essenciais para o licenciamento, que é a questão da fauna e da flora, a questão do meio físico, a questão da qualidade da água, enfim, todo o contexto que envolve a Avaliação de Impacto Ambiental para licenciar um empreendimento desse tamanho.

Como disse o doutor, muito nos preocupava, nos preocupou, nos preocupa e continuará nos preocupando muito esta questão socioeconômica, fundiária. Então nós fomos além da lei; a Fatma foi além da lei, do que está preconizado na legislação. Nós impusemos na Licença de Instalação, além da obrigatoriedade de pagar meio por cento do valor total de empreendimento - isso está na Lei nº 9.985, a Lei do Sistema Nacional de Unidade de Conservação -, e esse meio por cento do valor do empreendimento é destinado a uma unidade de conservação, além disso, nós colocamos o valor da ordem de mais de 10 milhões para compensação social dos Municípios. Isso na Licença de Instalação, antes do início das obras. O Município que recebesse a casa de força, que é a Abdon Batista, teria direito a esse valor dobrado, e 1 milhão e 800 a cada Município - para quem não sabe, são cinco Municípios atingidos: Abdon Batista, Cerro Negro, Vargem, Cerrito e Campo Belo. A Fatma colocou na licença... sem base legal, mas usando a prerrogativa de critério técnico e a Avaliação de Impacto, nós arbitramos esse valor dentro da licença como compensação social. Por quê? Porque o impacto de um empreendimento desse, quando chega aos Municípios, pode-se dizer que é avassalador. Por exemplo, quando montou o canteiro de obras já impactou mil e tantos funcionários no sistema de saúde pública de Abdon Batista. Quer dizer, o posto de saúde chegou rapidamente ao limite que tinha. Então foi colocada essa exigência. E o Município de Abdon, inclusive, com o valor dobrado, sendo 3 milhões e 600 para investimentos só na parte social, em contrapartida, para o Município.

Aí é emitida a Licença de Instalação. Por quê? Porque todas as condicionantes do Licenciamento Ambiental Prévio foram cumpridas, foram apresentadas. Então a equipe multidisciplinar avalia os aspectos dos três meios e emite a licença. Portanto, é considerado todo o aspecto técnico para o licenciamento ambiental.

A Licença de Instalação foi emitida e uma série de condicionantes também foi determinada para a continuidade do empreendimento e para a futura Licença de Operação, que ainda não foi emitida. Ocorre que eles fizeram o enchimento do lago, e isso foi contra a nossa vontade. Mas o que se pode fazer? O que está ao nosso alcance em termos de poder administrativo? É atuar. E de imediato nós atuamos em um valor que já é conhecido por todos. Depois de estar cheio, você tem que avaliar quais são os prováveis impactos que esse lago cheio pode causar, uma vez que não foram atendidas as condicionantes para o enchimento desse lago - nós emitimos um parecer antes desse enchimento.

Na verdade, as questões ambientais, tecnicamente falando, do meio físico, do meio biótico principalmente, estavam cumpridas. Todos os programas foram implantados. Não estou aqui defendendo o empreendimento, absolutamente, até porque eu fui o primeiro a dizer "vamos atuar" quando houve o enchimento. A questão é que as exigências condicionadas na Licença de Instalação foram cumpridas. Nós pedimos uma série de estudos, nós pedimos reiteradas vezes estudos complementares, nós fizemos muitas exigências, e por incrível que pareça muitos outros empreendimentos implantados em Santa Catarina não chegaram a apresentar as nossas exigências da maneira como foi apresentada por essa empresa. [Taquígrafa-Revisora: Dulce Maria da Costa] Quer dizer, realmente fizeram todos os programas, implantaram todos os programas que nós determinamos. Então houve o cumprimento de todas as condicionantes.

O que estava pendente para essa autorização de enchimento? A questão fundiária, a questão das indenizações. Mas já havia sido uma exigência nossa de que as obras não iniciariam sem que primeiro todos os atingidos do canteiro fossem indenizados. Então, houve uma corrida do ouro lá, e eles compraram as áreas de canteiro uma por um preço, outra por outro. Como bem disse o doutor, a Fatma não pode entrar nessa seara. Muita gente vem na Fatma reclamar: ah, mas eles estão querendo me pagar x, y e vale mais! Nós não temos competência, nem capacidade, nem atribuição!

E nós temos que dividir esta responsabilidade da geração de energia no Brasil porque, como eu falei, inicia com o governo federal dando a concessão e vem para o órgão ambiental estadual dar a licença. Então nós temos que dividir as responsabilidades. Nós temos que dividir as responsabilidades porque não são poucas as vezes que o Ministério de Minas e Energia, a Agência Nacional de Energia e até a Presidência da República cobra do governo do Estado de Santa Catarina e da própria Fatma atendimento aos cronogramas de expansão da matriz energética brasileira. Tanto é que a empresa nos trouxe um documento do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) dizendo que havia uma séria necessidade de encher esse lago e de passar a operar essa hidrelétrica, sob pena de colocar em risco para a falta de energia na Região Metropolitana de Porto Alegre. O Operador Nacional emitiu esse documento e disse que estava favorável a encher naquele período. Nós não consideramos isso no nosso parecer porque

consideramos que tinha que estar cumprido tudo o que estava condicionado a emitir a autorização de enchimento.

Então, a emissão da autorização de enchimento foi negada, mas após esse fato ter ocorrido eles encheram o lago. Agora nós temos este caminho legal que é atuar e impor todos os controles ambientais. Nós não podemos dizer: olha, não ligue as turbinas e esvazie o lago. Tecnicamente isso não é mais possível, porque você vai ter impacto ambiental superior. Agora o que nós temos que fazer é continuar com os rigores de controle ambiental para que esse empreendimento opere cumprindo com tudo aquilo que a legislação determina.

Para concluir, outro problema que eu queria citar é que o Ministério Público do Estado tem um papel importante, mas às vezes o Ministério Público federal tem uma posição, o Ministério Público estadual tem outra, o Iphan quer de uma maneira, cada um dos outros órgãos envolvidos tem o seu posicionamento, quer impor à empresa, mas quer fazer isso através do órgão ambiental! Pois eu acho que cada um tem o papel de também se impor diante de um empreendimento desse!

Então, eu queira dizer que o nosso papel, o papel do órgão ambiental foi cumprido sim, e nós estamos tranquilos com relação a essa questão.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA - Daniel, você pode falar alguma coisa sobre a cota prevista e a comentada hoje - comentada e efetivada?

O SR. DANIEL VINICIUS NETTO - É. A questão da cota está determinada no projeto. Houve, vamos dizer assim, um erro na cota; ela não condiz com a cota apresentada pelo projeto. Isso foi levado em consideração no próprio auto de infração, ou seja, é um dos motivos pelos quais nós os atuamos. Eles já têm um documento nosso para corrigir essa questão e eles têm prazo para corrigir a questão da cota. Aí sim voltar a cota àquilo a que estava determinado no projeto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Dirceu Dresch) - Você tem a altura dessa cota, dessa diferença?

O SR. DANIEL VINICIUS NETTO - Não, de cabeça eu não consigo lembrar. São números que estão dentro do projeto, e eu não me lembro.

*(Falas paralelas fora do microfone referindo-se a pinheiros. Ininteligíveis.)*

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA - As araucárias.

*(Orador não identificado se manifesta fora do microfone: "Ficaram debaixo d'água, as araucárias".)*

O SR. DANIEL VINICIUS NETTO - A parte que foi inundada e a parte que não. Você tem um percentual que pode ser inundado e um percentual que tem que se retirar. Isso aí se avalia do ponto de vista botânico, da questão do meio biótico e da questão da qualidade da água. Portanto, essa questão de inundar mais ou menos é relativa.

O que nós entendemos é que, se eles suprimiram a menos ou a mais, o impacto está causado. O que podemos fazer é punir. Agora, você mandar mergulhar lá para retirar o que está inundado não vai resolver nada, vai só alterar a qualidade da água. Então, com o leite derramado, o que temos que fazer é atuar, é punir. Nós ainda não temos o levantamento concreto em relação a se eles desrespeitaram o percentual de inundação, mas isso quer dizer que também não há uma determinação legal de qual percentual a inundar. Você tem uma avaliação do que vai causar na qualidade da água e do que vai causar no meio biótico em si e no meio físico em relação ao quantitativo de vegetação que será alagado. Não tem uma certeza científica de que tendo inundado a mais agravou o impacto. Não há uma certeza científica.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Dirceu Dresch) - Daniel, eu acho que é justamente esta questão que você fala, que eles cumpriram todos os requisitos, todas as exigências. Mas tem uma avaliação muito concreta: é só passar na beira da BR-282 para ver que não foi tirado nada, foi inundado tudo, todas as árvores, a mata. Então, pelo que a gente andou na costa do lago, de fato isso existiu. Eles cumpriram de fato? Pelo que você falou, hoje vocês não têm certeza de que eles cumpriram.

O SR. DANIEL VINICIUS NETTO - É. Tem 42 quilômetros de reservatório. Ora, para nós termos controle exato do quantitativo precisaríamos ter um aparato muito além do que a Fatma dispõe hoje.

Então, como eu disse, em todos os empreendimentos não é diferente. Quando detectamos que fugiu daquilo que está determinado na licença, ou não a cumpriu, ou fugiu do projeto que apresentou, o nosso caminho é atuar e punir. Eles já foram penalizados e vão ser mais penalizados. Agora, o instrumento que nós temos é esse! Como eu disse, não dá para mandar esvaziar o lago. Mas esse percentual, eu repito, nós não temos certeza de se essas áreas alagadas... porque

não é proibido, não há uma técnica, não há um parâmetro que diga: olha, essas áreas que foram alagadas não deveriam estar alagadas. Não tem um parâmetro concreto a respeito disso.

O SR. DOM IRINEU ANDREASSA - Daniel, a nossa pergunta, a dúvida que eles têm: cinquenta mil araucárias ficaram debaixo da água, cortadas. Por que não puderam ser aproveitadas? É isso que os atingidos não entendem. Nós não podemos cortar uma árvore dessa porque a lei não permite; e foi permitido a cinquenta mil ficarem debaixo da água, cortadas!

O SR. DANIEL VINICIUS NETTO - Sim. Embaixo da água ou cortadas, eu vou lhe dizer por que é permitido para esse tipo de empreendimento. É porque a legislação brasileira diz que geração de energia é utilidade pública e que se pode intervir em Área de Preservação Permanente (APP). Inclusive pode suprimir área de APP. [Taquígrafa-Revisora: Sabrina Schmitz]

Então, partindo do princípio de que se pode intervir em Área de Preservação Permanente para gerar energia, você pode alagar também. Aí confronta com o interesse de quem quer usar a madeira, que às vezes é um interesse legítimo da comunidade, enfim, de quem está interessado. Mas não quer dizer, necessariamente, que tinha que suprimir e atender aquele interesse. Nós temos obrigação de exigir que ele não inunde aquilo que vai prejudicar, que vai causar mais impacto ambiental, isso sim.

Não sei se o Alexandre quer fazer alguma consideração.

O SR. PROCURADOR ALEXANDRE WALTRICK RATES (procurador jurídico da Fatma) - A única consideração sobre isso, e que inclusive está sendo avaliada para a emissão da Licença de Operação, é que a questão ambiental não é estanque. Tanto que existe uma licença que tem que ser renovada justamente para se saber se todas as obrigações ambientais estão sendo cumpridas ou foram cumpridas naquele período.

É uma situação que já chegou ao conhecimento da Fatma, sim, e é óbvio que a Fatma vai exigir que a empresa, primeiro, faça o levantamento dessa questão. Se são quarenta mil, cinquenta mil, cem mil, nós precisamos saber realmente o que foi... Ninguém acompanhou a efetiva supressão para poder ter essa mensuração; nós não temos um trabalho técnico ainda, e isso a Fatma tem que cobrar de alguém. De quem ela vai cobrar? Da empresa que está causando o impacto. Inclusive isso já foi comentado em reunião e vai ser uma exigência para que a gente tenha noção exata sobre se foi feita a supressão ou não.

Agora, é bem como o Daniel colocou: nós temos uma legislação que permite a intervenção em Área de Preservação Permanente, com a derrubada de árvores exóticas, nativas, para efeito de geração de energia elétrica. Aí não cabe à Fatma questionar; nós cumprimos a lei. Essa é a opção do País, e só temos que fazer com que o impacto seja o menor possível.

Nesta questão específica das árvores que nós já temos ciência de que ficaram cobertas pela água, a empresa vai ter, sim, que se manifestar e apresentar estudo, para que possamos ter uma garantia. É o que a gente pode dizer no momento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Dirceu Dresch) - Obrigado.

Agora, nós vamos passar a palavra ao nosso Presidente da Comissão de Agricultura, pois ele precisa se ausentar um pouco; depois, vamos passar ao Deputado Arnaldo; em seguida, passaremos a palavra ao pessoal da mesa; após isso, abriremos espaço para as perguntas, num segundo momento. E depois que passarmos a palavra para todos da mesa nós vamos liberar um tempo para novos questionamentos da mesa e do pessoal que está no plenário.

Com a palavra o Deputado Moacir Sopelsa, Presidente da Comissão de Agricultura e Política Rural da Alesc.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA - Deputado Dirceu, quero agradecer pelo espaço. Eu tenho uma agenda fora da Assembleia, e o Deputado Arnaldo irá nos representar aqui, em nome da Comissão de Agricultura.

Eu apenas quero fazer um comentário. Quando o nosso Bispo fez as suas primeiras colocações elas pareceram-me fortes, num primeiro momento. Mas eu quero lhe cumprimentar por isso, porque são poucos os que têm poder e liberdade de se expressar como o senhor se expressou. O que ele coloca sobre os pinheiros submersos, por que não se tem bom-senso, por que isso não vai para a comunidade? Talvez não precisasse a empresa tirar, o próprio Município ou as pessoas, as comunidades poderiam usar para a construção de coisas para elas. Quer dizer, nós vivemos em um País que tem dificuldades, mas quando o poder vem ele arrasado tudo.

O comentário que eu queria fazer: eu vivo numa região onde... Aqui eu não estou... eu estou até querendo elogiar a Fatma. Nós temos que respeitar o poder que vem de cima, até aonde chega o nosso poder

e qual é o poder das nossas funções. Eu acho que a Fatma, de fato, pelas colocações feitas aqui, cumpriu com os seus objetivos, com os seus deveres.

Mas eu sou da mesma região que o Dirceu, onde nós temos uma influência muito grande da suinocultura. Vou dar um exemplo bem simplório: se acontece isto com um produtor de suínos, de ter a infelicidade de uma esterqueira de dejetos vazar qualquer coisa, a polícia ambiental tem coragem de ir lá, botar as algemas no produtor e levá-lo para a cadeia. Agora, quando é um cara que tem poder... E aqui eu não estou querendo ofender o empresário, mas infelizmente nós ainda vivemos num País em que o poder... Quem diz que ele vai pagar essa multa de R\$ 10 milhões? Quem diz que vai pagar? Nós sabemos que a Fatma faz a obrigação dela, põe aquilo que estabelece em lei, mas quem disse que ele vai pagar? Ele não vai pagar! E quem diz que vai ser ressarcido o mal que foi feito para essas pessoas? Não é só a questão econômica, mas vem a questão de vida, a questão moral dessas pessoas.

Então, realmente nós precisamos realmente que os Poderes... E aqui não tenho dúvida nenhuma: a responsabilidade é do Ministério Público estadual, é do Ministério Público federal, de fazer com que a lei seja cumprida! Não basta cumprir a legislação ambiental, nós temos que cumprir também aquilo que é o direito das outras pessoas.

Francamente, eu nunca poderia imaginar que ainda hoje, no momento em que vivemos, situações assim pudessem acontecer. Eu sei que tem o interesse do produtor, que às vezes a propriedade vale dez e o produtor entende que deve pedir quinze. Tudo isso é uma questão de negócio. Mas a questão de passar por cima das pessoas, isso parece o tempo em que nós vivíamos na escravidão, ou sei lá o que nós poderíamos usar de exemplo. E ainda tem empresários da ditadura. Mais do que isso, não é, Deputado Dirceu?

Então, eu quero pedir desculpas porque tenho que me retirar, mas quero dizer que nós temos que ser parceiros. Vamos ver o que podemos fazer a fim de contribuir para que essas coisas possam ser pelo menos minimizadas a partir deste momento.

Deputado Dirceu, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Dirceu Dresch) - Obrigado, Deputado Sopelsa.

Com a palavra o Deputado Arnaldo Soares.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL ARNALDO MORAES - Um bom-dia a todos. (*Cumprimenta os membros da mesa e os demais presentes.*)

Como o Deputado Dirceu disse anteriormente, eu sou do Município de Lages, passo seguidamente pela BR-282 para ir a Campos Novos e região, e acompanhei desde o início os trâmites para a construção da Usina de Garibaldi.

No meu entendimento, nós tivemos vários atropelos à execução daquela obra. Entendemos que a construção da Usina é um mal necessário; nós precisamos da geração de energia. Então alguns pontos que possuem capacidade hidrelétrica têm que ser ocupados e utilizados. Mas para isso nós precisamos que os impactos que são gerados sejam mitigados o máximo possível e de maneira mais transparente e amistosa. [Taquígrafa-Revisora: Carla Greco Granato]

Como o Moacir Sopelsa disse também, entendemos que há pessoas que são atingidas. Mas tem pessoas que se dizem atingidas, que se aproveitam da situação, e isso tem que ser resolvido pelos órgãos competentes - quem realmente tem direito e quem não tem.

O valor dos bens que são atingidos. A técnica diz que é um valor, mas a pessoa que está lá tem outro valor para o seu bem, o valor sentimental, pois ela nasceu lá e não quer sair de lá. Então, são coisas que não são fáceis de serem resolvidas, e para isso tem todo esse aparato legal a fim de poder resolver essa situação. No caso da Garibaldi, houve alguns atropelos, e isso acaba prejudicando a comunidade atingida, inclusive com a proibição até de o Bispo chegar lá perto. Se tiver uma igreja lá para o Bispo rezar uma missa, ele não vai poder ir. Então há alguns absurdos, e isso não poderia acontecer mas aconteceu.

A empresa realizou o fechamento das comportas e o enchimento do lago sem a autorização da Fatma. Como o Procurador me falou, havia uma autorização do órgão nacional. Mas teríamos que respeitar o nosso órgão ambiental, que é o fiscal da parte ambiental, como foi muito bem citado pelo Procurador e pelo Daniel, e todas as etapas dessa usina. Eles fizeram exigências extras além da legislação, que a empresa vinha cumprindo, mas não cumpriu a última etapa. Então isso tem que ser resolvido.

A questão da cota, também a empresa tem que apresentar e justificar àquelas pessoas que achavam que tinham um pedaço de terra, agora acham que não têm mais, se vão ter ou se não vão ter.

Isso tem que ser muito bem explicado à população ribeirinha, que vai ficar lá com medo: se vai alagar na hora em que chover demais. Então isso tem que ser bem esclarecido para que nós possamos resolver essa situação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Dirceu Dresch) - Muito Obrigado, Deputado Arnaldo.

Passo a palavra ao senhor Airton Spies, Secretário Adjunto da Secretaria Estadual da Agricultura e da Pesca de Santa Catarina, a quem também quero agradecer pela presença aqui.

O SR. SECRETÁRIO ADJUNTO DE ESTADO AIRTON SPIES - Obrigado, Presidente.

Deputado Dirceu, eu quero cumprimentar todos os membros da mesa e principalmente as lideranças que representam a comunidade atingida.

Eu sou o Secretário Adjunto da Agricultura, e o Secretário João Rodrigues está informado da ocorrência desta audiência pública. Ele agradeceu pelo convite, mas em função de outro compromisso não pode estar aqui, incumbindo-me de trazer a visão da Secretaria da Agricultura, mas principalmente para podermos ouvir, dialogar e participar deste processo de resolução de conflito. Acho que este é o nosso papel como gestores públicos.

Presidente, eu quero parabenizar pela forma como foi conduzido este debate e principalmente pela forma esclarecedora como a própria Fatma, o Alexandre e o Daniel colocaram aqui o processo envolvido. E aí os esclarecimentos e as preocupações trazidas pelos líderes da comunidade.

Mas o que está claro no momento é que, como falaram os colegas da Fatma, há danos irreversíveis. Portanto, temos que olhar à frente no sentido de mitigar e compensar adequadamente aquilo que temos que fazer daqui para frente.

O certo é que a geração de energia elétrica é de interesse público, e não há como fazer isso sem impactos. Agora, temos que ter mecanismos para compensar justa e adequadamente, e de preferência com antecedência, todos aqueles que cedem alguma coisa em benefício da coletividade, entendendo que a energia elétrica está aí para a coletividade.

Os equívocos cometidos no processo são reparados por meio da lei e por meio das sanções que podem ser aplicadas. E as compensações, na outra ponta, também precisam ser traçadas.

Eu estava tentando me informar melhor a respeito do rol das principais promessas, ou de situações não cumpridas, que são apresentadas pela comunidade, e vejo também, quando a Fatma relata aqui que o Termo de Ajustamento de Conduta trata exatamente desse rol, ou destas grandes preocupações, que é uma questão de cumprir esse processo que foi acordado entre as partes. Então teria que se chegar a uma saída adequada para isso. Mas agora a questão é cada um cumprir a sua responsabilidade no processo, porque a gente sabe que no limite, no final, se as pessoas atingidas forem adequadas e justamente compensadas, a sociedade sairá ganhando com o processo, porque a energia elétrica é um bem necessário. Tanto é que ele passa por todo um processo de discussão e de licenciamento para chegar até aqui.

É evidente que o governo do Estado também tem políticas públicas que podem olhar de forma preferencial para as comunidades atingidas no sentido de participar do processo de mitigação, fazendo com que aqueles que tiverem que ceder alguma coisa, principalmente dentro do seu processo produtivo agrícola, que eles tenham condições de compensar isso em outro lugar. Então, colocamo-nos à disposição para participar desse processo. O governo do Estado, da mesma forma que tem todo interesse e necessidade coletiva da geração de energia, também tem o dever de cuidar dos agricultores e das famílias que foram atingidas.

Quando a gente olha para algumas questões, como a das araucárias inundadas, provavelmente acontece, como disseram os técnicos da Fatma, porque é permitido por lei que isso ocorra. Na verdade não há um ilícito nesse processo, há falta de bom-senso ou de coerência, porque as famílias, vendo aquelas araucárias sendo perdidas e que poderiam ter sido aproveitadas, sabem que é uma incoerência do processo. Mas não é um processo ilegal, pelo que eu entendi nas explicações dadas.

Então é a hora de sentar à mesa. E é muito válido este debate, porque acho que daqui vamos em direção do acordo, da negociação. No fundo, a negociação de conflitos é uma arte, é uma necessidade, e, se fazemos isso com razão e com coerência, deveremos chegar a uma saída.

Tenho certeza que aquele projeto de geração de energia elétrica tem recursos, tem valor suficiente para compensar justa e

honestamente todas as famílias. Pelo que elas perderam, a sociedade deve isso a elas. Todos os beneficiados por esta energia, e a própria empresa como parte deste processo, têm condições de fazer com que não sejam aquelas famílias que paguem o preço final.

A gente viu isto em outros projetos, como no caso de Itá, que o Deputado Sopelsa comentou aqui. A comunidade de Itá também sofreu com isso, mas hoje Itá é uma comunidade muito organizada e bonita. Até melhorou em relação à situação anterior, mas teve que passar por este processo de negociação de conflito, e principalmente com cada um usando os seus argumentos, a sua força, mas sempre com alvo no objetivo final que era resolver o conflito.

Então, Deputado Dirceu, contém com a Secretaria da Agricultura, e a comunidade também. Nós podemos utilizar recursos do governo do Estado, por exemplo, para analisar bem a questão dos processos produtivos, a fim de ajudar os produtores nisso, mas também podemos participar do processo de discussão do conflito. Não é um assunto totalmente inerente à Secretaria da Agricultura, e eu lembro bem o que disse o Procurador Alexandre, da Fatma, quando ele falou que na verdade o Estado de Santa Catarina carece de um órgão de regularização fundiária, como tínhamos antigamente o Irasc - Instituto de Reforma Agrária de Santa Catarina -, mas, repito, também podemos participar do processo de discussão do conflito. [Taquígrafo-Revisor: Eduardo Delvalhas dos Santos] [Revisão final: Denise Videira Silva]

Não é um assunto inerente só à Secretaria da Agricultura, e eu lembro bem que o Procurador da Fatma, o Alexandre, dizia que o Estado de Santa Catarina carecia de um órgão de regularização fundiária, como o Instituto de Reforma Agrária de Santa Catarina (Irasc), que tínhamos antigamente. Inclusive outros Estados têm órgãos que cuidam mais dessa questão agrária e fundiária, mas infelizmente em Santa Catarina essa atribuição hoje não está muito clara. Nós cuidamos parte desse problema na Secretaria da Agricultura por conta de legislação - nós temos lá a nossa Gerência de Assuntos Fundiários -, mas não temos uma participação tão ativa como talvez fosse necessária, acabando por cair no órgão ambiental, que se resente de estrutura adequada também para lidar com o problema.

Acho que uma lição fica desse processo e nós podemos avançar nisso para um futuro melhor.

Obrigado, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Dirceu Dresch) - Passo a palavra ao senhor Julio Guilherme Müller, representante da Rio Canoas Energia.

O SR. JULIO GUILHERME MÜLLER - (Cumprimentou todos os integrantes da mesa e demais presentes.)

O primeiro ponto, e antes de tudo, senhor Presidente, é que gostaria de justificar que neste mesmo dia e nesta mesma hora havia a designação de uma reunião no Ministério Público de Lages, junto com representantes da Fatma, e seguindo a última reunião, que foi aberta ao público e aos atingidos, esta também era para a participação da comunidade dos atingidos que quisesse se fazer presente. Essa reunião que está sendo realizada hoje em Lages tem por objeto dar sequência a um Termo de Ajustamento de Conduta firmado com a empresa para regularizar algumas pendências que entendemos também são importantes serem tratadas na implementação de um empreendimento de tanta envergadura como é o de uma hidrelétrica.

O segundo ponto é que a empresa Rio Canoas tem sempre se posicionado no sentido propositivo - e aqui eu não falo só em nome dela, senhor Presidente, mas também porque sou catarinense, moro em Florianópolis mas nasci em Blumenau, minha família é de Ituporanga, a Terra da Cebola, e tenho um compromisso com o Estado também, então não estou aqui somente em nome da empresa, mas tentando entender como cidadão catarinense que sou a respeito de tudo isso que cerca essa questão relacionada à Usina Garibaldi, assim como para fazer também o papel de ouvir todos os anseios, ouvir todas as postulações legítimas que são postas para que possamos, sempre na medida do possível, tentar superar essas expectativas e tentar atender as reivindicações.

Vejo aqui algumas pessoas que participaram de reuniões com o Ministério Público e em todas elas, senhor Presidente, a empresa sempre se posicionou no sentido de tentar resolver, de tentar ajudar, mesmo sabendo que às vezes o negócio não é tão simples, pois que a implantação de um empreendimento de tal envergadura é algo complexo.

A gente vem acompanhando que não é de hoje que o nosso país está lutando contra esse problema de falta de energia. A própria Presidente Dilma Rousseff tem tentado nos últimos anos, e o seu antecessor também, melhorar o perfil energético do País,

especialmente através de usinas hidrelétricas que têm uma energia limpa, renovável, em detrimento daquela energia muito mais poluente e que traz muitos problemas ambientais, como são as termoeletricas ou coisa que o valha.

A Rio Canoas, desde quando decidiu investir mais de R\$ 1 bilhão em Santa Catarina - e não é o primeiro projeto da Triunfo aqui no Estado, ela também já incursionou em outro setor de infraestrutura, como o porto de Navegantes -, ela o vem fazendo tentando sempre cumprir religiosamente todas as obrigações que a lei lhe impõe e até mesmo aquelas que a lei não lhe impõe, mas que ela entende serem razoáveis e que podem ser exigidas. A própria Fatma esclareceu aqui que durante todo esse processo de licenciamento exigiu muito mais do que a legislação às vezes exige, sendo testemunha de que a empresa sempre buscou cumprir, inclusive contra essas exigências maiores do que aquelas que a lei exige, mas sempre com o propósito, com a intenção de acertar. Mas a gente vem sempre tentando, mesmo sabendo que num empreendimento da envergadura de uma usina a intenção de acertar às vezes não é 100% certa. Essa é uma luta diária da empresa e da qual também sou testemunha nos últimos meses, quando passei a trabalhar para eles aqui no Estado.

Especificamente sobre alguns pontos que foram aqui apresentados, senhor Presidente, a empresa faz questão de tomar nota para que, na medida do possível, possa tentar atender aquilo que for necessário para que os atingidos e para que o Estado de Santa Catarina possam efetivamente ter um empreendimento modelo e uma instalação, digamos assim, com o mínimo possível de dano de qualquer ordem.

Creio que há um pouco de equívoco com relação à questão do enchimento do reservatório, por conta de que naquele momento, como a Fatma inclusive colocou aqui, todas as questões ambientais estavam cumpridas. Existiam, na verdade, dois obstáculos para o enchimento do reservatório, que foram colocados por escrito à empresa, sendo que um deles era o Iphan e o outro a questão dos atingidos.

Do Iphan nós tínhamos documento daquele órgão dizendo que todo o sítio arqueológico e o resgate do patrimônio histórico já tinha sido efetuado e que, portanto, havia tão somente uma questão de procedimento, qual seja, que se deveria aguardar uma verificação final por parte daquela autarquia para que se pudesse ter a autorização do Iphan. Essa questão já foi suprida, não só de fato, porque realmente todo o patrimônio histórico foi resgatado a tempo e modo antes do enchimento do reservatório, mas também porque aquele órgão firmou um Termo de Ajustamento de Conduta com o Ministério Público do Estado de Santa Catarina e com a empresa, através do qual a empresa, além daquilo que ela já fez, se condicionou a adquirir um empreendimento histórico muito importante na região de Lages, que é o Casarão Juca Antunes, que fica numa região central do Município, para lá fazer um museu a fim de que se pudesse resgatar o patrimônio histórico naquela região da usina.

Além disso, também assumiu compromissos com os Municípios para que também fizesse museus em alguns deles e se pudesse, portanto, dar um tratamento compensatório, apesar de tudo ter sido resgatado, de não ter tido nenhum dano de natureza histórica maior, no tocante a esse tema ligado àquela esfera de atribuição do Iphan.

Ainda quanto a essas questões do enchimento do reservatório, é fato que na oportunidade do enchimento o reservatório acabou alcançando uma cota maior do que aquela que os estudos contratados pela empresa previam. Isso se deu por duas razões, e hoje a gente consegue ter certa clareza. [Taquígrafa-Revisora: Siomara G. Videira]

Uma delas é que em algumas regiões a encosta é mais inclinada, em outras é mais plana, e qualquer centímetro, qualquer cota que se ultrapasse na hora que se enche um reservatório, na região plana ela tende a alcançar uma profundidade maior do que aquela das encostas.

A empresa contratada para fazer esses estudos, por ocasião do licenciamento fez novos estudos a respeito disso e buscamos outras empresas para fazer a validação desses estudos - até para saber se de repente essa empresa tem ou não responsabilidade quanto a isso, porque são técnicos, são profissionais, são cientistas que fazem esse levantamento -, e se verificou que, na verdade, todo o planejamento estava de acordo com aquele apresentado e desenvolvido originariamente.

O que ocorreu foi duas questões, sendo uma delas relacionada a uma intensa chuva na região, exatamente naquele período que antecedeu o enchimento do reservatório, nas cabeceiras do rio - e esse dado foi registrado pela Epagri e pela Ciram -, com

grande intensidade, cujo volume não se via há cinquenta, sessenta anos. Inclusive há cálculos que são respeitados quanto a isso e isso, claro, numa determinada cabeceira do rio. Esse enchimento se deu também em razão de que como a comporta é fechada e a usina não está funcionando, não se tem a vazão necessária para assegurar que haja o aumento na vertente.

Basicamente esse problema registrado - que hoje já diminuiu porque, passada a chuva, voltou à cota normal - se teve, de fato, em enchimento além do necessário. E esse enchimento além do necessário gerou um auto de infração, e, além de ter gerado um auto de infração, gerou também uma assunção de responsabilidade por parte da empresa em verificar tudo aquilo que acabou modificando nas áreas relacionadas a esses 42 quilômetros de perímetro do reservatório, para que se possa corrigir o eventual avanço em área de APP ou em área que chegue mais próxima a estradas ou algo nesse sentido.

Isso já foi assumido pela empresa num Termo de Ajustamento de Conduta firmado com o Ministério Público, feito em uma reunião em que participaram a Comissão de Direitos Humanos da OAB, a Fatma, o Iphan, a Fundação Catarinense de Cultura, com relação ao patrimônio histórico, e participou também alguns representantes dos atingidos, dentre os quais a Ana e o Natalino, e outras pessoas que lá se encontravam.

Senhor Presidente, nesse Termo de Ajustamento de Conduta a empresa assumiu muito mais do que aquilo que a lei exige, e assumiu porque ela está ciente de que em projetos de envergadura - como é um projeto de uma usina - tem a obrigação de tentar fazer o máximo possível. Hoje a empresa é obrigada a prestar - e colocar à disposição - diversos serviços e cumprir diversas obrigações em prazos fixados no TAC para que se possa dar uma condição melhor a qualquer uma daquelas famílias que estejam na região do entorno do reservatório.

Apenas para citar como exemplo, hoje a empresa disponibilizou - e está em funcionamento - serviços de emergência para tratar de questões ligadas à energia elétrica, à água, à locomoção, a eventual ilhamento de famílias na região, bem como se obrigou a melhorar diversas vias no entorno do reservatório, como fazer pontes e auxiliar o Município a fazer outras na região, todas acertadas e já em execução, e com o propósito nítido de tentar contribuir para que a vida das comunidades atingidas possa ser melhor, porque quando se faz um empreendimento daquele tamanho é evidente que há um impacto para as famílias. Nós sabemos disso. De fato elas sofrem muito mais do que qualquer um de nós que está aqui à mesa, mas o que a empresa tem que fazer - e está fazendo - é se colocar numa condição de tentar amenizar e resolver todos esses problemas. E assim ela tem sempre se pautado e tentado fazer.

Há alguns erros no meio do caminho? Há alguns percalços? Certamente que sim! Sempre tem! E isso não importa se é com o Rio Canoas ou com as outras que nos antecederam ou se será com as outras que ainda virão. Isso é algo que acontece, é normal, mas a gente tem tentado sempre e sempre resolver essas questões. Algumas delas não estão ao nosso alcance, como a questão da madeira relatada aqui. Toda a madeira que é solicitada para retirada, a empresa tem um prazo de seis horas para dar uma DOF para permitir que as madeiras sejam retiradas. Ela atende a isso, ela se obriga a isso. Não temos nenhum registro de que isso não tenha sido cumprido num caso concreto. A legislação federal dá um tratamento que não é o tratamento que a gente gostaria, mas é o tratamento que a lei dá. E nós não temos condições de ir contra ao tratamento que a legislação oferece.

Há uma questão relacionada, que foi uma das questões condicionantes para o enchimento do reservatório e que ainda estão pendentes, que é a questão dos atingidos. Quando falamos em atingidos, em indenizações e tudo mais, temos que esclarecer uma coisa. Lá em 2008, quando foi feito um cadastro socioeconômico na região, verificou-se quem de fato estava naquelas áreas, quem lá plantava, quem lá vivia naquelas condições. Depois, firmou-se um Termo de Ajustamento de Conduta lá atrás, com o Ministério Público, com a Fatma, e com o Ministério Público Federal, criando padrões para se indenizar os atingidos.

Esses padrões, senhores, na verdade - e não foram criados por acaso -, seguem critérios utilizados em outros empreendimentos e também critérios que a própria lei define que devam ser utilizados. Conseguimos resolução para praticamente todas as seiscentas famílias que tínhamos lá. O que ficou para trás? Ficou para trás alguns produtores de laranjas, que estão discutindo indenização na Justiça. A empresa não discute se existia ou não laranja ali, mas a questão da boa-fé na plantação daquela fruta, porque é um cultivo que não existia na quantidade que existe hoje.

Nós temos elementos cadastrados e levantados por técnicos que o cultivo da laranja é um cultivo muito rápido e, portanto, é às vezes realizado depois que começam os estudos para a construção de uma hidrelétrica. Tem pessoas que acabam se utilizando desse cultivo para fazer com que os valores das indenizações sejam maiores - e isso é um negócio grave, complicado, porque é ilícito.

Então, tirando alguns casos de produtores de laranjas que fizeram dessas plantações quase um estelionato, e que estão sendo discutidos na Justiça (e lá é o Poder competente para discutir), nós temos outro universo de pessoas que passaram pelas comissões paritárias, que tiveram os seus pedidos negados à época e que, depois, foram encaminhadas para que a Fatma pudesse fazer essa verificação. A Fatma - como afirmado aqui -, de fato, não tem *know-how e expertise* para poder fazer esse levantamento. [*Taquígrafa-Revisora: Iwana L. Lentz*]

É um negócio um tanto quanto complexo e a solução que foi oferecida no Termo de Ajustamento de Conduta, por sugestão, inclusive da própria Fatma através do seu presidente interino à época, era que fosse contratada, por escolha do Ministério Público, da Fatma e da empresa, cada um com um voto, tendo voto de qualidade e o voto da Fatma na escolha dessa empresa, uma das quatro grandes empresas de auditoria que temos hoje no mundo (Ernst & Young, Deloitte, Price Waterhouse e outra), para que uma delas pudesse fazer uma auditoria na análise dos casos que foram negados e verificar, efetivamente, quais deles que mereceriam indenização e quais não mereceriam. O custeamento dessa empresa é pago pela empresa, porque não faz sentido fazer outra pessoa pagar. Agora, quem escolhe, quem está fazendo o termo de referência para a condução desses trabalhos - trabalhos que serão, inclusive, acompanhados pela Comissão de Direitos Humanos da OAB de Lages, pelo Ministério Público local, como também pode ser acompanhado por esta Casa -, buscará efetivamente reparar aqueles que têm direito a ser reparado, porque tem muita gente que, às vezes, não tem e recebe.

Para concluir, a empresa vem aqui com o mesmo propósito que vinha se apresentando nas reuniões nos órgãos competentes, no sentido de se propor a solucionar tudo aquilo que a gente entender que deva ser solucionado. A empresa quer buscar uma parceria com o Estado, pois ela não está investindo todo esse dinheiro para sair amanhã ou depois. Estamos construindo uma relação de longo prazo com o Estado de Santa Catarina a qual queremos que seja proveitosa e duradoura e que traga frutos para a comunidade local e para todo o Estado.

Obrigado, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Dirceu Dresch) - A senhora Ana Alaíde é uma dos atingidos de São José do Cerrito e ela quer passar algumas fotos. Depois, a gente abre para participação de todos.

A SRA. ANA ALAÍDE ALBUQUERQUE ESMÉRIO - Antes das fotos, eu gostaria de fazer uma colocação e deixar umas perguntas no ar.

A gente sabe que o principal objetivo é o progresso, a energia elétrica, mas vamos pensar: o ser humano não é mais importante do que os avanços que estão ocorrendo? Vão deixar o ser humano jogado? Estão tirando esse povo da beira dos rios onde as terras são mais produtivas, mais férteis? Tudo é importante, mas vamos ter que pensar no ser humano. As famílias estão lá jogadas! A gente sabe que em algumas indenizações, tiraram a casa que ia ficar na água e levaram a família mais para cima, mas o que ela vai produzir? A terra de produção não está sendo reposita.

É tanta exigência nos critérios para pagar as indenizações, mas por que pagaram pessoas que nem conhecem a beira do rio, que nem foram atingidos. A empresa pagou carta de crédito para pessoas que não conhecem o cabo de uma inchada. E pessoas que estavam vinte anos, trinta anos plantando na terra de seus pais e, às vezes, sem contrato de arrendamento, não podem ser indenizados e, simplesmente, foram retirados. A gente tem registro de pessoas que estão lá com as coisas amontoadas no galpão do vizinho, porque pagaram a casa e não deram um terreninho... por que ele tinha um alqueire de terra que estava no nome dele, não vai ganhar um pedaço para ele produzir?

Tem um senhor lá depressivo que chorou para nós; deu tristeza de ver. Eu sou atingida; meu marido também é arrendatário e está com a dívida de um trator até 2017; ele comprou o trator para produzir mais alimentos, já que a Presidenta Dilma deu essa chance com juros mais baratos para os produtores. Agora, o dono do terreno vendeu a terra e o contrato de arrendamento fica onde? A empresa negou, enrolou até o final do ano!

E outra coisa: a nova safra está aí. Como que vamos pagar a prestação? E não somos nós apenas; tem pessoas que têm Pronaf, que têm empréstimos, que têm criação! As nossas criações estão em cima do terreno; a empresa está na Justiça com o processo, mas não podemos tirar a criação de lá, porque não temos onde colocá-la! Ah, nós temos um pedacinho de terra onde está nossa casa, mas vai dar para colocar umas vacas de leite e plantar para pagar as prestações de um trator?

Então, eu queria colocar essas situações. Como que a empresa está fazendo tantas exigências hoje para o pagamento? A gente sabe que há os elefantes brancos que entram de carona para receber, mas tem aquele que a empresa ainda não indenizou, que negou. A assistente social foi lá e fez uma lavagem cerebral na cabeça desses agricultores humildes que não sabem se defender. As pessoas estão lá, não pediram nada para ninguém, estão quietos, na beira do rio, vivendo à sua maneira, plantando o seu aipim, seu milho, seu feijão. Agora, veio uma empresa e virou de cabeça para baixo esse povo humilde, tratando as pessoas como animais. Não têm um acompanhamento psicológico. Têm pessoas internadas até hoje, há dois meses, com depressão.

Desculpem o desabafo, porque há coisas que você não consegue engolir. Colocar um patrimônio de R\$ 1,5 milhão...! E não estão dando prioridade para esse povo humilde lá da costa do rio.

Essas duas pessoas que estavam na reunião passada no Ministério Público respondendo pelo MAB não respondem mais por ele, porque o MAB somos nós. Mas tem pessoas que fazem acertos entre quatro paredes e prejudicam o Movimento. Nós já temos um documento que foi enviado para o promotor registrando que eles não estão mais respondendo por nós; eles não podem assinar nada. Inclusive, o Júlio falou que eles assinaram o reajuste, mas não fomos nós que assinamos; foi essa pessoa que está lá; são funcionários da empresa respondendo pelo MAB.

Olhem a situação, gente! Vamos analisar, porque é preciso estudar caso a caso. Eu não estou aqui como um elefante branco; o nosso caso é verídico. Em 2008, quando foram fazer o levantamento socioeconômico, o meu marido perguntou: "Não vão fazer o meu cadastro?" E a pessoa que fez disse assim: "Não, fazendo o do seu pai, o teu já está feito." Ele ficou quietinho, esperou seis meses para ver se iam indenizar o contrato de arrendamento registrado em cartório - a terra está averbada no contrato - e foi negado! Então, que empresa é essa? Ela está atendendo tudo? O principal, que é o atingido da beira do rio, não está! Desculpe-me, mas não está! [*Taquígrafa-Revisora: Sibelli D'Agostini*]

(*Orador não identificado fala fora do microfone. Inaudível.*)

O SR. DOM IRINEU ANDREASSA - Pelo que o nobre advogado colocou, a Triunfo resolveu todos os problemas. Hoje nós não temos atingidos lá porque foram todos selecionados. Dei uma entrevista agora e disse que preferia não chamá-los de atingidos e sim chamá-los de delinquentes porque da maneira como estão sendo tratados lá... Resolvem o problema de um casarão histórico, mas não resolvem o problema de uma família. Não adianta salvar situações, não adianta pincelar que está bonito, porque não está. Lá não tem as balsas, as estradas não estão bonitas como é colocado, basta chover que o pessoal não tem condições de ir para aula. Não adianta pincelar.

A multa era de 10 milhões, agora parece que passou para cinco e parece que um milhão vai ficar para a Fatma e quatro para os bens do Município. O povo não está mais acreditando na Fatma, não acredita mais no Ibama e na Promotória Pública.

Faço um apelo aos senhores Deputados (os quais vieram em outras audiências e prometeram que na sexta-feira iam para lá, mas não apareceu ninguém e essas coisas vão machucando); para que aquilo que foi decidido aqui, realmente aconteça, pois as famílias ficam iguais a palhaços, porque marca tal dia, tal hora e não aparece ninguém. Isso é agressivo às famílias.

A SRA. ANA ALAÍDE ALBUQUERQUE ESMÉRIO (São José do Cerrito) - (*Procede-se a apresentação de várias fotos em PowerPoint mostrando a situação vivida pelos atingidos da hidrelétrica.*)

Estas fotos foram tiradas agora com o alagamento e mostram as árvores que ficaram embaixo da água. Ainda não foram pagas, mas está na Justiça.

Está mostra a lavoura de milho que, como as comportas foram fechadas antes do prazo, eles não tinham colhido toda a lavoura de milho. Ficaram mais de 100 sacos, sendo que o milho é financiado e não sei o que vão fazer agora.

Essa foto mostra a Araucária. Não podemos tirar o galpão, ele está ilhado.

Essas são as estradas. Eles tinham marcado para passar por aqui, mas fizeram por cima e o pessoal perdeu aquele pedaço de terreno.

Essas são as casas que foram desmanchadas, mas não deu tempo de retirar porque foi alagada. O povo não foi avisado que ia ser alagado dentro de cinco dias.

Essa foto é de uma família que mudou a casa mais para cima, mas mesmo assim a água chegou até lá.

Esta foto aqui mostra a rede elétrica dentro da água. O doutor René falou na última reunião que o seu sogro disse (e o Julio não me deixa mentir) para ele que não tinha problema de a rede de energia - tanto a de alta tensão como esta aí da foto - estar dentro da água. Eu não sei se tem ou não porque não entendo disso.

Essa família dessa foto aí também está no acampamento conosco, porque entrou água na casa mesmo tendo sido mudada de lugar.

Quero fazer uma pergunta enquanto vou passando as fotos. Se a empresa errou nos cálculos e a água subiu dois metros ou três metros... Esse é o poço de água em que as pessoas tomam água e agora está alagado e esse é o poço que a empresa fez. Vejam se existe água potável nesse pântano. O doutor René não quis tomar água dali.

Existem ainda mais três comunidades que estão abaixo da barragem. Estive lá ontem e o barulho é insuportável para aquelas famílias, para quem mora abaixo da barragem. Pergunto se essas comunidades não correm risco por morar abaixo da barragem.

Essa foto mostra o acesso da saída da comunidade Bela Vista para a BR em direção à Serra do Cerrito. O ônibus escolar e o de linha passam por esta estrada e se der uma chuvinha ficamos sem saída. Aquele é o acesso que vai para Cerro Negro e aquela é a entrada que a empresa fez para ir até a balsa, que ainda não existe.

A rede de alta tensão está dentro da água. Estamos mostrando as fotos para vocês verem como está a situação lá. Olha quanto barro! Se uma pessoa ficar doente não tem como passar. Ela vai morrer.

Esta foto mostra como ficou com uma chuvinha de nada; não era uma chuva fora do normal, acima do esperado como o Júlio falou. Em 82 teve uma enchente e não alcançou nem a metade da outra.

O SR. DOM IRINEU ANDREASSA - Os alunos passam todos os dias por aí.

A SRA. ANA ALAÍDE ALBUQUERQUE ESMÉRIO (São José do Cerrito) - Todos os dias. O ônibus para lá e os alunos tiram os calçados e vêm caminhando. O ser humano está correndo risco.

O SR. DOM IRINEU ANDREASSA - Com todo respeito ao nobre advogado, ele pincelou muito bonito. Tenho a impressão que os membros da Triunfo, inclusive os advogados, nunca estiveram no local, porque não é como ele pintou e o Scalco é artista nisso.

A SRA. ANA ALAÍDE ALBUQUERQUE ESMÉRIO (São José do Cerrito) - Então, tem três comunidades abaixo da barragem.

Voltando à minha pergunta: se houve erro de cálculo em relação à altura da água, será que a barragem não vai estourar qualquer dia e cobrir as três comunidades, com mais de oitenta famílias que estão abaixo dela?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Dirceu Dresch) - Agora vamos abrir para a discussão.

Com a palavra dom Irineu Andressa, pois vai viajar e terá que sair mais cedo.

O SR. DOM IRINEU ANDREASSA - Sempre que eu puder estarei presente nas audiências. Enquanto houver uma família lá que não foi contemplada, eu, podendo, vou ser uma pedra no sapato.

Deixo meu abraço e agradeço pelo convite.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Dirceu Dresch) - Convido os representantes da Fatma para fazerem parte da mesa dos trabalhos.

Com a palavra o Vereador Natalino Ramos Correa, de São José do Cerrito.

O SR. VEREADOR NATALINO RAMOS CORREA (São José do Cerrito/SC) - A Ana Alaíde já falou das pessoas que assinaram o TAC na audiência de quinta-feira, sendo que os atingidos não aceitam aquelas pessoas. Com relação à parte ambiental, ela pode ter sido cumprida, mas existe a questão dos direitos humanos e a empresa não olhou para o direito de ir e vir.

Com relação ao cadastro que foi realizado em 2008, até certa altura era considerado somente as pessoas cadastradas até 2008, mas depois, se não me engano, através de um TAC, era para serem consideradas as pessoas que estavam na terra, no levantamento físico realizado em 2011, sendo que essas pessoas também são consi-

deradas atingidas porque elas estavam na terra. Então, não foi só o cadastro de 2008. [ *Taquígrafa-Revisora: Jacqueline de O. V. Bitencourt* ]

Sobre os processos (o Julio comentou sobre alguns processos), sabemos que isso não é verdade porque há sessenta ou setenta dias só na Comarca de Lages haviam 71 deles judicializados, então não são só alguns processos. Inclusive a minha propriedade, que está judicializada... e houve um acordo com a empresa. Eu aceitei o preço deles, tinha que ir para a Justiça porque era documento de inventário e na hora que foi para Justiça foi 59 mil a menos e eu tive que contestar, isso é lamentável! E era uma proposta que eu tinha aceitado. E eles disseram que eu queria mais, mas eu queria só o que era meu, o que estava na proposta que eu assinei com o representante da empresa. Mas quando foi para a Justiça foi 59 mil a menos.

A Ana Alaíde colocou também sobre as chuvas e isso eu discuti com o doutor Scalco. Falei que foi uma das maiores enchentes que vi nesses meus 50 anos foi aquela de 1982 ou 1983. Se isso acontecesse na época do enchimento do lago seria uma catástrofe, porque na época os rios foram a quase dez metros do seu nível normal. Hoje se colocarmos seis metros a mais, muitas propriedades poderiam ser atingidas.

Para confirmar aos representantes da Fatma: aquela pessoa que assinou o TAC, na quinta-feira - nós já mandamos um ofício à Fatma e ao Ministério Público sobre isso - não representa mais os atingidos. Não estou falando do MAB, são aquelas três pessoas lá, duas nós já tínhamos mandado um abaixo-assinado e informado que eles não respondiam mais por nós. Agora foi encaminhado um ofício daquela outra pessoa, porque teve um desvio no caminho, então os atingidos não consideram mais essas pessoas como representantes do MAB.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Dirceu Dresch) - Com a palavra o senhor Claudionor de Macedo, dirigente sindical da Agricultura Familiar.

O SR. CLAUDIONOR DE MACEDO - Quero cumprimentar os senhores e dizer que nós acompanhamos a construção da barragem de Barra Grande e a de Campos Novos e é sempre difícil lidar com essas empresas, mas eu ainda não tinha visto uma empresa tão ruim de lidar como a Triunfo.

A apresentação feita pela Ana dispensa qualquer comentário. Eu só queria dizer aos senhores e as senhoras que é necessário nesta audiência pública fazer alguns encaminhamentos que extrapole o que está sendo colocado aqui, porque se cada órgão que tem a ver com a construção da empresa ficar no seu quadrado não vai resolver o problema. A letra fria da lei, inevitavelmente vai acabar beneficiando a empresa.

Ela cumpre as condicionantes ambientais ou não cumpre? Será penalizada e tem grana para pagar. Encheu o reservatório, a obra está pronta, mas, no entanto o agricultor que está lá trinta, quarenta ou cinquenta anos e não tem um documento para comprovar que está lá; não consegue ter seu direito reconhecido; tem uma barreira ali que parece que é intransponível. A empresa consegue fazer tudo e está fazendo. Agora, os agricultores não têm a mesma sorte que a empresa para conseguir evidenciar e comprovar que estão lá sobrevivendo a tantos anos daquelas áreas e precisam disso para continuar vivendo.

Então, espero, em nome dos agricultores daquela região, que nós possamos produzir bons encaminhamentos nesta audiência através da Assembleia Legislativa, da Fatma e especialmente para que a Triunfo se sensibilize.

A questão aqui não é matemática, Deputado, é o que a Ana falou: nós temos seres humanos, vidas em jogo. É isso que tem que ser observado.

Eu sei que o Deputado Dirceu Dresch já esteve lá, mas gostaria que a Triunfo pudesse organizar uma equipe com seus diretores e também com o governo do Estado e com a Fatma para que irem na Nossa Senhora das Graças, onde tem o acampamento, e conversassem olhando nos olhos das pessoas e escutassem duas, três, cinco ou dez histórias que estão lá esperando para serem resolvidas e verem - como dizem na roça - que o buraco é mais embaixo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Dirceu Dresch) - Com a palavra o senhor Vereador Fabiano Mocelin, do Município de Cerro Negro.

O SR. VEREADOR FABIANO MOCELIN (Cerro Negro/SC) - Bom dia aos Deputados e aos demais presentes.

Aproveitando o gancho, queria fazer uma pergunta direcionada ao Daniel; ao Alexandre, da Fatma e posteriormente ao Julio.

A primeira pergunta é para o representante da Fatma. Como não entendo de lei ambiental, preciso perguntar para vocês se é correto

enterrar madeira. Pois foi o que aconteceu lá, fizeram valas, enterram toras de madeira fizeram estradas em áreas de APPs. Nós não estaríamos aqui falando uma mentira; viemos aqui somente para falar a verdade e se alguém duvida disso é só ir até lá esvaziar o lago para ver as madeiras enterradas e ver também as estradas feitas em áreas de APPs.

Doutor Julio, eu não sou advogado e não entendo de lei, mas o senhor falou das laranjas, e eu sei de agricultor que foi acusado de ser estelionatário. Gostaria de fazer uma pergunta: existe alguma lei que proíba uma pessoa de construir algo em cima de sua propriedade? Eu tenho uma matrícula, eu tenho um terreno meu, eu não vendi e enquanto eu não vender eu sou o dono. Então, eu queria saber se a lei proíbe alguém de fazer uma coisa ou construir em cima de sua propriedade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Dirceu Dresch) - Com a palavra o senhor Elias Ferreira do Amaral, do Município de Campo Belo.

O SR. ELIAS FERREIRA DO AMARAL - Bom-dia a todos!

Quero cumprimentar o pessoal da mesa, o Deputado Dirceu e os demais participantes.

Gostaria de fazer uma colocação a respeito dessa empresa, pois que os representantes da Fatma falaram que seria uma empresa costeada pelo rio Canoas para analisar os casos dos atingidos agora, que posteriormente teriam direito ou não. Porque, como já foi falado aqui, já foi feito cadastro em 2008 e 2011 e agora eles já fizeram os estudos com o povo, e os casos das pessoas lá são reais. Eu estou sem casa lá, se eu não tirasse ou desmanchasse às pressas iria estar embaixo da água.

Então é o seguinte: eles vão contratar outra empresa para fazer mais estudo ainda? E eu fico indignado com essa situação porque isso não vai levar a nada. Eu falei com o doutor Scalco, em outra audiência, em Lages, e ele falou que o resultado que vem dessa empresa, eles podem recorrer também.

Muito obrigado! [Taquígrafa-Revisora: Dulce Maria da Costa]

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Dirceu Dresch) - Obrigado Elias, mais alguém gostaria de falar?

A SRA. ANA ALAÍDE ALBUQUERQUE ESMÉRIO (São José do Cerrito) - Assim como foi colocado que a empresa está fazendo o possível e o impossível para atender todo mundo, esse possível é mandando interdito para o bispo não chegar perto da empresa? Essa é a solução? Por que, meu Deus! Ele só quis ajudar! Porque o povo estava de braços caídos. E aí mandando interdito? Daqui a pouco está indo interdito para nós, atingidos, que estamos lá lutando pelos nossos direitos!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Dirceu Dresch) - Muito bem, obrigado.

Eu tenho algumas questões para levantar de algumas questões colocadas aqui, antes de passar a palavra aos membros da mesa.

Primeiro essa informação do encaminhamento que o Ibama deu. Na minha avaliação o Ibama deveria estar aqui. A gente não tinha essa informação e acredito que a gente tem que envolver sobre o Ibama nessa questão.

O que para mim, depois de ir lá, depois de ouvir tudo o que eu ouvi hoje aqui, eu não tenho muita dúvida de afirmar que a empresa, de fato, usou de má-fé quando enche um lago e depois diz que vai fazer um levantamento do prejuízo. Mas está tudo debaixo da água! Como é que a Fatma, por exemplo...

Existe algum mecanismo para fazer levantar madeira que está embaixo da água? Tem formas? Você pode responder isso depois.

Então, eu não tenho dúvidas que se usou de má-fé ao inundar as casas dos agricultores sem dar-lhes tempo para retirar seus bens. Isso é cruel, isso não se admite mais nos dias de hoje! Eu vou, inclusive, levar isso às últimas consequências. Isso não se admite nos dias de hoje. Nós precisamos, é verdade, urgente, construir no País um novo marco regulatório dessa questão energética.

Secretário Spies, eu sempre digo que há lá, hoje, uma perspectiva concreta de gerar energia. Santa Catarina tem um potencial de rios... sua bacia hídrica para produzir energia, produzir uma energia mais barata. É verdade, energia hídrica é a energia ainda mais barata que o país tem, é um modelo energético. Agora, o custo barato é a custo da morte, da destruição dos nossos agricultores que moram na costa do rio, e nesse país não se admite pagar mais por uma terra que tem uma produção violenta de renda e grande parte dos empreendimentos, em oito, dez anos, pelos dados, pagam o investimento, e não se paga a terra um valor melhor, por exemplo, do que as terras normais da região. Esse é o grande desafio.

O depoimento das famílias, e por olhar nos olhos dos agricultores... Relataram o que os assistentes preparados, como assistente social e psicólogo, vão lá atormentar e fazer um violento processo psicológico em cima dos agricultores dizendo a eles que aceitem o que lhes foi proposto ou terão que ir buscar na Justiça e que na Justiça vai ficar rolando durante vinte anos, é desumano. O agricultor fica sem rumo na sua propriedade. Então, isso precisa mudar!

Eu não estou jogando toda responsabilidade para cima da empresa aqui, porque é uma legislação que hoje existe e que precisa ser mudada, e muita gente está trabalhando para mudar isso - é uma coisa que não se admite. Ao invés de ajudar os agricultores que são tirados de suas terras ainda chegam pessoas preparadas para atormentar e forçar os agricultores a venderem sua propriedade por um valor e aceitar outra propriedade em troca, que, às vezes é muito pior do que era a sua. Lá existem famílias que estão lá há setenta, oitenta anos, que criaram seus filhos e netos lá, agora estão sofrendo esse processo psicológico violento. Inclusive tem muita gente com problema de depressão; pessoas internadas, até.

A questão de a chuva fazer com que o lago subisse além da expectativa não é mais admissível nos dias de hoje. Hoje em dia, existe equipamento que prevê isso, que coloca na água e faz um levantamento. E aqui não se fala quanto. Tem comentários de... o Júlio falou aqui de alguns centímetros, mas se fala em metros, se fala em três, quatro, cinco metros.

Bom, não tem uma base de cálculo de quanto possa chover na região? E se constrói um lago onde as pessoas, que tem história na região, que moram há setenta, oitenta lá anos sabem que o rio pode chegar bem mais acima, e se ele já chegou uma vez ele chega de novo. Então, esse tem que ser o patamar que a empresa usa para inundar e construir um lago, que ele vai um dia aumentar, e se não aumentar agora, ele vai criar um problema ambiental e social gravíssimo. Essas questões não têm mais como hoje em dia se admitir.

É verdade que o país precisa energia. Isso é real, todo mundo sabe, a energia hídrica é uma energia mais barata. Agora, isso não pode ser feito a qualquer custo, principalmente a partir de um custo ambiental e um custo social e econômico que os agricultores vão pagar a conta. E eu não tenho dúvida que nós precisamos chegar a uma legislação de que é a mesma coisa que vender uma terra lá no interior de Saudades e vender uma terra aqui na BR-101. O valor é totalmente diferente. E na produção de energia nós temos que, sim, chegar a isso porque é tirar alguém de lá que tem a sua história. É o mesmo conflito que nós temos hoje entre agricultores e os índios, também é um conflito complicado onde duas partes que são excluídas do processo... aqui não é uma situação diferente, é uma questão econômica essencialmente e de desenvolvimento de um país que precisa ser valorizado.

Então algumas questões que eu levantei não é dessa alçada, desta mesa, mas as grandes são. Se forem empresas sérias que querem vir para Santa Catarina... E aí, Júlio, eu tenho a convicção hoje de que para a empresa ajudar Santa Catarina ela tem que mudar drasticamente sua forma de agir, senão com certeza ela estará prejudicando.

Eu já tenho alguns encaminhamentos anotados que eu vou propor depois para ajudarmos a resolver esse problema. Se tiver lá uma situação onde pessoas estão se dizendo representantes dos atingidos e não são conhecidos pela região, pelos atingidos, isso também precisa ser respeitado, a decisão dos próprios... de autonomia do próprio movimento e dos agricultores.

Bom, eu passaria agora a palavra para a mesa para as considerações finais, para os encaminhamentos e para as respostas que porventura vierem.

O SR. ALEXANDRE WALTRICK RATES - Na verdade esta audiência é louvável porque traz para o debate a discussão não só ambiental, mas a discussão de um marco de crescimento sustentável para o Estado.

Também nós, da Fatma, e é bom que a sociedade cada vez mais consiga perceber isso, inclusive esta Casa, temos uma missão muito importante no contexto e cada vez com maior relevância.

A Fatma felizmente ainda é, e esse é o sentimento de todo o nosso corpo técnico, o patinho feio da história, porque se ela cumpre a sua missão ela é criticada; se ela não cumpre ela é criticada também; se ela cumpre as pessoas que se sentem de alguma maneira prejudicadas, a Fatma é culpada; se ela deixa de cumprir, a Fatma também é culpada. Então essa é uma visão que, de repente, nós temos que mostrar para a sociedade a importância do órgão ambiental e cada vez, talvez, fornecer a ele condições de trabalhar, de ter esses

métodos, esses meios modernos de avaliação de impactos, para que a gente possa, num futuro próximo, não estar discutindo se houve um erro matemático na questão da quota. [Taquígrafa-Revisora: Sabrina Schmitz]

Se não houve, talvez a Fatma pudesse mensurar isso com maior qualidade se houvesse disponibilidade de recursos não só humanos, mas de recursos técnicos que assim pudessem permitir e fazer com que a gente leve a bom termo o nosso trabalho.

Eu sou sincero em dizer que, talvez, de todos os órgãos, a Fatma é o aquele órgão que teve gente que visitou o campo, que colocou o pé na lama, sim, porque os nossos técnicos têm que fazer vistoria para poder fazer licenciamento. Então, as pessoas que trabalharam nesse licenciamento de forma específica conhecem a realidade, sim, e são talvez até as maiores defensoras de toda a situação social. E se conseguimos chegar a um bom Termo de Ajuste de Conduta com o Ministério Público, é porque houve a participação efetiva dos servidores da Fatma para que isso acontecesse.

Volto a insistir: a Fundação trouxe para si uma responsabilidade que não é dela; essa questão de regularização, de desapropriação, é uma questão que perpassa a nossa competência, mas entendemos que tem, de alguma maneira, que participar desse processo.

Chegamos a um limite e esse limite foi perceber que nós não vamos dar continuidade, não temos condição de dar vazão a todos os problemas que foram surgindo em decorrência dessa obra. Por isso que a Fatma continua entendendo que o Ministério Público é o órgão representativo da sociedade nesse aspecto, até porque é o fiscal da lei... Quanto a fazer a contratação dessas empresas, isso é uma situação que deve estar sendo levada em consideração e, tão logo se opere esse resultado, essa empresa deve trabalhar e talvez essa situação seja minimizada e as indenizações que ainda faltam ser pagas sejam pagas de forma correta, pelo menos gerando o menor transtorno possível.

Quero dizer também que a Fatma está à disposição para auxiliar e para chegarmos a qualquer conclusão a que se tenha que chegar nesse aspecto, até para fazer as cobranças que a legislação nos impõe, as cobranças que devem ser feitas da empresa. Existe, como bem disse o Daniel antes, algumas obrigações que já estão postas; podemos aumentá-las se assim entendermos, mas sempre com a participação de todos, porque a Fatma não faz leis, ela as cumpre.

Então, a legislação, muitas situações aqui foram questionadas, a questão da madeira, se pode ou não pode... Quer dizer, existe hoje uma determinação legal e nós a cumprimos. A madeira, se ela pode ser enterrada, não existe nenhuma vedação legal que a impeça de ser enterrada, da mesma maneira que não existe nenhuma vedação legal que impeça que essa madeira fique lá e que o lago possa ser cheio. Isso não depende da Fatma, volto a insistir. Talvez isso seja uma mudança no critério legislativo do país e é chegada a hora de se fazer isso.

Acho - e aí me dirijo para o nosso nobre Presidente - que faltaram uns atores nesta reunião, sim. O governo federal, de alguma maneira, é que autoriza a geração, a Aneel. Talvez ela tenha que participar também disso, porque é uma obra de grande impacto. O Ibama, também, porque participou, de alguma maneira, do processo de licenciamento desse empreendimento.

Gostaria, mais uma vez, de colocar a Fundação à disposição, mesmo com todas as dificuldades, para participar, como a gente vem fazendo. Hoje nós temos um técnico que está participando dessa reunião lá em Lages. É uma situação, e eu tenho que aqui fazer menção ao corpo diretivo da Fatma... Nesses aspectos técnicos, a direção pouco influencia porque isso é uma demanda dentro da instituição, e isso é bom que o seja, até por uma questão de trazer mais transparência e legalidade, para que não haja nenhuma interferência política externa. Existe, sim, uma definição técnica, e foi o que aconteceu nesse caso.

Houve percalços, é lógico que aconteceram descumprimentos de ordenamento, isso é claro, e a Fatma tomou as providências que estão ao seu alcance: autuar, cobrar, exigir, multar, ou seja, fazer aquilo que a legislação nos permite fazer. Nós não temos poder de polícia para mandar prender ninguém, então a gente faz aquilo que está ao alcance da Fundação. E, nesse caso concreto, quero colocar mais uma vez à disposição para que a gente possa chegar a bom termo.

Entendemos, como bem disse o Daniel, que todo o processo é complexo, sim, é um processo volumoso, é um processo já de anos em que tudo aquilo, do ponto de vista ambiental, que foi exigido, que foi solicitado, a empresa de alguma maneira cumpriu, senão as licenças não teriam sido expedidas.

Outras situações podem ser exigidas? Podem. Licenciamento ambiental, volto a repetir, não é estanque. Se amanhã chegarmos à conclusão de que faltam alguns estudos... Até entendendo que essas questões de quota têm que ser mais bem analisadas, acho que a empresa já deve estar preocupada com isso, até porque já foi autuada em relação a isso. Existe ainda uma discussão com relação à questão da autuação e a Fatma vai continuar cumprindo o seu papel, que é o de cobrar, exigir e solicitar que a empresa faça tudo aquilo que ela tiver que fazer para que o seu empreendimento vá à frente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Dirceu Dresch) - Eu só não entendi direito... O Daniel falou antes que já teve uma autuação inicial de R\$ 10 milhões que foi para os Municípios...

O SR. ALEXANDRE WALTRICK RATES - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Dirceu Dresch) - Houve uma segunda, agora?

O SR. ALEXANDRE WALTRICK RATES - Não, não. Houve uma autuação em relação ao enchimento do lago e a alteração de quota de R\$ 10 milhões não é que foi para os Municípios. No Termo de Ajuste de Conduta o Ministério Público entendeu, e a gente respeita, de distribuir esses valores... Parcelas dessa multa, sim, vão ser ações que vão ser efetivadas no Município. O que o Daniel colocou é que, num primeiro momento, com relação a compensações sociais, que foram, na época da Licença de Instalação ainda, definidas em R\$ 10 milhões, e aí se dividiu R\$ 1,8 milhão para cada Município. Teve um Município que recebeu o valor dobrado porque era onde estava a casa de força.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Dirceu Dresch) - Então é a segunda autuação?

O SR. ALEXANDRE WALTRICK RATES - É, na verdade, a primeira não era uma autuação. Eram valores inerentes a compensações sociais. Agora, sim, é uma autuação.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

Não, na verdade houve uma negociação com... Porque assim, a multa tem que ser julgada. Não houve ainda. A empresa, devido ao processo legal, à ampla defesa, ao contraditório, tem o direito de apresentar sua defesa. A Fatma julga essa defesa e é isso o que nós vamos fazer agora. O que foi acordado com o Ministério Público é a forma como se fará o repasse desses valores. E se chegou à conclusão, junto com o Promotor, de se fazer a redução a uma multa de R\$ 5 milhões e que seriam feitas as distribuições.

Volto a insistir: as pessoas que participaram daquela reunião, Fatma como um dos atores, como uma das pessoas que estavam naquela reunião... Nós entendemos que as pessoas que estavam lá estavam legitimadas. Se existe essa discussão agora de "não nos representavam", é uma situação que perpassa a Fatma. Eu acho que isso aí tem que ser levado ao Ministério Público, porque é o ator principal na questão do Termo de Ajuste de Conduta, e se o doutor René, que é o Promotor, entender que "olha, isso não tem validade porque não foi assinado por quem de direito", ele tem todo o direito de refazer. A Fatma foi chamada para uma reunião no Ministério Público, como todos foram, e fomos até lá cumprir o nosso papel.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

Não, a Fatma não assinou porque o presidente Jean não estava, acho que é público e notório, e nós temos uma regulamentação interna de que todo e qualquer Ajuste de Conduta... Não é uma regulamentação interna. Na verdade, todo documento que gere um ônus para o Estado tem que ser assinado pelo ordenador primário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Dirceu Dresch) - E o senhor, Deputado?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL ARNALDO MORAES - Senhor Deputado, o senhor colocou muito bem a respeito da legislação que tem que ser alterada em nível nacional para que nessas construções sejam totalmente resolvidas a área social e a área econômica antes de se iniciar um empreendimento. Isso é muito necessário que aconteça.

Lamentar que tenha havido o enchimento do lago sem aviso aos ribeirinhos, às pessoas que seriam atingidas. Nós tivemos, na mesma época, o enchimento do lago da Usina João Borges, que é próxima àquela usina, no rio Caveiras, entre os Municípios de São José do Cerrito e Campo Belo do Sul. E eu vi nos jornais e ouvi nas rádios vários anúncios informando que seriam fechadas as comportas no período tal para enchimento. Então, o pessoal teve conhecimento, e em relação à Usina Garibaldi eu realmente não vi isso. Então, nós precisamos que essas coisas aconteçam. [Taquígrafa-Revisora: Carla Greco Granato]

O SR. DEPUTADO ESTADUAL ARNALDO MORAES - Gostaria de lamentar a ausência do Ministério Público nesta audiência, que é o principal órgão cobrador do cumprimento da legislação, defensor da legislação, e que deveria estar hoje aqui presente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Dirceu Dresch) - Muito bem, Deputado.

O SR. SECRETARIO ADJUNTO AIRTON SPIES - Gostaria de fazer algumas considerações finais, senhor Presidente. Eu acho que o debate foi muito rico e quero parabenizá-lo pela iniciativa.

Gostaria de dizer que aqui ficaram claros e evidentes alguns equívocos que geraram danos. A Ana mostrou fotos contundentes a respeito de coisas que são erros que não poderiam ter acontecido, como por exemplo, deixar uma estrada interrompida por algum motivo, quando poderia ter sido administrada e prevista.

Essa questão do fechamento da comporta da barragem, até antes do prazo ou alguma coisa do gênero, é interessante chamar o governo federal a sua responsabilidade, porque, como foi dito aqui, o operador nacional do sistema é que foi o articulador dessa decisão. Inclusive tinha uma janela hídrica que tinha que ser aproveitada sob pena de causar um colapso mais a frente. Quer dizer, alguém deu uma ordem e também não está aqui para responder pelas consequências. Eu acho que valeria a pena cobrar de quem tomou essa decisão, porque as fotos mostraram prejuízos materiais diretos e materiais para as pessoas que são vítimas de um processo.

Outra questão é a falta de uma contingência. Todo o processo técnico e de engenharia tem que prevê se acontecer isso; se acontecer uma chuva de grande intensidade que não ocorre há cinquenta anos... O que o Plano de Contingência prevê? O que nós vamos fazer? E, de certa forma, mostra claro que houve algumas falhas.

Aqui, agora, o mais importante realmente é negociar as compensações conforme está no Termo de Ajustamento de Conduta, e acreditar e cobrar da empresa que foi contratada para fazer avaliações desses prejuízos para que a compensação seja justa, correta e adequada para cada situação. Nós não vamos conseguir zerar as feridas ou resolver todos os problemas. Não tem como, isso já foi dito! Um dia alguma pessoa vai ser salva dentro de um hospital por um aparelho, que vai estar funcionando com essa energia elétrica. A gente sabe disso e a sociedade precisa disso, porque a energia elétrica faz parte do contexto.

Agora, repito o que disse antes: óbvio que a sociedade tem condições de compensar, justamente pelas "externalidades" que um processo dessa causa. São tantos benefícios que é impossível imaginar que as pessoas diretamente atingidas não possam ser compensadas adequadamente.

Eu acho que é nesta direção que temos que trabalhar.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Dirceu Dresch) - Obrigado Spies, pela contribuição e pela presença aqui. Depois vamos discutir as tarefas.

O SR. JULIO GUILHERME MÜLLER - Senhor Presidente, nas considerações finais gostaria de ratificar aqui o compromisso da empresa com o Estado e o compromisso da empresa com a resolução das questões.

Convidamos V.Exa. e os demais presentes para que se possa verificar cada um desses pontos hoje levantados como estão hoje, as providências que eventualmente precisam ser tomadas em relação a alguma delas, que eventualmente não tenham sido solucionadas.

Quero dizer que ratificamos aqui, publicamente, todas as obrigações que assumimos no Termo de Ajustamento de Conduta firmado com o Ministério Público, para dar solução imediata, emergencial a cada uma daquelas situações que lá estão elencadas em reunião da qual participaram também os hoje representantes dos atingidos, que se pronunciaram com os demais órgãos e com a própria empresa. Então, ratificamos que, tudo aquilo que estiver ao alcance da empresa, ela vai fazer. Ela é propositiva no sentido de tentar auxiliar. Sabemos que tem alguns problemas? Sim, sabemos, e para isso a gente quer solução.

Lembro-me da penúltima reunião com o Ministério Público, quando aquele órgão inclusive fez uma ressalva que, às vezes, os apontamentos chegam de forma genérica, não vem com nome, não vem com identificação. Quem é que está com problema? Qual é o nome do atingido? Pediram inclusive para os que se pronunciassem, hoje, aqui, que trouxessem, para que apresentassem efetivamente o nome daquelas pessoas, daquelas famílias que estão passando problema para que a empresa pudesse ter a informação, porque sem a informação não se consegue fazer muita coisa.

Hoje o sistema implementado grava todas as ligações que são efetuadas para a companhia, para a empresa pedindo algum tipo de solicitação de qualquer natureza. Essas gravações são entregues para o Ministério Público, para os órgãos competentes, para a Alesc, se

for solicitado, para que se possa depois auditar e verificar que a empresa efetivamente tentando, dentro dos prazos que assumiu, cumprir todas as suas obrigações com relação àquilo que lhe chega, mas às vezes nem chega.

Aqui faço um novo pedido para aqueles que são legitimados como representantes: façam chegar os seus pleitos pelos canais abertos, que esses são gravados e se consegue inclusive cobrar também. A empresa consegue cobrar e consegue buscar dar um atendimento quando ela conhece e sabe dos problemas.

Então, mais uma vez, ratificamos o nosso compromisso com o Estado em tentar auxiliar e resolver o problema dos atingidos, resguardando evidentemente aquelas discussões que entendemos que não são legítimas, como algumas não são, e outras sim.

Fico à disposição para novos esclarecimentos se entender necessário. Obrigado e parabeno-o também pela audiência, Presidente, porque a Assembleia é uma Casa democrática e aqui é um local que todos nos sentimos confortáveis para tratar dos problemas que são relatados aqui, que são alusivos ao empreendimento e à comunidade.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Dirceu Dresch) - Alguém citou principalmente o Ministério Público Estadual que deveria estar aqui e não esteve. O Bispo dom Irineu levantou uma questão aqui sobre o papel que o Ministério Público de Lages está fazendo. Eu proponho que vocês venham de novo para Florianópolis e marquem uma audiência com o Promotor-Geral do Ministério Público de Santa Catarina, o doutor Lio, para levar essa situação a ele.

Ele falou aqui que o pessoal do Ministério Público Federal, na semana passada, assumiu o compromisso de ir lá e não foi. É isso? Então, tem que ver porque é que não foram. Eu acredito que, como veio aqui documentos do Ibama e do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), temos que ter também uma ação do Ministério Público para ver porque isso ocorreu, como ocorreu, e, principalmente pedindo o preenchimento do lago, se isso é real.

Precisa ter um pronunciamento sobre isso também do Ibama, do Ministério Público Federal e do ONS. Eu proponha que a gente acione esses três órgãos, pelas duas Comissões da Assembleia, para se pronunciar sobre isso também. Não estiveram aqui! Eu não tinha essa informação, senão nós já teríamos tentado trazer o Ibama e o Ministério Público Federal para cá, porque até aí não estavam muito envolvidos no processo. A proposta seria envolvê-los no processo.

Outra questão é, não sei se os representantes dos atingidos poderiam assumir, levantar o conjunto de famílias e relacionando os seus problemas. Vocês já têm isso? Não sei, essa é uma sugestão que dou aqui, mas não sei se vocês têm condições.

(*Manifestação fora do microfone.*)

Sim, estou levantando isso, ou seja, de quem é esse papel, essa função.

O SR. VEREADOR FABIANO MOCELIN (Cerro Negro/SC) - Outra coisa, as famílias estão reunidas lá no acampamento. Tem um ditado que diz que quem não deve não teme. Então, de repente, se a empresa não deve nada, ela vai ao acampamento. As famílias estão agrupadas lá. Ela vai lá nos atender. Até o doutor Júlio pode ir lá atender a família no acampamento. Tira um dia para ficar lá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Dirceu Dresch) - Bom, esse é um encaminhamento que a gente precisa ver como é que opera. Essa é uma proposta: que a empresa vá visitar de novo todas as famílias que estão com problema lá.

Agora, isso é uma questão complicada. Você falou que tem um grupo de representante. Quem é esse grupo que vai fazer a avaliação? Porque senão fica só a visão da empresa. É uma questão extremamente desigual, um agricultor contra uma empresa com o potencial que ela tem. Não é justo! Não funciona assim! Tem que ter um mecanismo de interlocução, porque a empresa tem um interesse claro, já mostrado aqui, e os agricultores os deles lá. Como é que faz isso? Como é que faz acordo? Tem que ter mecanismo para isso.

A SRA. ANA ALÁIDE ALBUQUERQUE ESMÉRIO (São José do Cerrito/SC) - Deputado, só para complementar. Nós não estaríamos aqui se estivéssemos com mentiras. A gente está bem com o pé no chão. Ninguém está fazendo uma denúncia de que alguém esteja com problema, se não está. Ninguém é louco!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Dirceu Dresch) - Eu fui lá ver e conversei com muitas famílias e de fato estou convencido disso. Conversei com muitas famílias e de fato estou convencido de que tem problema. Por isso que eu fiz a fala antes, se a empresa Rio Canoas e a Triunfo querem limpar o seu nome e fazer bem para Santa Catarina, eles precisam tomar providências, senão não tem jeito! Nós

vamos continuar forçando e denunciando. E enquanto não se resolver este problema vamos divulgar isso para toda a mídia catarinense, para toda a imprensa, para toda a sociedade catarinense e dizer o que está acontecendo. Então, precisa ter ação concreta da empresa, se ela quiser de fato manter o seu nome e ajudar Santa Catarina. Isso que você afirmou aqui, tem que ter ação. Essa é a contrapartida da empresa se ela quiser manter o nome limpo e real em Santa Catarina. Isso precisa ser encaminhado, é uma ação rápida, porque os agricultores estão lá acampados, e é como a Ana falou: muita gente tem dívida para pagar. Tem situações lá que precisam ser resolvidas.

A empresa faz isso, mas precisa fazer uma interlocução. Eu proponho que uma das ações seja que a gente tire daqui uma comissão e vá para lá. Nós não temos condições de visitar todas as famílias, talvez lá no acampamento sim, mas daí precisaria ir a empresa junto. Agora, também tenho dúvidas se isso é função nossa. Não é função do Parlamento fazer... nós podemos fazer uma interlocução maior do que estamos fazendo aqui, mas depois as coisas lá, no dia a dia, tem que funcionar senão não trabalhamos mais aqui, não é Deputado, se formos visitar família por família. Então, tem que ter um processo. Normalmente se dá com uma intermediação. É como um juiz de um jogo, mas é um jogo bruto entre a empresa e os agricultores, e alguém tem a mão do Estado ainda junto neste jogo bruto. O juiz ainda está apitando para o lado do Estado, então, como é que se faz isso? Como é que se resolve esse conflito?

O SR. JULIO GUILHERME MÜLLER - Deputado, sobre esses dois pontos, dois esclarecimentos.

Uma questão é a questão dos arrendatários que entendem que deveriam receber algum tipo de indenização, alguns deles, porque vários, aliás, a grande maioria recebeu. Temos alguns que efetivamente foram, por alguma razão, negados pelas comissões paritárias e estão nessa situação. Esses aí, a ideia que foi construída, no consenso com o Ministério Público, no consenso com a Fatma, em consenso com aquelas pessoas que participaram daquela reunião, com a ressalva de alguns pontos de vistas, é que, efetivamente é difícil, precisa de alguém que conduza isso. E quem irá conduzir?

Sugeri-se, então, que se colocasse uma empresa de renome internacional, uma empresa com experiência nesse tipo de situação para fazer a avaliação. Essa avaliação vai obrigar a empresa. A empresa não vai discutir o seu resultado - assumiu isso no TAC inclusive. O que a empresa decidir vamos cumprir. Agora, ela não vincula e não obriga os atingidos que entendem que têm alguma coisa para receber. Esses sempre poderão continuar reivindicando, seja através do Poder Judiciário, seja através de qualquer outra coisa.

Quem que vai acompanhar o trabalho dessa empresa? A Comissão de Direitos Humanos da OAB - no TAC foi colocado isso. Eles se colocaram à disposição para acompanhar e a gente também se obrigou a suportar o ônus de fazer com que essa empresa se instale lá na região durante a realização dos trabalhos para que funcione lá. Ela vai estar aberta não só para a OAB, mas também para os atingidos, para a Assembleia, para quem quer que seja acompanhar esse trabalho. É algo efetivamente transparente, democrático, republicano.

Tem critérios? Vão ser verificados esses critérios e aquilo que se decidir a empresa cumpre, está na obrigação. A Fatma não chegou a decidir. Ela não chegou a avaliar todos os casos como avaliou aqueles procedimentos. Isso é um negócio complexo e a própria Fatma respondeu que eles não têm *expertise* e não conseguem fazer essa verificação porque é um negócio complicado, não é um negócio simples. Demanda, às vezes, até de uma equipe multidisciplinar que tem assistente social, economista, agrimensor e tudo o mais. Então, é um negócio que não é tão simples assim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Dirceu Dresch) - Eu tenho a convicção de que há motivos para essa desconfiança por parte dos atingidos porque essa empresa vai ser paga pela empresa, na verdade deveria ser um órgão público, mais neutro que fizesse isso, mas temos clareza de que de fato a Fatma não tem condições de fazer isso.

Então o que nós precisamos aqui? Justamente acompanhar isso de perto. Acho que isso pode ser uma função nossa, dos Deputados, da Fatma, da Secretaria de Agricultura, das entidades, de acompanhar justamente essa avaliação que vai se fazer. E se porventura outras injustiça novamente ocorrerem depois de se avaliar todas elas e acompanhá-las, vamos fazer novamente. Parece-me que não tem outro jeito nesta questão mais urgente, a não ser acompanhar essa avaliação por parte dessa empresa. Esse processo é imediato? Já começa agora?

O SR. JULIO GUILHERME MÜLLER - Deputado, hoje está sendo escolhida a empresa lá em Lages e, escolhida a empresa, ela já inicia os trabalhos. A expectativa é que tudo isso esteja concluído num prazo bastante curto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Dirceu Dresch) - A minha proposta seria a seguinte: fazer essas audiências com o Ministério Público Estadual, cobrar o pronunciamento das entidades nacionais, que eu citei; e organizarmos um grupo aqui.

Eu queria consultar as pessoas que estão aqui na mesa, a Secretaria de Agricultura, o Deputado que está aqui ainda (depois consultarei os demais que estavam aqui), de nos envolvermos - não sei se a Fatma toparia participar de um grupo de trabalho - e fazermos uma visita, em uma semana ou duas no máximo, para ver se as coisas estão se encaminhando lá na região, e também para visitar os atingidos lá no acampamento e conversar com eles. Formaríamos uma comissão a partir desta audiência pública e convidaríamos o Ministério Público e as entidades que quiserem acompanhar nessa visita *in loco* na região. Não vai dar para visitar todas e nem para conversar com todos os agricultores, mas nós poderemos escolher uma data possível para se fazer isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL ARNALDO MORAES - Representando a Comissão da Agricultura estaremos presentes, é a nossa base, a nossa sede.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Dirceu Dresch) - Há mais alguma proposta de encaminhamento?

O que anotei aqui poderia ser encaminhado?

Muito obrigado, um abraço, até uma próxima e não havendo mais nada a tratar encerro a presente audiência pública. [Taqui-grafa- Revisora: Almerinda Lemos Thomé][Revisão final: Iwana L. Lentz] [Ata sem revisão dos oradores.]

**Deputado Estadual Dirceu Dresch**

**Presidente da Audiência**

**Deputada Estadual Angela Albino**

**Presidente da Comissão Legislação Participativa**

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PROMOVIDA PELA COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA PARA DEBATER A AMPLIAÇÃO DO PROJETO DE EXECUÇÃO ASFÁLTICA DE MAIS 14 QUILOMETROS RESTANTES ENTRE A PONTE RUTHES (DIVISA ENTRE SANTA TEREZINHA E ITAIÓPOLIS) E A RODOVIA SC-114 (ALTOS DE MOEMA), REALIZADA NO DIA 18 DE OUTUBRO DE 2013, ÀS 10H, NO MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA/SC**

No dia 18 de outubro de 2013, às 10h, no salão comunitário da Capela Nossa Senhora do Rosário, Distrito de Rio da Anta, Município de Santa Terezinha, realizou-se audiência pública da Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano da Assembleia Legislativa de Santa Catarina (Alesc) para debater a ampliação do projeto de execução asfáltica de mais 14 quilômetros restantes entre a Ponte Ruthes (divisa entre Santa Terezinha e Itaiópolis) e a rodovia SC-114, Altos de Moema. A **mestre de cerimônias, senhorita Nicole Madeira**, abriu os trabalhos ressaltando que aquela audiência tinha sido solicitada pelo Deputado Estadual Reno Caramori, Presidente da Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano, atendendo ao requerimento subscrito pelas Deputadas Dirce Heiderscheidt e Ana Paula Lima, e pelos Deputados Jailson Lima, Aldo Schneider, Dirceu Dresch e Antônio Aguiar, em conjunto com as Prefeituras, Câmaras de Vereadores e entidades de classe dos Municípios de Santa Terezinha e de Rio do Campo, para debater a ampliação do projeto de execução asfáltica de mais 14 quilômetros entre a Ponte Ruthes e a rodovia SC-114. Informou aos interessados em se manifestar que deveriam fazer sua inscrição com a assessoria da Comissão, e lembrou a todos que a TVAL, a TV da Assembleia Legislativa, estava cobrindo aquela audiência. Em seguida, convidou o Deputado Estadual Jailson Lima, representando o Presidente da Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano, Deputado Reno Caramori, para conduzir os trabalhos. O **senhor Presidente, Deputado Estadual Jailson Lima**, desejou um bom-dia a todos e disse que era um prazer para a Assembleia Legislativa estar em Santa Terezinha com um grupo seleto de lideranças, autoridades e comunidades, perto de seiscentas pessoas, para discutir um assunto tão importante. Para compor a mesa dos trabalhos, convidou o Deputado Estadual Antônio Aguiar; o Deputado Estadual Aldo Schneider, membro da Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano; o Deputado Estadual Serafim Venzon; o senhor Jocelino Amâncio, Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional de Taió, representando o Governador Raimundo Colombo; o senhor Rodrigo Preis, Prefeito de Rio do Campo; o senhor Valdecir Ferenss, Prefeito de Santa Terezinha; o senhor Hugo Lembeck, Prefeito de Taió e presidente da Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí (Amavi); a senhora Maria Luiza Kestring Liebsch, Prefeita de Mirim Doce; o senhor Gervásio Uhlmann, Prefeito de Itaiópolis; o senhor Dario Schicovski, Prefeito de Papanduva; o senhor Beto Faria, Prefeito de Canoinhas; o senhor Hélio

Cesar Wendt, diretor-geral da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Mafra, representando o Secretário Wellington Roberto Bielecki; o senhor Harry Dorow, presidente da Cooperativa Regional Agropecuária Vale do Itajaí (Cravil); o Vereador Hamilton Manuel Zeferino da Silva, Presidente da Câmara de Vereadores de Santa Terezinha; o senhor Vereador Alexandre Losi, Presidente da Câmara de Vereadores de Rio do Campo; o senhor Juvenal Andrade, Vice-Prefeito de Santa Terezinha; e o senhor Mario Henrique de Souza, Vice-Prefeito de Rio do Campo, representando o Deputado Estadual Marcos Vieira. Após a composição da mesa, o senhor Presidente disse que era importante ressaltar que daquela audiência seria tirado um documento no sentido de sensibilizar o governo do Estado sobre a importância de uma ação conjunta para terminar a execução do projeto de integração e para que se conseguisse, na sequência, colocar no Orçamento do Estado a perspectiva da execução daquela obra. Antes de iniciar os debates e a apresentação que seria feita pelo Prefeito Rodrigo Preis, em comum acordo com o Prefeito Valdecir Ferenss, o Nego, o senhor Presidente passou a palavra aos componentes da mesa para uma saudação inicial. Fez uso da palavra o **Deputado Estadual Aldo Schneider, membro da Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano**, que saudou os membros da mesa e os demais presentes, fazendo uma referência especial à presença do doutor Alceu Gaio, que foi Secretário Adjunto da Infraestrutura na época do Governador Luiz Henrique e um dos grandes responsáveis, junto com a administração do Prefeito Nego, pela execução dos 30 quilômetros de asfalto, ressaltando que a presença do doutor Gaio enaltecia aquele evento e já antecipava que havia condições de fazer aquela obra. Afirmou que aquele era um momento importante para o desenvolvimento da região e que o papel de Deputado Estadual era fazer valer a força da população, que ali estava representada por todas as pessoas presentes para debater um assunto de grande importância, que não se resumia somente à integração inter-regional, mas no desenvolvimento de uma região de Santa Catarina. Informou que recentemente, junto com o presidente da Amavi e com o Prefeito e o Presidente da Câmara de Vereadores de Santa Terezinha, esteve com o Governador Raimundo Colombo e o Secretário Cobalchini mostrando um estudo sobre a questão da serra em função dos avicultores de Tyson, oportunidade em que também foram discutidos os 14 quilômetros faltantes. O Governador se mostrou sensibilizado e determinou ao Secretário Cobalchini a realização de um estudo sobre o custo da obra a fim de que pudesse decidir sobre a conclusão ou não do trecho, mas acreditava que com a realização daquela audiência pela Alesc, que tinha o poder não só de legislar e fiscalizar, mas também reivindicatório, o Governador autorizaria o término dos 14 quilômetros e os Deputados teriam o compromisso de inserir uma rubrica orçamentária para o exercício de 2014 para que se pudesse começar a falar em término de projeto e talvez em início de obra. Considerava aquele momento oportuno para Santa Catarina em relação aos investimentos, já que a Alesc havia aprovado quase R\$ 10 bilhões para várias áreas, especialmente saúde, educação, segurança pública e infraestrutura, avaliando que poderiam tentar inserir aquele trecho no Pacto por Santa Catarina, cujo programa não se encerraria no Governo Raimundo Colombo, já que era um programa de Estado e não de governo, ou seja, todas as obras que estavam sendo iniciadas e planejadas teriam sequência. Concluiu sua manifestação agradecendo a presença de todos e dizendo que estava junto naquela luta. Logo após, fez uso da palavra o **Deputado Estadual Antônio Aguiar**, que saudou todas as autoridades e demais presentes e parabenizou a comunidade pela mobilização e por estarem ali reivindicando o projeto de mais 14 quilômetros da SC-114, que tinha um custo aproximado de R\$ 1,3 milhão. Parabenizou os médicos presentes pelo Dia do Médico, salientando que dos quatro Deputados que ali estavam, três eram médicos, sendo por todos aplaudidos. Afirmou que em termos de ajuda aos Municípios, ela estava acontecendo através de vários projetos propostos pelos Prefeitos, mas considerava importante fazer muito bem os projetos, caso contrário, não seriam realizados, e que aquilo dependia da competência dos Prefeitos, dos Vereadores, dos engenheiros. Disse que a sua posição na Alesc sempre foi defender os anseios da região, especialmente de Santa Terezinha e Rio do Campo, e que todos estavam esperançosos que as coisas acontecessem, como por exemplo, que as máquinas trabalhassem na 477, de Moema a Doutor Pedrinho, tendo em vista que tinha dinheiro e a licitação tinha sido feita, sendo necessária a ordem de serviço para que a promessa fosse concretizada, e sugeria que aquele pedido se juntasse à realização do projeto dos 14 quilômetros. Finalizou sua manifestação deixando um abraço a todos. Na sequência, fez uso da palavra o **Deputado Estadual Serafim Venzon**, que cumprimentou todos os membros da mesa e os demais presentes, dizendo que todos ali estavam para dar apoio a uma vontade política que existia por parte das lideranças daquela região. Disse que era de

Botuverá, de onde vinha o calcário usado em diversas atividades agrícolas ali desenvolvidas, e que havia muito tempo aquela região esperava a melhoria das estradas para o planalto norte, pois que facilitaria para todos. Relembrou que em Botuverá também tinham o sonho de uma rodovia, à qual esperavam havia mais de cem anos, e que na terça-feira daquela semana o Governador Raimundo Colombo tinha estado lá para dar início a um segmento da obra, avaliando que a pressão de todos era importante e que ali se encontrava para se juntar aos Deputados Antônio Aguiar, Jailson Lima e Aldo Schneider a fim de ajudar a transformar em realidade aquele sonho da região. Afirmou que o Governador Raimundo Colombo havia se organizado naqueles três anos no sentido de buscar recursos para investir principalmente em quatro áreas, quais sejam, em segurança, saúde, educação e infraestrutura, e que com a aprovação dos Deputados estava buscando mais de R\$ 11 bilhões para serem investidos no Estado, o que equivalia à capacidade de investimento de onze anos de governo, razão pela qual era injusto não incluir aquele trecho no pacote do governo. Continuando, manifestou-se o **senhor Valdecir Ferenss, o Nego, Prefeito de Santa Terezinha**, que cumprimentou os componentes da mesa e os demais presentes e agradeceu a presença de todos àquela importante audiência pública para Santa Terezinha e região. Fez um cumprimento especial ao Prefeito Rodrigo Preis, de Rio do Campo, dizendo que tinha sido um grande parceiro, assim como o Lenoir Menegazzi, no sentido de mobilizar as autoridades, os empresários, as entidades e a comunidade em geral para que ali estivessem, e disse que junto com o Prefeito Rodrigo Preis esteve em Florianópolis para fazer o pedido da realização daquela audiência pública aos Deputados Jailson Lima, Aldo Schneider, Dirceu Dresch e Antônio Aguiar e às Deputadas Dirce Heiderscheidt e Ana Paula Lima, que acataram o pedido e fizeram os encaminhamentos necessários para que pudessem estar ali realizando a audiência, fato que já considerava uma grande vitória. Informou, para que todos tivessem conhecimento, que faltava a ligação asfáltica do planalto norte ao alto vale do Itajaí e que tinham três vias com possibilidades de acontecer a obra, mas era preciso que fossem coerentes. Disse que havia dois anos, três anos tinha acontecido o primeiro passo, que era o projeto que saía de Santa Terezinha até Ponte Ruthes, e que atualmente estavam defendendo a complementação daquele projeto até Moema, totalizando 14 quilômetros, explicando que estavam defendendo aquela obra por ligar o planalto norte ao alto vale do Itajaí, o que traria um grande desenvolvimento para os Municípios da região. Concluiu sua manifestação agradecendo mais uma vez a presença de todos e desejando bom trabalho. [Taquígrafa-Revisora: Siomara G. Videira] Ato contínuo, fez uso da palavra o **senhor Jocelino Amâncio, Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional de Taió, representando o Governador Raimundo Colombo**, que cumprimentou todos os presentes e relatou que o Governador havia dito que queria que a rodovia passasse pelo melhor lugar possível, levando o desenvolvimento para aquela população e que o Secretário Cobalchini fizesse o levantamento para que o projeto fosse executado. Acrescentou que o Governador determinou uma verba de melhoria para os avicultores de Taió, de Mirim Doce e de Pouso Redondo, a fim de que pudessem voltar àquela atividade, mas que o projeto sobre o qual estavam tratando naquele momento, para a população daquela região, estava de pé e tinha que acontecer. Citou que só haveria possibilidade de grandes empresas se instalarem na região com uma rodovia pavimentada com asfalto, o que iria também ajudar os agricultores escoarem o seu produto. Fazendo uso da palavra o **senhor Beto Farias, Prefeito de Canoinhas**, ponderou que o retorno das obras da SC-477, fazendo ligação com o alto vale do Itajaí era fundamental para a comunidade de Canoinhas e para o planalto norte catarinense. Cumprimentou a Assembleia Legislativa em nome dos Deputados Estaduais presentes por aquela oportunidade e parabenizou todas as autoridades que lá estavam por mobilizarem a população para reivindicarem uma situação de fundamental importância para todos. Dando seguimento, fez uso da palavra, o **senhor Dário Schicovskí, Prefeito de Papanduva**, que, cumprimentando todos, lembrou que a SC-477 iria cortar uma distância de cem quilômetros até o litoral catarinense e que a solicitação para que isso acontecesse já vinha de muitas décadas. Acrescentou que era favorável que aquela audiência pública fizesse pressão a fim de que o projeto chegasse a ser executado. Em seguida fez uso da palavra o **senhor Gervásio Uhlmann, Prefeito de Itaiópolis**, que após cumprimentar todos os presentes disse que Itaiópolis seria diretamente atendida com aquela obra, pois que tinha divisa com Santa Terezinha, com o rio Itajaí, com Ponte Ruthes, e que era o início com a SC-477. Solicitou aos Deputados que levassem ao Governador do Estado o seu apelo para que incluísse o trecho de 14 quilômetros no projeto, pois a pavimentação asfáltica daquele trecho levaria o progresso para todos os Municípios envolvidos. Continuando, o **senhor Presidente, Deputado Estadual Jailson Lima**,

saudou o representante da empresa Souza Cruz, que se fazia presente naquela reunião, e acrescentou que as fumageiras estavam levando geração de emprego para a região. Em seguida concedeu a palavra ao **senhor Harry Dorow, presidente da Cooperativa Regional Agropecuária Vale do Itajaí (Cravil)**, que disse que a iniciativa da realização do projeto de asfaltamento daquela rodovia era muito importante para todos. Lembrou que a Cooperativa Cravil conseguiu chegar a Santa Terezinha depois de 42 anos e que estava lá desde 2012 e contou que sentiram dificuldades de escoarem a primeira produção de grãos, de fumo e de leite. Considerou que o trabalho que a Assembleia Legislativa vinha fazendo, juntamente com os Prefeitos, iria ser um grande passo para o desenvolvimento do norte e do alto vale do Itajaí. Agradeceu a iniciativa dos Deputados, pois que aquela era a esperança de ver concluído o projeto que levaria grande resultado social e econômico para toda aquela região. Na sequência, o **senhor Hugo Lembeck, Prefeito de Taió e Presidente da Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí**, destacou a importância do evento realizado naquele dia na localidade de Rio da Anta, não apenas pelo número de pessoas lá presentes, mas pela qualidade delas. Ressaltou que lá estavam presentes líderes da agricultura, Vereadores, Secretários Municipais, Prefeitos e Vice-Prefeitos. Contou também que começaram um canal de negociação com a empresa Tyson e que havia sido a integração dos avicultores das regiões do norte com os do alto vale que começaram tal canal e que precisavam daquela ligação asfáltica o mais rápido possível a fim de que aquela relação econômica pudesse ser ampliada. Desejou que a representatividade daquela região trabalhasse sempre firme em cima do propósito do seu desenvolvimento e solicitou empenho de todos para que também brigassem pelo começo de outro projeto que até a ponte eles já tinham uma parte. A seguir o **senhor Presidente, Deputado Estadual Jailson Lima**, cumprimentou, na pessoa da senhora Janete, a equipe da cozinha daquela localidade que estava trabalhando na preparação do almoço para todos. Dando continuidade, convidou todos os Prefeitos, Vice-Prefeitos, Vereadores e demais lideranças para comparecerem à Assembleia Legislativa na próxima semana que promoveria a Semana do Lixo Zero até o dia 28 de outubro, oportunidade em que ocorreriam três palestras com palestrantes da Califórnia, dizendo ser essa a melhor experiência sobre a redução do lixo, bem como da Suécia e da Itália. Acrescentou que aquilo estava dentro do Programa Nacional dos Resíduos Sólidos, cuja agenda os Prefeitos Municipais teriam que cumprir, do ponto de vista das exigências do Ministério Público e da legislação. Contou que ele e o Deputado Estadual Aldo Schneider, no ano de 2012, tiveram condições de ver várias experiências a respeito do assunto, na Escandinávia. Disse que aquele era o seu segundo mandato e que a audiência pública que ora realizava era a que apresentava maior número de Prefeitos, de Vice-Prefeitos, de Vereadores, de Secretários Regionais e seus representantes, e de ex-Prefeitos. Parabenizou todos os presentes pela mobilização, acrescentando que aquilo representava a expressão política de uma luta continuada que não poderia parar após aquela reunião. Na sequência, registrou a presença de Luciano Kowalski, gerente regional da Souza Cruz; Vereador Claudinor Krajevski, Presidente da Câmara de Vereadores de Itaiópolis; Diva Maria Tomazoni Heidrich, presidente da Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Taió; Vereador José Simonetti, de Santa Terezinha; Vereador Antenor Goedert, de Santa Terezinha; Vereadora Juceleni Andrade Pereira, de Santa Terezinha; Josette Heyse Tavares, Secretária Municipal de Assistência Social de Santa Terezinha; Vereador João Sérgio Tchorni, de Santa Terezinha; Laerte da Silveira, Secretário Municipal de Administração de Pouso Redondo; Adilson Alves Wolinger, Secretário Municipal de Saúde de Santa Terezinha; Cletson Jean Pavoski, Secretário Municipal de Administração de Santa Terezinha; Davi Kubichen, Secretário Municipal de Agricultura de Santa Terezinha; Olímpio Schmitt, presidente da Associação dos Construtores do Município de Pouso Redondo; Vereador Eduardo Schuedler, de Salete; Vereador Alicia Regueira, de Salete; Horst Haake, representando o Deputado Estadual Dado Cherem; Vereador Vilson Blonkowski, de Santa Terezinha; Vereador Estevão Ruchinski, de Vitor Meireles; João Batista Mazoti, Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos de Vitor Meireles; Wilando Sérgio Kurte, representando o presidente da União de Câmara e Vereadores do Alto Vale do Itajaí, senhor Dimas Evaldo Becker; Vereador Horst Alexandr Purnhagen, de Taió; Vereador Nelson Felippi, de Santa Terezinha, representando o Deputado Estadual Jorge Teixeira; Vereador Diomar Sadlowski, de Rio do Campo; Ido Mees, ex-Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional de Taió e ex-Prefeito de Rio do Campo; Ivan Sérgio Claudino, Secretário Municipal de Agricultura de Taió; Angela Kwitschal, Secretária Municipal de Governo e Cidadania de Mafra, representando o Prefeito Roberto Agenor Scholze; Otanir Mattiola, assessor parlamentar, representando o Deputado Dirceu Dresch; Emerson José Krul, intendente do Distrito de

Craveiros, Município de Santa Terezinha; Cleison Fronza, Secretário Municipal de Indústria, Comércio e Turismo de Pouso Redondo, representando a Prefeitura Nair Goulart; Luciano Cordeiro, Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente de Itaiópolis; Vereador Veroni Alves, de Rio do Campo; Vereador Raimundo Waldrich, de Rio do Campo; Fausto Nunes Godinho, presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Santa Terezinha; Darci Tibuski, presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar de Santa Terezinha e região (Sintraf-SR); Paulo Bossi, presidente da Associação de Moradores de Colônia Ruthes, de Santa Terezinha; Vereador Euzenir Becker, de Rio do Campo, e coordenador do Sindicato da Agricultura Familiar de Rio do Campo; Osvaldo Fernandes Junior, Secretário Municipal de Esportes de Rio do Campo; Joseanair Hermes, Secretária Municipal de Administração de Rio do Campo; Vereador Flávio Bauer, de Santa Terezinha; Vereadora Valquíria Schwarz, de Santa Terezinha, representando o Deputado Estadual Jean Kuhlmann; Vereador Joel Sandro Macoppi, de Taió; Vereador Valmor Zanghelini, de Taió; Vereador Jonny Mary Machado, de Rio do Campo; Vereador Valmir Saqueti, de Rio do Campo; Vereador Adilson Kulkamp, de Rio do Campo; Vereador Arno Xavier, de Taió; Alceu Gaio, ex-Prefeito de Itaiópolis; Vereador Gildomar Esser, de Pouco Redondo; Vereador Jaridel Fronza, de Pouso Redondo; Agacir Gadotti, diretor distrital da Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas de Santa Catarina (FCDL), representando o presidente Sérgio Alexandre Medeiros; Luiz Lúcio Fossa, Vice-Prefeito de Vitor Meireles, representando o Prefeito Lourival Lunelli; João Kniess, Vice-Prefeito de Salete, representando o Prefeito Juarez de Andrade; Aristides Valentini, Vice-Prefeito de Taió; João Valmir Schlatter, ex-Prefeito de Santa Terezinha; Vereador Júnior Coelho, Presidente da Câmara de Vereadores de Pouso Redondo; Vereador José Kozoriz, de Santa Terezinha; Vereador Antônio Carlos Contezini, de Rio do Campo; Genir Antônio Junkes, ex-Prefeito de Santa Terezinha. Continuando, passou a palavra ao **senhor Rodrigo Preis, Prefeito de Rio do Campo**, que após cumprimentar todos os presentes disse que não viam mais nenhuma máquina trabalhando na ligação asfáltica entre Rio do Campo e Passo Manso fazia quinze dias e que esperava uma resposta sobre aquele fato, pois que vinha atrasando o desenvolvimento da região e acrescentou que também na Serra do Rio da Prata ainda não haviam resolvido a situação da barreira desde a última enchente. Parabenizou todos os presentes que lá estavam, pois que deveriam estar trabalhando, mas preferiram participar da audiência a fim de receberem uma resposta. A seguir, utilizando recurso em PowerPoint, apresentou fotos em que mostrava as ligações asfálticas do Estado de Santa Catarina. Mostrou que a região em que se encontravam estava descoberta de ligações asfálticas das quais tanto precisavam e lembrou que era necessário colocarem naquele momento, no recurso do Pacto por Santa Catarina, o investimento para aquela obra. Apontando para o mapa, mostrou a região oeste catarinense e salientou que lá havia muitas ligações asfálticas entre os Municípios, entre as regiões, que eram as linhas que estavam desenhadas em vermelho, e comparou com a região em que estavam atualmente, apontando para um vazio de linhas, demonstrando a falta de asfaltamento entre cidades. Questionou se o que faltava para a região deles eram força política ou representatividade política e afirmou que precisavam de uma solução para aquele problema. [*Taquígrafa-Revisora: Iwana L. Lentz*] Disse crer que aquela seria a última audiência pública que iria acontecer sobre aquela temática, porque fizeram uma audiência em Santa Terezinha e outra em Rio do Campo há anos e o vazio no mapa catarinense continuava, ou seja, o vazio devido a não ligação asfáltica. Comparou a região com o oeste catarinense, exacerbando a quantidade de rodovias no oeste, que eram importantes para o desenvolvimento. Fundamentou que o pleito por aquela rodovia pela região de Rio da Anta, Moema e Taiópolis era porque ligaria o centro da região. Falou da importância da ligação asfáltica entre Rio do Campo e Salete, entre Rio do Campo e Vitor Meireles, entre Santa Terezinha e Monte Castelo e Papanduva, mas frisou que deveriam primeiramente lutar pelo centro da região para que ela se desenvolvesse. Após, mostrou o traçado do trajeto que ora estavam solicitando, o qual ia até Santa Terezinha, e mencionou os quatorze quilômetros restantes. Ainda mencionou a obra asfáltica que iria ligar a região a Blumenau, que facilitaria o escoamento da produção. Exemplificou a ligação entre Pouso Redondo e Mafra, dizendo que se fosse feito via BR-116, seriam 242 quilômetros, com pedágios; via Moema, 175 quilômetros, ficando 100 quilômetros a menos, que resultaria em economia para as empresas e desenvolvimento para os agricultores e para a região; via Rio do Sul, a economia também seria de 100 quilômetros; via Taió, seriam 100 quilômetros a mais; e via Rio do Campo, seriam 150 quilômetros de diferença. Realçou que a região necessitava da pavimentação asfáltica. Outro ponto que abordou foi a presença da empresa Tyson em Taiópolis, que iria economizar em

trajetos, e explicou que não era contra a abertura da serra, pelo contrário, salientou a importância da abertura da serra para que houvesse crescimento e desenvolvimento para os produtores de Rio do Campo, uma vez que todos os aviários de Rio do Campo estavam fechados. Finalizando, agradeceu a oportunidade de fazer aquela apresentação e a presença das lideranças e da comunidade lá presentes e sugeriu a determinação de um prazo para que aquele projeto acontecesse. Em seguida, o **Presidente** abriu a palavra para as manifestações da plenária, mas antes alertou os Prefeitos e os Secretários para o fato de o governo federal ter um programa chamado Pronacampo, do Ministério do Movimento Agrário, com o qual poucos Municípios de Santa Catarina estavam trabalhando, destacando que aquele programa trabalhava com a política de qualificação dos profissionais na agricultura. Após, concedeu a palavra a Vereadora Juceleni Andrade Pereira, de Santa Terezinha. A **senhora Juceleni Andrade Pereira, Vereadora de Santa Terezinha**, desejou bom-dia aos presentes, cumprimentando-os. Salientou a importância da ligação asfáltica para o desenvolvimento de Santa Terezinha e da região, que ajudaria a escoar a produção agrícola, tanto de fumo, como de frutos e verduras. Além disso, mencionou a importância da distância da região à Capital. Após, apontou aos presentes os cartazes confeccionados pelas crianças da Escola de Educação Básica Alto do Rio da Anta, do 1º e do 2º anos, evidenciando que elas, apesar da pouca idade, estavam atentas ao que estava acontecendo na região, destacando uma das frases, "Ainda somos pequenos, mas no futuro desfrutaremos desta ligação". Perguntou qual era o próximo passo após aquela audiência pública para se conseguir a ligação. Então disse do projeto até a Ponte Ruthes que existia há dois anos e pediu a inclusão dos quatorze quilômetros naquele projeto, para que aquelas obras fossem inseridas no PAC. Colocou-se à disposição do Município para lutar por aquela ligação e enfatizou que precisava saber qual era o próximo passo. Na sequência, o **Presidente** passou a palavra ao senhor Otanir Mattioli, assessor parlamentar, representando o Deputado Dirceu Dresch. O **senhor Otanir Mattioli**, após os cumprimentos, observou, pela apresentação anteriormente feita, que para uma obra de R\$ 1,3 milhão o pacto de alocação de recursos era de mais de R\$ 10 bilhões, que representaria 1% do orçamento do Pacto. Dito isso, declarou que sabia da dificuldade de se fazer a obra sem ter o projeto técnico e da dificuldade que o Estado teria de alocar recursos se essa obra não estivesse incluída no Pacto. Propôs como encaminhamento a inclusão da obra nos recursos do Pacto para que ela estivesse garantida até a Ponte Ruthes, que já tinha o projeto executado. Após, o **senhor Presidente** passou a palavra à Vereadora Valquíria Schwarz, de Santa Terezinha, representando o Deputado Estadual Jean Kuhlmann. A **senhora Valquíria Schwarz, Vereadora de Santa Terezinha**, saudou os presentes e disse que os Deputados tinham uma nobre missão em Santa Terezinha, porque vieram, juntamente com a comunidade, efetivar a ligação asfáltica para que aquele Município atingisse o planalto norte. E, enfatizando a importância de tal obra para a região, colocou o seu mandato à disposição para pressionar o governo do Estado a fim de atender os pleitos das comunidades da região. Chamou à responsabilidade os Deputados no que dizia respeito a trazer conforto àquele povo sofrido que Santa Catarina mantinha escondido, apesar de ser produtor de muitas riquezas apresentadas para o Brasil e para o mundo, referindo-se aos produtos agrícolas. Por tudo o que disse, afirmou que iria brigar para colocar no Orçamento do Estado de 2014 os recursos para o asfaltamento daquela rodovia de fundamental importância para a região. Concluindo, disse que a rodovia asfaltada manteria os filhos daquela terra naquela mesma terra e agradeceu a atenção de todos. De imediato, o **Presidente** passou a palavra ao **senhor Hamilton Manuel Zeferino da Silva, Presidente da Câmara de Vereadores de Santa Terezinha**, que cumprimentou os presentes e disse que todos lá estavam lutando por uma boa causa. Anunciou que estava de posse de um ofício de 1994, encaminhado ao então Governador, no qual solicitavam a ligação asfáltica até Rio da Anta e, após, até a BR-116. Disse que já naquela época sabiam da dificuldade de concretizar aquele pleito porque era um Município jovem e o último Município do alto vale, divisa com o planalto norte. Parabenizou o presidente da Cravil pela instalação naquela região, em 2012, que fazia o escoamento da produção. Pediu empenho a cada um dos quarenta Deputados na Alesc para evitar os rumores de que a região iria fazer manifestação nas rodovias, fechando-as. Mais uma vez, pediu apoio à Alesc na resolução daquele entrave, pediu ao senhor Hugo, presidente da Amavi, que fosse em busca do apoio dos Prefeitos para fazer pressão junto ao governo do Estado e pediu que fosse liberado um *link* na página da Câmara para fazer um abaixo-assinado digital em prol do asfaltamento da rodovia. O **Presidente, Deputado Estadual Jailson Lima**, passou a palavra ao **senhor Alexandre Losi, Presidente da Câmara de Vereadores de Rio do Campo**, que agradeceu a presença de

todos. Disse que era importantíssima a ligação do alto vale ao planalto norte porque levaria maior desenvolvimento para a região. Disse ainda que Santa Terezinha e região estavam muito bem representados pelas lideranças políticas. Realçou que o primeiro passo foi dado e pediu empenho dos Deputados para pleitear a favor da ligação junto ao governo do Estado. A seguir, o **Presidente** passou a palavra ao senhor Lenoir Menegazzi, assessor parlamentar do Deputado Estadual Jailson Lima, e avisou que após a fala do Lenoir as inscrições para as manifestações estariam encerradas. O **senhor Lenoir Menegazzi** disse da satisfação de ver as lideranças da região presentes naquela audiência e apelou a elas que tentassem reunir os representantes das SDRs da região do alto vale e do planalto norte para que se integrassem definitivamente em busca do sonho de ver asfaltada a rodovia. Salientou que não era só Santa Terezinha, Rio do Campo e Itaiópolis que seriam beneficiadas, mas uma centena de pessoas. Mais uma vez apelou à população que levasse ao conhecimento de toda a região e do governo do Estado aquela obra, para que o projeto dos quatorze quilômetros fosse concluído e para que fosse iniciada a obra, uma vez que o projeto de Santa Terezinha até a Ponte Ruthes já existia. Encerrando, agradeceu a presença de todos. O **senhor Presidente**, a seguir, passou a palavra ao senhor Ido Mees, ex-Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional de Taió e ex-Prefeito de Rio do Campo. O **senhor Ido Mees**, após saudar todos, disse que não poderia deixar de lá estar para trazer as prioridades da região, a ligação do alto vale ao planalto norte. Falou da importância do projeto de 27 quilômetros até o Rio Itajaí, que ora estava sendo falado porque as lideranças regionais aprovaram e fora conseguida a licitação para executá-lo. Registrou que o primeiro passo foi dado e pediu que levassem ao Governador aquela obra, a qual chamou de premente e urgente para que o alto vale se desenvolvesse. Dando sequência, o **Presidente** passou a **senhor Antônio Carlos Contezini, Vereador de Rio do Campo**, que cumprimentou todos e disse que ficava indignado com o fato de que há anos colocarem como prioridade aquela obra e ela nunca ter sido feita, frisando que aquela era a hora de concluir aquela questão. Ressaltou a importância da obra para aquela região e solicitou apoio aos Deputados apoio porque visitou o Secretário Cobalchini e ele lhe dissera que não tinha conhecimento do projeto e que havia sido colocado no Jornal do Campo que a população da região não sabia para onde queria o trajeto do asfalto. Lastimou o descaso que houve por parte daquele Secretário, pois que a região sabia muito bem por onde queria o traçado do asfalto. [*Taquigrafa-Revisora: Sabrina Schmitz*] Se o projeto existia, com certeza estava engavetado. Pediu que os Deputados olhassem pelos seis Municípios da Regional, pois aquela região precisava muito daquele asfalto. Disse que era um descaso o Estado afirmar que não havia recursos para fazer o resto do projeto, porque Santa Catarina era um Estado capaz de realizar aquela obra, pois era um grande produtor e possuidor de uma população honesta e trabalhadora. Na sequência, fez uso da palavra o **senhor Agnaldo Joaquim da Silva, registrador de imóveis de Rio do Campo**, que afirmou que uma obra daquela magnitude significaria uma grande mudança na vida de todos, e comentou que os Prefeitos da região tinham todas as condições de lutar pela concretização daquela obra, pois conheciam e representavam os Municípios melhor do que qualquer um. Disse que os empresários não arriscavam investir em projetos na região por haver problemas de logística, pois a falta de estradas pavimentadas criava grandes problemas de deslocamento, o que comprometia a logística das empresas. Concluiu sua manifestação afirmando que aquele investimento estadual atingiria uma fatia grande do Estado, de efeito enorme, beneficiando toda a região. Em seguida falou o **senhor João Valmir Schlatter, ex-Prefeito de Santa Terezinha**, que registrou seu apoio aos pronunciamentos dos Deputados presentes à reunião, lembrando que em 2001 participara de um encontro de Prefeitos e Vereadores em Santa Terezinha, onde fora aprovada uma resolução a respeito do tema. Disse que Santa Terezinha era o elo daquela integração entre o alto vale e o planalto norte e que a integração regional seria o benefício criado por aquela obra. Comentou o fato de muitos questionarem qual seria o melhor trajeto para a construção da estrada, dizendo que deveriam haver muitas justificativas para a escolha do trajeto selecionado. Na sequência, o **senhor Presidente** passou a palavra ao **senhor Juvenal Andrade, Vice-Prefeito de Santa Terezinha**, que disse que em 2001, como falara anteriormente o senhor João Valmir, tinha sido elaborada uma resolução na qual havia três propostas apresentadas pelos representantes dos Municípios da região; porém, disse que naquele momento deveria ser defendida a proposta do projeto, o qual já havia criado custos ao Estado, sendo coerente ao defender o trajeto pela Colônia Ruthes, onde já tinham sido aplicados recursos em torno de R\$ 1,5 milhão. Finalizando, afirmou que a ligação asfáltica entre o alto vale e o planalto norte traria muitos benefícios e desenvolvimento à região, agradecendo à Alesc pela

realização daquela audiência pública. Retomando a palavra, o **senhor Presidente, Deputado Estadual Jailson Lima**, registrou que foi aprovada pela Câmara de Vereadores de Santa Terezinha a resolução que dispõe sobre a continuidade do asfaltamento de Santa Terezinha até a BR-116, pedindo que a mesma fosse anexada à ata daquela audiência a fim de ser entregue ao Governador do Estado e ao Secretário de Estado da Infraestrutura. Em seguida, o senhor Presidente passou a palavra ao **senhor Genir Antônio Junkes, ex-Prefeito de Santa Terezinha**, que informou que havia sido feita uma reunião no dia anterior, quando foram definidas as diretrizes do projeto, não havendo ninguém contrário ao que tinha sido estabelecido. afirmou que havia vinte anos lutava pelo desenvolvimento da região, inicialmente pela ligação de Rio do Campo a Santa Terezinha; e depois a ligação de Santa Terezinha ao planalto norte, o que beneficiaria todo o alto vale do Itajaí e o planalto norte catarinense. Comentou que em 2001 havia sido feito um estudo técnico, no qual fora definida a viabilidade do projeto para aquela região, contando que já havia sido aplicado R\$ 1,5 milhão nos trinta quilômetros de Santa Terezinha até a Ponte Ruthes, faltando os outros quatorze quilômetros que estavam sendo discutidos naquela audiência pública. Sugeriu que fosse criada uma comissão formada pelos Deputados presentes àquela audiência e por duas lideranças de cada Município, para que através de audiência com o Governador e com o Secretário de Infraestrutura pudessem levar à frente o projeto. afirmou que o Deinfra já tinha feito o projeto de 30 quilômetros e que na época também tinha sido feito um estudo técnico que definia os rumos do projeto. Disse que deveriam ser elaborados e definidos os encaminhamentos daquela audiência pública para que chegasse ao Governador e ao Secretário o pedido da conclusão dos 14 quilômetros, incluindo a obra no programa de governo do Estado para que ela fosse viabilizada o mais rápido possível. Em seguida, fez uso da palavra o **senhor Saulo Tontini, gerente da Gallus Avícola**, que contou que a Gallus Avícola estava instalada em Pouso Redondo havia vinte anos, produzindo mais de três milhões de pintinhos por mês para a região do alto vale. Contou que a empresa fechara um contrato com a Tyson, uma das maiores do mundo no ramo da carne para alimentação humana, razão pela qual necessitavam da ligação asfáltica, pois que economizariam mais de 100 quilômetros para levar o frango de Pouso Redondo até Itaiópolis e Taió, já que aquele deslocamento estava trazendo prejuízos aos produtores da região, que economizariam até R\$ 2 mil por mês com a construção daquela estrada. Finalizou sua manifestação pedindo que aquela obra se tornasse realidade e não ficasse só no papel. Em seguida falou o **Vereador Horst Alexandre Purnhagen, de Taió**, que disse que era bairrista e interessado, pois se importava muito com a condição dos agricultores da região. Comentou que a região precisava daquela ligação asfáltica, pois deixaria mais dinheiro no bolso dos agricultores e dos empresários da região, gerando mais economia a todos. Falou que o valor estipulado para o projeto era muito pequeno, e citou a empresa na qual trabalhava, dizendo que ela arrecadava muito mais do que aquele valor por ano, sendo uma questão de aplicar o dinheiro no lugar certo. Falou que o asfalto traria um grande desenvolvimento para a região e que todo mundo utilizaria no futuro aquele novo trajeto asfaltado, deixando de usar a BR-470, até porque aquela BR estava numa situação vergonhosa, já devendo ter sido duplicada ou até triplicada havia muito tempo. Ato contínuo, fez uso da palavra o **senhor Jocelino Amâncio, Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional de Taió, representando o Governador Raimundo Colombo**, que informou que no dia 25 de outubro de 2013, às 14h30min, o Governador do Estado estaria em Taió para apresentar aos Prefeitos da região o que seria investido nos Municípios nos próximos meses e no próximo ano, sugerindo que naquele momento fosse apresentada ao Governador a decisão tomada naquela audiência pública de qual a definição para a sequência do projeto. O **senhor Presidente**, dando sequência aos encaminhamentos, sugeriu que os Prefeitos e os Presidentes das Câmaras de Vereadores dos Municípios envolvidos, juntos com a Alesc e duas lideranças da comunidade de cada Município, levassem ao Governador do Estado o documento gerado daquela audiência pública, quando o mesmo estivesse no Município de Taió no próximo dia 25 de outubro, pedindo que fosse definido o horário da entrega formal do documento ao Governador. (*Palmas.*) Disse que aquela ação seria feita no sentido de mostrar claramente que não havia outro trajeto a não ser o do desenvolvimento, o da vinculação e o da união daquelas duas regiões importantes para a economia do Estado. Para as considerações finais, passou a palavra ao **Deputado Estadual Serafim Venzon**, que salientou a importância daquela reunião, dizendo que a aquele momento era o ideal para se fazer pressão sobre as autoridades competentes do governo. Em seguida, manifestou-se o **Deputado Estadual Antônio Aguiar**, que desejou sucesso na empreitada e um bom almoço a todos. Continuando, fez uso da palavra a **senhora Maria Luiza Kestring**

**Liebsch, Prefeita de Mirim Doce**, que disse que estava abraçando aquela causa, pois seu Município ajudaria muito a encurtar caminhos com aquela ligação asfáltica. Falou que não importava qual seria o trajeto, nem por quais Municípios o asfalto iria passar, mas, sim, a concretização da ligação asfáltica entre o alto vale e o planalto norte, já que aquilo contribuiria muito com o desenvolvimento econômico de toda a região, das empresas e dos agricultores. Na sequência, a palavra foi concedida ao **senhor Valdecir Ferenss, o Nego, Prefeito de Santa Terezinha**, que como Prefeito anfitrião ressaltou a importância da realização daquela audiência e agradeceu o empenho das pessoas envolvidas naquele processo, principalmente aos Deputados Estaduais presentes àquele encontro, afirmando que naquela audiência pública que estava sendo realizada na localidade de Rio da Anta estavam presentes mais de quinhentas pessoas, o que demonstrava o comprometimento da comunidade. Retomando a palavra, o **senhor Presidente, Deputado Estadual Jailson Lima**, finalizou a audiência pública agradecendo mais uma vez a presença de todos e lembrando que na próxima sexta-feira, dia 25 de outubro, às 14h30min, o Governador do Estado estaria no Município de Taió, oportunidade em que seria entregue a ele pela Alesc e pelos representantes dos Municípios da região o documento daquela audiência. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente encerrou a audiência pública. [*Taquígrafo-Revisor: Eduardo Delvalhas dos Santos*] [*Taquígrafa-Revisora: Siomara G. Videira*] [*Leitura final: Almerinda Lemos Thomé*] [*Ata sem revisão dos oradores.*]

DEPUTADO ESTADUAL JAILSON LIMA  
Presidente da Audiência Pública

\*\*\* X X X \*\*\*

### ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES

#### ATA DA 28ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA, REALIZADA ÀS 09H DO DIA 15 DE OUTUBRO DE 2013.

Às nove horas do dia quinze de outubro do ano de dois mil e treze, sob a Presidência do Deputado Mauro de Nadal, reuniram-se os membros da Comissão de Constituição e Justiça, com a presença dos Senhores Deputados: Aldo Schneider, Ana Paula Lima, Dirceu Dresch, José Nei Alberton Ascari, Narcizo Parisotto, Serafim Venzon, Silvio Dreveck e Jean Kuhlmann. Abertos os trabalhos, o Presidente colocou em votação as atas; da 27ª reunião ordinária realizada no dia 8 de outubro de dois mil e treze que foi aprovada por unanimidade, da 6ª Reunião Extraordinária e da 1ª Reunião Simultânea com as Comissões de Constituição e Justiça, de Segurança Pública e de Trabalho, Administração e Serviço Público realizadas no dia 9 de outubro de dois mil e treze que foram aprovadas por unanimidade. O **Deputado Mauro de Nadal** relatou a Mensagem Provisória nº 00190/2013 apresentando parecer favorável à proposição que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; a Mensagem Provisória nº 00191/2013 apresentando parecer favorável à proposição que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; a Mensagem Provisória nº 00192/2013 apresentando parecer favorável à proposição com emenda Modificativa que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0305.4/2013 apresentando parecer favorável à proposição que, posto em discussão foi cedido pedido de vista coletivo; colocou em votação o requerimento do Dep. Darci de Matos para a realização de Audiência Pública em Joinville o qual foi rejeitado por maioria; o Projeto de Lei Complementar nº 0030.2/2013 apresentando parecer favorável à proposição com emenda Modificativa que, posto em discussão, foi cedido pedido de vista à Dep. Ana Paula Lima. O **Deputado Jean Kuhlmann** comunicou que não tinha nada a relatar. O **Deputado Aldo Schneider** relatou o Projeto de Lei nº 0032.4/2013 apresentando parecer favorável à proposição, que posto em discussão, foi cedido pedido de vista à Dep. Ana Paula Lima e ao Dep. José Nei Alberton Ascari; o Projeto de Lei nº 0304.3/2013 apresentando requerimento pela realização de diligência externa que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0421.7/2013 apresentando parecer favorável à proposição, que posto em discussão, foi cedido pedido de vista coletivo; o Projeto de Lei nº 0031.3/2013 apresentando parecer favorável à proposição, que posto em discussão, foi cedido pedido de vista à Dep. Ana Paula Lima, ao Dep. Dirceu Dresch e ao Dep. Serafim Venzon; o Projeto de Lei nº 0403.5/2013 apresentando parecer favorável à proposição que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0427.2/2013 apresentando parecer favorável à proposição que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0432.0/2013

apresentando parecer favorável à proposição que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0425.0/2013 apresentando parecer favorável à proposição que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. A **Deputada Ana Paula Lima** apresentou voto-vista ao Projeto de Lei nº 0195.5/2012 concordando com o voto do relator, contrário à proposição que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; ao Projeto de Lei nº 0211.0/2007 concordando com o voto do relator, contrário à proposição que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; ao Projeto de Lei nº 0160.5/2013 apresentando requerimento pela realização de diligência externa que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; relatou o Projeto de Lei nº 0371.3/2012 apresentando parecer favorável à proposição que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Resolução 008.9/2013 apresentando parecer favorável à proposição que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença dos Senhores Deputados e dos demais presentes e encerrou a presente reunião, da qual, eu, Robério de Souza, Chefe da Secretaria, lavei a Ata que, após lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo Senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário da Assembleia Legislativa.

Sala das Comissões, em 15 de outubro de 2013.

Deputado Mauro de Nadal

Presidente

\*\*\* X X X \*\*\*

#### **ATA DA 25ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO, REFERENTE À 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA.**

Às nove horas do dia dezesseis de outubro de dois mil e treze, sob a Presidência do Deputado **Gilmar Knaesel**, reuniram-se os Deputados membros da Comissão de Finanças e Tributação: Antônio Aguiar, Darci de Matos, Neodi Saretta, e Silvio Dreveck. Justificaram suas ausências: a Deputada Luciane Carminatti através do ofício nº 289/2013, a Deputada Angela Albino através do ofício nº 506/2013, o Deputado Marcos Vieira através do ofício 579/2013 e o Deputado Renato Rennig através de ofício S/N. Aberto os trabalhos, o Deputado Presidente colocou em discussão as Atas da 23ª e 24ª reuniões ordinárias, que em votação, foram aprovadas por unanimidade. Ato contínuo, o Presidente passou a palavra aos senhores Deputados para relatarem as matérias em pauta: o **Deputado Antônio Aguiar** relatou o PL./0427.2/2013, que autoriza a doação de imóvel no Município de Dona Emma (Unidade Básica de Saúde), seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Antônio Aguiar** relatou o PL./0038.4/2013, que dispõe sobre a avaliação periódica das estruturas físicas das escolas da rede pública estadual de ensino e adota outras providências, seu parecer foi pelo diligenciamento a Secretaria de Estado da Educação, ao Conselho Estadual de Educação e ao Corpo de Bombeiro Militar do Estado de Santa Catarina, posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Antônio Aguiar** relatou o PL./0093.0/2011, que assegura aos portadores de deficiência visual o direito de receber as faturas de pagamento do consumo mensal dos serviços públicos de telefone, energia elétrica e água confeccionadas no sistema "Braille", seu parecer foi pelo diligenciamento às concessionárias: Companhia Elétrica de Água e Saneamento - CASAN, Centrais Elétricas de Santa Catarina - CELESC e a Companhia de Gás de Santa Catarina - SCGÁS, posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Darci de Matos** relatou o PLC./0025.5/2013, que cria e transforma cargos e funções gratificadas no Quadro de Pessoal do Poder Judiciário, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão, o Deputado Antônio Aguiar pediu vistas em gabinete. O **Deputado Darci de Matos** relatou o PL./0432.0/2013, que autoriza a doação de imóvel no Município de Joinville (Casa da Segurança do Cidadão), seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Neodi Saretta** relatou o PL./0412.6/2013, que autoriza a doação de imóvel no Município de Coronel Freitas (Unidade Básica de Saúde), seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. O Deputado Presidente informou que já esta tramitando na Comissão de Mérito, projeto de alteração do PPA e proposta orçamentária para 2014. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a presente reunião ordinária, onde para constar eu, Wilson Elias Vieira, Chefe de Secretaria lavei a presente Ata, que após ser lida e aprovada por todos os Membros da Comissão, será assinada pelo Presidente e posteriormente publicada no Diário Oficial desta Assembleia.

Sala das Comissões, dezesseis de outubro de dois mil e treze.

**Deputado GILMAR KNAESEL**

Presidente da Comissão de Finanças e Tributação o

\*\*\* X X X \*\*\*

#### **ATA DA DÉCIMA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO, REFERENTE À 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA**

Às onze horas do dia vinte e quatro de setembro do ano de dois mil e treze, sob a presidência do Deputado Marcos Vieira, amparado no § 1º do art. 123 do Regimento Interno, foram abertos os trabalhos da Décima Segunda Reunião Ordinária da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, referente à Terceira Sessão Legislativa da Décima Sétima Legislatura. Foi registrada a presença dos Senhores Deputados Marcos Vieira, Dirceu Dresch, Darci de Matos - substituindo o Deputado Ciro Roza, Silvio Dreveck, Angela Albino, e Aldo Schneider. O Presidente leu as justificativas de ausência dos Deputados Renato Hinnig e Ciro Roza e os Ofícios Circular nºs 24, 27 e 30/2013, da Secretaria de Estado da Saúde, contendo Relatório de avaliação de Execução do Contrato de Gestão 001/2007, entre a Secretaria de Estado da Saúde e a Fundação de Apoio ao Hemosc e ao Cepen, referente ao quarto trimestre de 2012; ao ano de 2012 e ao primeiro trimestre de 2013. O Deputado Darci de Matos pede a palavra, pela ordem, para registrar a presença da Secretária Regional do Desenvolvimento Regional de Joinville, Simone Chramm; da Presidente da Ajorpeme, Cristiane Chramm Guisso e do Diego Otero, Presidente da Fampes. Passou à discussão e votação dos Projetos de Lei nºs: 0227.7/2013, Relatora Deputada Angela Albino; 0237.9/2013, com emenda substitutiva global, Relator Deputado Ciro Roza; 0263.0/2013, Relator Deputado Marcos Vieira; 0274.3/2013, Relatora Deputada Angela Albino; 0311.2/2013, Relator Deputado Marcos Vieira; 0321.4/2013, Relatora Deputada Angela Albino; 0350.9/2013, Relator Deputado Silvio Dreveck. Todos os pareceres foram aprovados por unanimidade e os Ofícios nºs: 0078.8/2013, Relator Deputado Silvio Dreveck; 0110.2/2013, Relator Deputado Dirceu Dresch; 0199.5/2013, em diligência, Relator Deputado Marcos Vieira; 0221.8/2013, Relator Deputado Silvio Dreveck; 0304.0/2013, Relator Deputado Dirceu Dresch; 0308.3/2013, Relator Deputado Dirceu Dresch; 0314.1/2013, Relator Deputado Dirceu Dresch; 0334.5/2013, Relator Deputado Dirceu Dresch; 0340.3/2013, Relator Deputado Dirceu Dresch; 0342.5/2013, Relator Deputado Silvio Dreveck; 0354.9/2013, Relator Deputado Silvio Dreveck; 0365.1/2013, Relator Deputado Dirceu Dresch; 0408.6/2013, Relator Deputado Dirceu Dresch; 0439.2/2013, Relator Deputado Dirceu Dresch; 0457.4/2013, em diligência, Relator Deputado Ciro Roza; 0478.9/2013, em diligência, Relator Deputado Silvio Dreveck; 0490.5/2013, Relator Deputado Aldo Schneider; 0501.2/2013, Relator Deputado Dirceu Dresch; 0540.9/2013, Relator Deputado Aldo Schneider; 0579.2/2013, Relatora Deputada Angela Albino; 0580.6/2013, Relator Deputada Angela Albino; 0587.2/2013, Relator Deputado Ciro Roza; 0593.0/2013, Relator Deputado Aldo Schneider; 0600.4/2013, Relator Deputado Silvio Dreveck; 0601.5/2013, Relatora Deputada Angela Albino; 0606.0/2013, em diligência, Relator Deputado Aldo Schneider; 0617.2/2013, Relator Deputado Silvio Dreveck; 0636.5/2013, Relator Deputado Marcos Vieira; 0637.6/2013, Relator Deputado Ciro Roza; 0644.5/2013, Relatora Deputada Angela Albino; 0649.0/2013, Relatora Deputada Angela Albino; 0654.7/2013, Relatora Deputada Angela Albino; 0657.0/2013, Relator Deputado Silvio Dreveck; 0660.5/2013, Relator Deputado Ciro Roza; 0664.9/2012, Relator Ciro Roza; 0665.0/2013, Relator Deputado Marcos Vieira. Todos os pareceres foram aprovados por unanimidade.

Antes de encerrar os trabalhos o senhor Presidente convocou os senhores Deputados, nos termos regimentais, para a próxima reunião ordinária da Comissão - em dia e hora regimentais. Nada mais para tratar o senhor Presidente agradeceu a presença dos senhores Deputados e encerrou a presente reunião da qual, eu, Estela Maris Rossini, Chefe de Secretaria, digitei a presente ata, que após ser lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário da Assembleia Legislativa.

Sala das Comissões, 24 de setembro de dois mil e treze.

Deputado Marcos Vieira

Presidente

\*\*\* X X X \*\*\*

#### **AVISO DE LICITAÇÃO**

#### **AVISO DE LICITAÇÃO**

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que realizará licitação na seguinte modalidade:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 031/2013

**OBJETO: Serviço de apoio à atividade de informática, compreendendo: 1) Implementação de solução de tecnologia da informação com aquisição de licenças de uso de softwares;**

**2) Desenvolvimento, reengenharia, customização, aperfeiçoamento e integração de softwares pertencentes a ALESC;**

**3) Customização em Business Intelligence e Tagueamento RFID, com catalogação e padronização dos bens com base na classificação Federal Supply.**

**DATA:** 12/11/2013 - **HORA:** 09:00 horas

**ENTREGA DOS ENVELOPES:** Os envelopes contendo a parte documental e as propostas comerciais deverão ser entregues na Coordenadoria de Licitações até as 09:00 h do dia 12 de novembro de 2013. O Edital poderá ser retirado na Coordenadoria de Recursos Materiais, no 6º andar, Edifício João Cascaes na Avenida Hercílio Luz, 301, esquina com a Rua João Pinto, Centro - Florianópolis e no site eletrônico ([www.alesc.sc.gov.br](http://www.alesc.sc.gov.br)).

Florianópolis, 24 de outubro de 2013.

Lonarte Sperling Veloso

Coordenador de Licitações

\*\*\* X X X \*\*\*

## EXTRATOS

### EXTRATO Nº 272/2013

REFERENTE: Contrato CL nº 103/2013-00, celebrado em 17/10/2013.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

CONTRATADA: Primer Produção e Locação Ltda.

OBJETO: Locação de edificação de alvenaria contendo 14 m², localizado no topo do Morro da Cruz em Florianópolis/SC, incluindo torre de metal com 40 metros de altura, energia elétrica trifásica (380 W) e sistema de refrigeração adequado para transmissor de potência digital; prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de Estação Radiodifusora de Televisão Digital, com disponibilidade *full time*, compreendendo todos os equipamentos de infraestrutura inclusive sistema de refrigeração e *no-break* e demais equipamentos de transmissão e monitoramento de sinal, inclusive transmissor, multiplexador, conversor, demodulador e decodificador.

VIGÊNCIA: 01/11/2013 e 31/10/2013

VALOR GLOBAL: R\$ 166.080,00

VALOR MENSAL: 13.840,00

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 8.666 de 21/6/93 com suas alterações, que regulamenta o art. 37, inciso XXI da Constituição Federal de 1988; Lei nº 10.520 de 17/7/2002; Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006; Processo Licitatório nº 89/2013, parte integrante deste instrumento, assim como todas as cláusulas e condições contidas nas peças que o compõe e Edital de Pregão Presencial nº 29 de 14/10/2013.

Florianópolis, 24 de outubro de 2013.

Deputado Joares Ponticelli - Presidente ALESC

Ilson Antonio Bettin- Sócio

\*\*\* X X X \*\*\*

### EXTRATO Nº 273/2013

REFERENTE: 20º Termo Aditivo de 11/10/2013, referente ao Contrato CL nº 009/2010, celebrado em 02/02/2010.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

CONTRATADA: INDOBEL Assinatura, Leitura e Publicações Ltda.Me

OBJETO: Alteração quantitativa do objeto original, **incluindo** 01 assinatura da revista "**Capital**" e **excluindo** de 05 assinaturas do jornal "**Notícias do Dia**", 01 assinatura do jornal "**Econômico**" e 01 assinatura do jornal "**A Notícia**".

VALOR DO ADITIVO: R\$ 72,15

VIGÊNCIA: eficácia a partir de 01/11/2013

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 65, I, "b", combinados com o art. 58, I, da Lei nº 8.666/93; Cláusula Sexta, item 6.1 do Contrato Original; Autorização Administrativa.

Florianópolis, 24 de outubro de 2013.

Deputado Joares Ponticelli - Presidente da ALESC

Rosely Munch- Indobel Assinatura, Leitura e Publicações Ltda.me

\*\*\* X X X \*\*\*

## PORTARIAS

### PORTARIA Nº 2464, de 25 de outubro de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** *Com base no Art. 1º parágrafo único do Ato da Mesa nº 396, de 29 de novembro de 2011, e do item II, da cláusula quinta do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta entre MPSC e a ALESC, de 25 de outubro de 2011.*

**PUBLICAR** que o servidor abaixo relacionado exerce **Atividade Parlamentar Externa**, a contar de 7 de outubro de 2013.

**MD - Gabinete da Presidência**

Matrícula	Nome do Servidor	Cidade
4369	LAERCIO MENEGAZ	TUBARÃO

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

### PORTARIA Nº 2465, de 25 de outubro de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:**

**LOTAR** no Gabinete do Deputado José Nei Alberton Ascari **DIRLEY CORREA NUNES**, servidor do Poder Executivo - Secretaria de Estado da Administração, matrícula nº 172.768-0-01, Analista Técnico em Gestão de Infraestrutura colocado à disposição na Assembleia Legislativa pelo Ato nº 2221/2013, de 8 de outubro de 2013, sob a égide do Termo de Convênio nº 0047/11-2, exercendo **Atividade Parlamentar Externa/Biométrico Tubarão**, no período de 24 de outubro de 2013 a 31 de dezembro de 2014.

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

### PORTARIA Nº 2466, de 25 de outubro de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 100, de 15 de fevereiro de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1832/2013,

**RESOLVE:** *com fundamento no art. 84, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, c/c art. 5º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991,*

**INCLUIR** na folha de pagamento do servidor **GERRY ADRIANO BEIRÃO**, matrícula nº 7372, quota(s) de **ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**, incidentes sobre os respectivos vencimentos, no percentual de 9% (nove por cento), totalizando 9% (nove por cento), a contar de 14 de agosto de 2013.

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

## PROJETOS DE LEI

### PROJETO DE LEI Nº 451/13

**GABINETE DO GOVERNADOR**

**MENSAGEM Nº 1078**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do artigo 50 da Constituição Estadual, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Administração, o projeto de lei que "Autoriza a doação de imóvel no Município de Joinville".

Florianópolis, 22 de outubro de 2013.

**JOÃO RAIMUNDO COLOMBO**

Governador do Estado

*Lido no Expediente*

*Sessão de 23/10/13*

**ESTADO DE SANTA CATARINA**

**SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO**

**GABINETE DO SECRETÁRIO**

**EM Nº 236/2013**

Florianópolis, 27 de setembro de 2013.

Senhor Governador,

Submeto à apreciação de Vossa Excelência, o Projeto de Lei que autoriza a desafetar e doar ao Município de Joinville o imóvel com área total de 140.000,00 m<sup>2</sup> (Cento e quarenta mil metros quadrados), sem benfeitorias, registro sob o nº 7.898 no 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Joinville e cadastrado sob o nº 00191 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração.

A presente doação tem por finalidade a construção de um complexo esportivo, de lazer e cultura que atenderá atletas amadores e clubes esportivos, por parte do Município de Joinville.

Caberá ao Município promover e executar as ações necessárias à titularização da propriedade, bem como à averbação da demolição da benfeitoria que existia sobre o imóvel.

A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Joinville manifestou-se favorável à cessão de uso.

Contudo, à consideração de Vossa Excelência.

Respeitosamente,

**Derly Massaud de Anuniação**

Secretário de Estado da Administração

**PROJETO DE LEI Nº 451.2/2013**

Autoriza a doação de imóvel no Município de Joinville.

**O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA**

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a desafetar e doar ao Município de Joinville o imóvel com área de 140.000,00 m<sup>2</sup> (cento e quarenta mil metros quadrados), sem benfeitorias, matriculado sob o nº 7.898 no 2º Registro de Imóveis da Comarca de Joinville e cadastrado sob o nº 00191 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração (SEA).

Parágrafo único. Caberá ao Município promover e executar as ações necessárias à titularização da propriedade, bem como à averbação da demolição da benfeitoria que existia sobre o imóvel.

Art. 2º A presente doação tem por finalidade a construção, por parte do Município de Joinville, de um complexo esportivo, de lazer e cultura, que atenderá atletas amadores e clubes esportivos.

Art. 3º O donatário não poderá, sob pena de reversão:

I - desviar a finalidade ou deixar de utilizar o imóvel, salvo por interesse público devidamente justificado e com a anuência escrita do doador;

II - deixar de cumprir os encargos da doação no prazo de 2 (dois) anos; e

III - hipotecar, alienar, alugar, ceder, de forma gratuita ou onerosa, total ou parcialmente, o imóvel.

Parágrafo único. As disposições previstas neste artigo deverão constar da escritura pública de doação do imóvel, sob pena de nulidade do ato.

Art. 4º A reversão de que trata o art. 3º desta Lei será realizada independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, sem indenização por benfeitorias construídas.

Art. 5º A edificação de benfeitorias não outorgará ao donatário o direito de retenção no caso de reversão do imóvel.

Art. 6º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta do Município, vedado ao Estado arcar com quaisquer ônus a elas relacionados.

Art. 7º O Estado será representado no ato de doação pelo titular da SEA ou pelo titular da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Joinville.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Fica revogada a Lei nº 15.077, de 30 de dezembro de 2009.

Florianópolis,

**JOÃO RAIMUNDO COLOMBO**

Governador do Estado

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE LEI Nº 452.3/2013**

Dispõe sobre a implantação do sistema biométrico de identificação de recém-nascidos no Estado de Santa Catarina.

Art. 1º Os hospitais e maternidades públicos e privados do Estado de Santa Catarina ficam obrigados a implantar e operacionalizar sistema biométrico de identificação dos recém-nascidos em suas dependências.

Parágrafo único. O sistema de identificação biométrica a que se refere esta Lei consiste em um banco de dados civil, centralizado no órgão estadual competente, vinculando as impressões digitais das mãos e dos pés dos recém-nascidos às de suas mães.

Art. 2º As impressões digitais dos recém-nascidos serão recolhidas imediatamente após o seu nascimento, por leitor biométrico eletrônico, pelos hospitais e maternidades.

Art. 3º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei, na forma do disposto no art. 71, inciso III, da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Sala das Sessões,  
Deputado Joares Ponticelli

Lido no Expediente

Sessão de 23/10/13

**JUSTIFICATIVA**

Segundo dados fornecidos pela Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República, no Brasil ocorrem 200 mil desaparecimentos por ano, sendo 40 mil de crianças e adolescentes.

Conforme pesquisa elaborada pelo Sistema Integrado de Segurança Pública (SISP), vinculado à Secretaria de Estado de Segurança Pública de Santa Catarina, de janeiro de 2005 a outubro de 2011 foram oficialmente registrados 8.017 casos de desaparecimento de crianças e adolescentes em nosso Estado. No Município de Florianópolis desapareceram, no mesmo período, 650 crianças.

Dados estatísticos fornecidos pelo Ministério da Saúde demonstram que a cada 3 milhões de nascimentos ocorridos anualmente no Brasil há, em 6.000 deles, permuta de bebês.

Assim, o presente Projeto de Lei objetiva a implantação, no Estado de Santa Catarina, de um sistema de identificação mais eficiente e seguro do que o de coleta de desenhos papilares com tinta, atualmente utilizado, o que significará, sem dúvida, um grande avanço à inibição e solução de crimes praticados contra as crianças catarinenses (subtração e troca em maternidade, adoção ilegal, abandono e outros).

Ante o exposto e considerando a relevância desta propositura, espero contar com o apoio dos Nobres Parlamentares para a sua aprovação.

Deputado Joares Ponticelli

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE LEI Nº 453/2013**

Altera a Lei nº 1.152, de 1954, que declara de utilidade pública a Sociedade Hospitalar Beneficente de Saudades.

Art. 1º A Lei nº 1.152, de 10 de novembro de 1954, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Declara de utilidade pública a Associação Hospitalar Beneficente de Saudades.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Hospitalar Beneficente de Saudades, com sede no Município de Saudades.

Art. 2º À entidade de que trata o art. 1º desta Lei ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado MAURO DE NADAL

Lido no Expediente

Sessão de 24/10/13

**JUSTIFICATIVA**

Submeto à elevada consideração de Vossas Excelências o Projeto de Lei em anexo, que visa alterar a Lei nº 1.152, de 10 de novembro de 1954, em razão da mudança da denominação da entidade demonstrada nos documentos anexos.

Deputado Mauro de Nadal

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE LEI Nº 454/2013**

Altera a Lei nº 14.631, de 2009, que declara de utilidade pública a Associação dos Aposentados e Pensionistas de Barra Velha (ASAPREV).

Art. 1º A Lei nº 14.631, de 7 de janeiro de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Declara de utilidade pública a Associação dos Aposentados e Pensionistas de Barra Velha (ASAPREV-BV).

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Aposentados e Pensionistas de Barra Velha (ASAPREV-BV), com sede no Município de Barra Velha.

Art. 2º À entidade de que trata o art. 1º desta Lei ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Mauro de Nadal

Lido no Expediente

Sessão de 24/10/13

**JUSTIFICATIVA**

Submeto à elevada consideração de Vossas Excelências o Projeto de Lei em anexo, que visa alterar a Lei nº 14.631, de 7 de janeiro de 2009, em razão da mudança da denominação da entidade demonstrada nos documentos anexos.

Deputado Mauro de Nadal

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE LEI Nº 455/2013**

Altera a Lei nº 14.775, de 2009, que declara de utilidade pública a organização não governamental Voluntários Amigos dos Bichos, com sede no Município de Chapecó.

Art. 1º A Lei nº 14.775, de 13 de julho de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Declara de utilidade pública a Associação Voluntários Amigos dos Bichos, de Chapecó.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Voluntários Amigos dos Bichos, com sede no Município de Chapecó.

Art. 2º A entidade de que trata o art. 1º desta Lei ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Mauro de Nadal

*Lido no Expediente*

*Sessão de 24/10/13*

**JUSTIFICATIVA**

Submeto à elevada consideração de Vossas Excelências o Projeto de Lei em anexo que visa alterar a Lei nº 14.775, de 13 de julho de 2009, em razão da mudança da denominação da entidade demonstrada nos documentos anexos.

Deputado Mauro de Nadal

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE LEI Nº 456/2013**

Altera a Lei nº 13.832, de 2006, que declara de utilidade pública a Associação Corpo de Bombeiros Comunitários de Tubarão.

Art. 1º A Lei nº 13.832, de 14 de agosto de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Declara de utilidade pública a Associação Comunitária de Bombeiros de Tubarão.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunitária de Bombeiros de Tubarão, com sede no Município de Tubarão.

Art. 2º A entidade de que trata o art. 1º desta Lei ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Mauro de Nadal

*Lido no Expediente*

*Sessão de 24/10/13*

**JUSTIFICATIVA**

Submeto à elevada consideração de Vossas Excelências o Projeto de Lei em anexo que visa alterar a Lei nº 13.832, de 14 de agosto de 2006, em razão da mudança da denominação da entidade demonstrada nos documentos anexos.

Deputado Mauro de Nadal

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE LEI Nº 457/13****GABINETE DO GOVERNADOR****MENSAGEM Nº 1074**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do artigo 50 da Constituição Estadual, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Fazenda, Secretaria de Estado do Planejamento e Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável, o projeto de lei que "Altera a Lei nº 15.855, de 2012, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no montante de até R\$ 3.000.000.000,00 (Três bilhões de reais), para atendes ao Programa Acelera Santa Catarina.

Devido a relevância e premência da matéria, solicito aos nobres senhores Deputados, amparado no art. 53 da Constituição do Estado, regime de urgência na tramitação do presente projeto de lei nessa augusta Casa Legislativa.

Florianópolis, 22 de outubro de 2013.

**JOÃO RAIMUNDO COLOMBO**

Governador do Estado

*Lido no Expediente*

*Sessão de 24/10/13*

**ESTADO DE SANTA CATARINA****SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO****GABINETE DO SECRETÁRIO****EM Conjunta Nº 01/2013**

Florianópolis, 27 de setembro de 2013.

Excelentíssimo Senhor

**JOÃO RAIMUNDO COLOMBO**

Governador do Estado de Santa Catarina

**NESTA**

Senhor Governador

Submeto à apreciação de Vossa Excelência o anteprojeto de Lei que acrescenta dispositivo à Lei nº 15.855, de 02 de agosto de 2012, a qual autorizo o Poder Executivo a contratar operação de crédito com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no montante de até R\$ 3.000.000.000,00 (três bilhões de reais), para atender ao Programa Acelera Santa Catarina.

Busca-se com a proposta a viabilização de utilização dos recursos decorrentes da operação de crédito em projetos estruturantes para as áreas de desenvolvimento territorial e inovação, especialmente visando à instalação de 10 (dez) Centros de Inovação (CI) em regiões estratégicas de Santa Catarina, promovendo o desenvolvimento regional sustentável tendo a inovação como estratégia central.

Os Centros estarão sediados nas cidades de Blumenau, Chapecó, Criciúma, Florianópolis, Itajaí, Jaraguá do Sul, Joaçaba, Joinville, Lages, São Bento do Sul e Tubarão.

**PROJETO DE LEI Nº 457.8/2013**

Altera a Lei nº 15.855, de 2012, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no montante de até R\$ 3.000.000.000,00 (três bilhões de reais), para atender ao Programa Acelera Santa Catarina.

**O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA**

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O § 1º do art. 1º da Lei nº 15.855, de 2 de agosto de 2012, passa a vigorar acrescido do inciso XIII, com a seguinte redação:

“Art. 1º ..... ”

§ 1º ..... ”

XIII - desenvolvimento territorial e inovação.

..... ”(NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis,

**JOÃO RAIMUNDO COLOMBO**

Governador do Estado

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE LEI Nº 458/13****GABINETE DO GOVERNADOR****MENSAGEM Nº 1076**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do artigo 50 da Constituição Estadual, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Administração, o projeto de lei que “Autoriza a cessão de uso compartilhado de imóvel a Município”.

Florianópolis, 22 de outubro de 2013.

**JOÃO RAIMUNDO COLOMBO**

Governador do Estado

*Lido no Expediente*

*Sessão de 24/10/13*

**ESTADO DE SANTA CATARINA****SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO****GABINETE DO SECRETÁRIO****EM Nº 125/2013**

Florianópolis, 15 de agosto de 2013.

Senhor Governador

Submeto à apreciação de Vossa Excelência, o Projeto de Lei que autoriza a ceder o uso dos imóveis onde se encontram instaladas escolas estaduais, especificados no Anexo Único desta Lei, aos respectivos Municípios, que se dará de forma compartilhada com o Estado até dia 31 de dezembro de 2016.

A presente cessão de uso compartilhada tem por finalidade o atendimento do Ensino Fundamental, por meio da implantação do Programa de Parceria Educacional Estado - Município, mediante a assunção parcial dos alunos do Ensino Fundamental da rede estadual pelo município, disciplinado no Decreto Estadual nº 502, de 16 de setembro de 2011.

## ANEXO ÚNICO

ESCOLA ESTADUAL	DESCRIÇÃO DO IMÓVEL	CONVÊNIO	MUNICÍPIO	PRAZO
EEB Maria Solange Lopes de Borba	Parte do imóvel com área de 7.664,00 m <sup>2</sup> (sete mil, seiscentos e sessenta e quatro metros quadrados), com benfeitorias, matriculado sob o nº 36.747 no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Sombrio e cadastrado sob o nº 4021 no Sistema de Gestão Patrimonial da SEA.	Termo de Convênio nº 16799/2011-1	São João do Sul	31/12/2016
EEB José Cesário Brasil	Parte do imóvel com área de 10.000,00 m <sup>2</sup> (dez mil metros quadrados), com benfeitorias, matriculado sob o nº 712 no 1º Registro de Imóveis da Comarca de Anita Garibaldi e cadastrado sob o nº 03434 no Sistema de Gestão Patrimonial da SEA.	Termo de Convênio nº 17246/2011-4	Celso Ramos	31/12/2016
EEB Prof. Benta Cardoso	Parte do imóvel com área de 10.000,00 m <sup>2</sup> (dez mil metros quadrados), com benfeitorias, matriculado sob o nº 1.430 no Registro de Imóveis da Comarca de Seara e cadastrado sob o nº 4140 no Sistema de Gestão Patrimonial da SEA.	Termo de Convênio nº 16699/2011-5	Arvoredo	31/12/2016
EEB São Donato	Parte do imóvel com área de 7.637,39 m <sup>2</sup> (sete mil, seiscentos e trinta e sete metros e trinta e nove decímetros quadrados), com benfeitorias, matriculado sob os nºs 452, 477 e 7925 no Registro de Imóveis da Comarca de Campo Erê e cadastrado sob o nº 02705 no Sistema de Gestão Patrimonial da SEA.	Termo de Convênio nº 16842/2011-4	Saltinho	31/12/2016
EEF Prof. Tertuliano Turíbio de Lemos	Parte do imóvel com área de 9.640,00 m <sup>2</sup> (nove mil, seiscentos e quarenta metros quadrados), com benfeitorias, matriculado sob o nº 8415 no Registro de Imóveis da Comarca de Xaxim e cadastrado sob o nº 3986 no Sistema de Gestão Patrimonial da SEA.	Termo de Convênio nº 16928/2011-5	Faxinal dos Guedes	31/12/2016
EEB Prefeito Frederico Probst	Parte do imóvel com área de 13.500,00 m <sup>2</sup> (treze mil e quinhentos metros quadrados), com benfeitorias, matriculado sob o nº 323 no Registro de Imóveis da Comarca de Ituporanga e cadastrado sob o nº 3618 no Sistema de Gestão Patrimonial da SEA.	Termo de Convênio nº 17245/2011-6	Petrolândia	31/12/2016
EEB Hermes Fontes	Parte do imóvel com área de 10.865,80 m <sup>2</sup> (dez mil, oitocentos e sessenta e cinco metros e oitenta decímetros quadrados), com benfeitorias, matriculado sob o nº 2.671 no Registro de Imóveis da Comarca de Ituporanga e cadastrado sob o nº 3620 no Sistema de Gestão Patrimonial da SEA.	Termo de Convênio nº 17245/2011-6	Petrolândia	31/12/2016
EEB Otília Müller	Parte do imóvel com área de 1.615,00 m <sup>2</sup> (mil, seiscentos e quinze metros quadrados), com benfeitorias, matriculado sob o nº 9.444 no Registro de Imóveis da Comarca de Ituporanga e cadastrado sob o nº 3617 no Sistema de Gestão Patrimonial da SEA.	Termo de Convênio nº 16839/2011-4	Chapadão do Lageado	31/12/2016
EEF Deputado Massolini	Parte do imóvel com área de 8.000,00 m <sup>2</sup> (oito mil metros quadrados), com benfeitorias, matriculado sob o nº 2.674 no Registro de Imóveis da Comarca de Seara e cadastrado sob o nº 3580 no Sistema de Gestão Patrimonial da SEA.	Termo de Convênio nº 16697/2011-9	Xavantina	31/12/2016
EEB Prof. Luiz Sanches Bezerra da Trindade	Parte do imóvel com área de 7.500,00 m <sup>2</sup> (sete mil e quinhentos metros quadrados), com benfeitorias, matriculado sob o nº 5.541 no Registro de Imóveis da Comarca de Seara e cadastrado sob o nº 3579 no Sistema de Gestão Patrimonial da SEA.	Termo de Convênio nº 16697/2011-9	Xavantina	31/12/2016
EEB Prof. Custódio de Campos	Parte do imóvel com área de 7.000,00 m <sup>2</sup> (sete mil metros quadrados), com benfeitorias, matriculado sob o nº 7.525 no Registro de Imóveis da Comarca de Xaxim e cadastrado sob o nº 02349 no Sistema de Gestão Patrimonial da SEA.	Termo de Convênio nº 16923/2011-4	Xaxim	31/12/2016
EEB Gomes Carneiro	Parte do imóvel com área de 10.000,00 m <sup>2</sup> (dez mil metros quadrados), com benfeitorias, matriculado sob o nº 7.529 no Registro de Imóveis da Comarca de Xaxim e cadastrado sob o nº 02288 no Sistema de Gestão Patrimonial da SEA.	Termo de Convênio nº 16923/2011-4	Xaxim	31/12/2016
EEB Prof. Neusa Massolini	Parte do imóvel com área de 14.000,00 m <sup>2</sup> (quatorze mil metros quadrados), com benfeitorias, matriculado sob o nº 15.463 no Registro de Imóveis da Comarca de Xaxim e cadastrado sob o nº 02323 no Sistema de Gestão Patrimonial da SEA.	Termo de Convênio nº 16923/2011-4	Xaxim	31/12/2016
EEB São Bernardino	Parte do imóvel com área de 10.000,00 m <sup>2</sup> (dez mil metros quadrados), com benfeitorias, matriculado sob o nº 2.230 no Registro de Imóveis da Comarca de Campo Erê e cadastrado sob o nº 4098 no Sistema de Gestão Patrimonial da SEA.	Termo de Convênio nº 16802/2011-5	São Bernardino	31/12/2016
EEB Rui Barbosa	Parte do imóvel com área de 7.500,00 m <sup>2</sup> (sete mil e quinhentos metros quadrados), com benfeitorias, matriculado sob o nº 1.734 no Tabelionato de Notas e Protesto de Títulos e Registro de Imóveis da Comarca de São Lourenço do Oeste e cadastrado sob o nº 3692 no Sistema de Gestão Patrimonial da SEA.	Termo de Convênio nº 15202/2011-1	São Lourenço do Oeste	31/12/2016
EEB São Valentim	Parte do imóvel com área de 8.000,00 m <sup>2</sup> (oito mil metros quadrados), com benfeitorias, matriculado sob o nº 5.346 no Tabelionato de Notas e Protesto de Títulos e Registro de Imóveis da Comarca de São Lourenço do Oeste e cadastrado sob o nº 3694 no Sistema de Gestão Patrimonial da SEA.	Termo de Convênio nº 15202/2011-1	São Lourenço do Oeste	31/12/2016
EEB Sórora Angélica	Parte do imóvel com área de 10.200,00 m <sup>2</sup> (dez mil e duzentos metros quadrados), com benfeitorias, transcrito sob o nº 5.631, às fls. 158 do livro 3-D, no Tabelionato de Notas e Protesto de Títulos e Registro de Imóveis da Comarca de São Lourenço do Oeste e cadastrado sob o nº 4123 no Sistema de Gestão Patrimonial da SEA.	Termo de Convênio nº 15202/2011-1	São Lourenço do Oeste	31/12/2016
EEB Bertino Silva	Parte do imóvel com área de 10.000,00 m <sup>2</sup> (dez mil metros quadrados), com benfeitorias, matriculado sob o nº 8.305 no Registro de Imóveis da Comarca de Tijucas e cadastrado sob o nº 3623 no Sistema de Gestão Patrimonial da SEA.	Termo de Convênio nº 19097/2011-7	Leoberto Leal	31/12/2016
EEB Volta Redonda	Parte do imóvel com área de 5.408,47 m <sup>2</sup> (cinco mil, quatrocentos e oito metros e quarenta e sete decímetros quadrados), com benfeitorias, matriculado sob os nºs 11.129 e 13.530 no Tabelionato de Notas e Protesto de Títulos e Registro de Imóveis da Comarca de São Lourenço do Oeste e cadastrado sob o nº 4291 no Sistema de Gestão Patrimonial da SEA.	Termo de Convênio nº 15202/2011-1	São Lourenço do Oeste	31/12/2016
EEF João Alberto Schmidt	Parte do imóvel com área de 2.467,46 m <sup>2</sup> (dois mil, quatrocentos e sessenta e sete metros e quarenta e seis decímetros quadrados), com benfeitorias, matriculado sob o nº 9.475 no Registro de Imóveis da Comarca de Brusque e nº 18.799 no Registro de Imóveis da Comarca de Ituporanga e cadastrado sob o nº 4283 no Sistema de Gestão Patrimonial da SEA.	Termo de Convênio nº 17285/2011-5	Vidal Ramos	31/12/2016
EEF Prof. Rodolfo Fink	Parte do imóvel com área de 6.000,00 m <sup>2</sup> (seis mil metros quadrados), com benfeitorias, matriculado sob o nº 16.643 no Registro de Imóveis da Comarca de Ituporanga e nº 4704 no Registro de Imóveis da Comarca de Brusque e cadastrado sob o nº 3621 no Sistema de Gestão Patrimonial da SEA.	Termo de Convênio nº 17285/2011-5	Vidal Ramos	31/12/2016

Contudo, à consideração de Vossa Excelência.

Respeitosamente,

**Derly Massaud Anuniação**

Secretário de Estado da Administração

**PROJETO DE LEI Nº 458.9/2013**

Autoriza a cessão de uso compartilhado de imóveis a Municípios.

**O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA**

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a ceder gratuitamente o uso compartilhado de imóveis, onde se encontram instaladas escolas estaduais, a Municípios catarinenses, até 31 de dezembro de 2016.

Parágrafo único. A individualização dos imóveis, com as respectivas dimensões e matrículas, bem como os Municípios contemplados, constam do Anexo Único desta Lei.

Art. 2º A presente cessão de uso compartilhado tem por finalidade o desenvolvimento de atividades educacionais de Ensino Fundamental por parte dos Municípios que aderiram ao Programa de Parceria Educacional Estado-Município, instituído pelo Decreto nº 502, de 16 de setembro de 2011, por meio de convênios celebrados com a Secretaria de Estado da Educação.

Art. 3º Os cessionários, sob pena de imediata reversão e independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, não poderão:

- I - transferir, parcial ou totalmente, direitos adquiridos com esta cessão de uso;
- II - oferecer os imóveis como garantia de obrigação; e
- III - desviar a finalidade ou executar atividades contrárias ao interesse público.

Art. 4º O cedente retomará a posse do imóvel, nos casos em que:

- I - ocorrer uma das hipóteses previstas no art. 3º desta Lei;
- II - findarem as razões que justificaram a cessão de uso;
- III - findar o prazo concedido para a cessão de uso;
- IV - o Estado necessitar dos imóveis para uso próprio;
- V - houver desistência por parte dos cessionários; ou
- VI - ocorrer reversão antecipada.

Parágrafo único. Retomada a posse dos imóveis pelos motivos constantes dos incisos do *caput* deste artigo e diante da gratuidade da cessão de uso, as benfeitorias realizadas nos imóveis pelos cessionários serão incorporadas ao patrimônio do Estado, sem qualquer direito a indenização.

Art. 5º Serão de responsabilidade dos cessionários os custos, as obras e os riscos inerentes aos investimentos necessários à execução dos objetivos desta Lei, inclusive os de conservação, segurança, impostos e taxas incidentes, bem como quaisquer outras despesas decorrentes da cessão de uso, observado o disposto no parágrafo único do art. 4º desta Lei.

Art. 6º Enquanto durar a cessão de uso, os cessionários defenderão os imóveis contra esbulhos, invasões e outros usos desautorizados pelo cedente, sob pena de indenização dos danos, sem prejuízo do estabelecido no art. 103 da Constituição do Estado.

Art. 7º Após a publicação desta Lei, cedente e cessionários firmarão contrato para estabelecer os seus direitos e as suas obrigações.

Art. 8º O Estado será representado nos atos de cessão de uso pelo titular da Secretaria de Estado da Administração (SEA) ou pelos titulares das Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional das regiões em cujas áreas de abrangência encontram-se os imóveis de que trata o art. 1º desta Lei.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis,

**JOÃO RAIMUNDO COLOMBO**  
Governador do Estado

ANEXO ÚNICO

ESCOLA ESTADUAL	DESCRIÇÃO DO IMÓVEL	CONVÊNIO	MUNICÍPIO	PRAZO
EEB Maria Solange Lopes de Borba	Parte do imóvel com área de 7.664,00 m <sup>2</sup> (sete mil, seiscentos e sessenta e quatro metros quadrados), com benfeitorias, matriculado sob o nº 36.747 no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Sombrio e cadastrado sob o nº 4021 no Sistema de Gestão Patrimonial da SEA.	Termo de Convênio nº 16799/2011-1	São João do Sul	31/12/2016
EEB José Cesário Brasil	Parte do imóvel com área de 10.000,00 m <sup>2</sup> (dez mil metros quadrados), com benfeitorias, matriculado sob o nº 712 no 1º Registro de Imóveis da Comarca de Anita Garibaldi e cadastrado sob o nº 03434 no Sistema de Gestão Patrimonial da SEA.	Termo de Convênio nº 17246/2011-4	Celso Ramos	31/12/2016
EEB Prof. Benta Cardoso	Parte do imóvel com área de 10.000,00 m <sup>2</sup> (dez mil metros quadrados), com benfeitorias, matriculado sob o nº 1.430 no Registro de Imóveis da Comarca de Seara e cadastrado sob o nº 4140 no Sistema de Gestão Patrimonial da SEA.	Termo de Convênio nº 16699/2011-5	Arvoredo	31/12/2016
EEB São Donato	Parte do imóvel com área de 7.637,39 m <sup>2</sup> (sete mil, seiscentos e trinta e sete metros e trinta e nove decímetros quadrados), com benfeitorias, matriculado sob os nºs 452, 477 e 7925 no Registro de Imóveis da Comarca de Campo Erê e cadastrado sob o nº 02705 no Sistema de Gestão Patrimonial da SEA.	Termo de Convênio nº 16842/2011-4	Saltinho	31/12/2016
EEF Prof. Tertuliano Turfíbio de Lemos	Parte do imóvel com área de 9.640,00 m <sup>2</sup> (nove mil, seiscentos e quarenta metros quadrados), com benfeitorias, matriculado sob o nº 8415 no Registro de Imóveis da Comarca de Xaxim e cadastrado sob o nº 3986 no Sistema de Gestão Patrimonial da SEA.	Termo de Convênio nº 16928/2011-5	Faxinal dos Guedes	31/12/2016
EEB Prefeito Frederico Probst	Parte do imóvel com área de 13.500,00 m <sup>2</sup> (treze mil e quinhentos metros quadrados), com benfeitorias, matriculado sob o nº 323 no Registro de Imóveis da Comarca de Ituporanga e cadastrado sob o nº 3618 no Sistema de Gestão Patrimonial da SEA.	Termo de Convênio nº 17245/2011-6	Petrolândia	31/12/2016
EEB Hermes Fontes	Parte do imóvel com área de 10.865,80 m <sup>2</sup> (dez mil, oitocentos e sessenta e cinco metros e oitenta decímetros quadrados), com benfeitorias, matriculado sob o nº 2.671 no Registro de Imóveis da Comarca de Ituporanga e cadastrado sob o nº 3620 no Sistema de Gestão Patrimonial da SEA.	Termo de Convênio nº 17245/2011-6	Petrolândia	31/12/2016
EEB Otilia Müller	Parte do imóvel com área de 1.615,00 m <sup>2</sup> (mil, seiscentos e quinze metros quadrados), com benfeitorias, matriculado sob o nº 9.444 no Registro de Imóveis da Comarca de Ituporanga e cadastrado sob o nº 3617 no Sistema de Gestão Patrimonial da SEA.	Termo de Convênio nº 16839/2011-4	Chapadão do Lageado	31/12/2016
EEF Deputado Massolini	Parte do imóvel com área de 8.000,00 m <sup>2</sup> (oito mil metros quadrados), com benfeitorias, matriculado sob o nº 2.674 no Registro de Imóveis da Comarca de Seara e cadastrado sob o nº 3580 no Sistema de Gestão Patrimonial da SEA.	Termo de Convênio nº 16697/2011-9	Xavantina	31/12/2016
EEB Prof. Luiz Sanches Bezerra da Trindade	Parte do imóvel com área de 7.500,00 m <sup>2</sup> (sete mil e quinhentos metros quadrados), com benfeitorias, matriculado sob o nº 5.541 no Registro de Imóveis da Comarca de Seara e cadastrado sob o nº 3579 no Sistema de Gestão Patrimonial da SEA.	Termo de Convênio nº 16697/2011-9	Xavantina	31/12/2016
EEB Prof. Custódio de Campos	Parte do imóvel com área de 7.000,00 m <sup>2</sup> (sete mil metros quadrados), com benfeitorias, matriculado sob o nº 7.525 no Registro de Imóveis da Comarca de Xaxim e cadastrado sob o nº 02349 no Sistema de Gestão Patrimonial da SEA.	Termo de Convênio nº 16923/2011-4	Xaxim	31/12/2016
EEB Gomes Carneiro	Parte do imóvel com área de 10.000,00 m <sup>2</sup> (dez mil metros quadrados), com benfeitorias, matriculado sob o nº 7.529 no Registro de Imóveis da Comarca de Xaxim e cadastrado sob o nº 02288 no Sistema de Gestão Patrimonial da SEA.	Termo de Convênio nº 16923/2011-4	Xaxim	31/12/2016
EEB Prof. Neusa Massolini	Parte do imóvel com área de 14.000,00 m <sup>2</sup> (quatorze mil metros quadrados), com benfeitorias, matriculado sob o nº 15.463 no Registro de Imóveis da Comarca de Xaxim e cadastrado sob o nº 02323 no Sistema de Gestão Patrimonial da SEA.	Termo de Convênio nº 16923/2011-4	Xaxim	31/12/2016
EEB São Bernardino	Parte do imóvel com área de 10.000,00 m <sup>2</sup> (dez mil metros quadrados), com benfeitorias, matriculado sob o nº 2.230 no Registro de Imóveis da Comarca de Campo Erê e cadastrado sob o nº 4098 no Sistema de Gestão Patrimonial da SEA.	Termo de Convênio nº 16802/2011-5	São Bernardino	31/12/2016
EEB Rui Barbosa	Parte do imóvel com área de 7.500,00 m <sup>2</sup> (sete mil e quinhentos metros quadrados), com benfeitorias, matriculado sob o nº 1.734 no Tabelionato de Notas e Protesto de Títulos e Registro de Imóveis da Comarca de São Lourenço do Oeste e cadastrado sob o nº 3692 no Sistema de Gestão Patrimonial da SEA.	Termo de Convênio nº 15202/2011-1	São Lourenço do Oeste	31/12/2016
EEB São Valentim	Parte do imóvel com área de 8.000,00 m <sup>2</sup> (oito mil metros quadrados), com benfeitorias, matriculado sob o nº 5.346 no Tabelionato de Notas e Protesto de Títulos e Registro de Imóveis da Comarca de São Lourenço do Oeste e cadastrado sob o nº 3694 no Sistema de Gestão Patrimonial da SEA.	Termo de Convênio nº 15202/2011-1	São Lourenço do Oeste	31/12/2016

EEB Sôror Angélica	Parte do imóvel com área de 10.200,00 m <sup>2</sup> (dez mil e duzentos metros quadrados), com benfeitorias, transcrito sob o nº 5.631, às fls. 158 do livro 3-D, no Tabelionato de Notas e Protesto de Títulos e Registro de Imóveis da Comarca de São Lourenço do Oeste e cadastrado sob o nº 4123 no Sistema de Gestão Patrimonial da SEA.	Termo de Convênio nº 15202/2011-1	São Lourenço do Oeste	31/12/2016
EEB Bertino Silva	Parte do imóvel com área de 10.000,00 m <sup>2</sup> (dez mil metros quadrados), com benfeitorias, matriculado sob o nº 8.305 no Registro de Imóveis da Comarca de Tijucas e cadastrado sob o nº 3623 no Sistema de Gestão Patrimonial da SEA.	Termo de Convênio nº 19097/2011-7	Leoberto Leal	31/12/2016
EEB Volta Redonda	Parte do imóvel com área de 5.408,47 m <sup>2</sup> (cinco mil, quatrocentos e oito metros e quarenta e sete decímetros quadrados), com benfeitorias, matriculado sob os nºs 11.129 e 13.530 no Tabelionato de Notas e Protesto de Títulos e Registro de Imóveis da Comarca de São Lourenço do Oeste e cadastrado sob o nº 4291 no Sistema de Gestão Patrimonial da SEA.	Termo de Convênio nº 15202/2011-1	São Lourenço do Oeste	31/12/2016
EEF João Alberto Schmidt	Parte do imóvel com área de 2.467,46 m <sup>2</sup> (dois mil, quatrocentos e sessenta e sete metros e quarenta e seis decímetros quadrados), com benfeitorias, matriculado sob o nº 9.475 no Registro de Imóveis da Comarca de Brusque e nº 18.799 no Registro de Imóveis da Comarca de Ituporanga e cadastrado sob o nº 4283 no Sistema de Gestão Patrimonial da SEA.	Termo de Convênio nº 17285/2011-5	Vidal Ramos	31/12/2016
EEF Prof. Rodolfo Fink	Parte do imóvel com área de 6.000,00 m <sup>2</sup> (seis mil metros quadrados), com benfeitorias, matriculado sob o nº 16.643 no Registro de Imóveis da Comarca de Ituporanga e nº 4704 no Registro de Imóveis da Comarca de Brusque e cadastrado sob o nº 3621 no Sistema de Gestão Patrimonial da SEA.	Termo de Convênio nº 17285/2011-5	Vidal Ramos	31/12/2016

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE LEI Nº 459/13****GABINETE DO GOVERNADOR****MENSAGEM Nº 1076**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do artigo 50 da Constituição Estadual, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Administração, o projeto de lei que "Autoriza a cessão de uso compartilhado de imóvel no Município de Celso Ramos".

Florianópolis, 22 de outubro de 2013.

**JOÃO RAIMUNDO COLOMBO**

Governador do Estado

*Lido no Expediente*

*Sessão de 24/10/13*

**ESTADO DE SANTA CATARINA**

**SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO**

**GABINETE DO SECRETÁRIO**

**EM Nº 233/2013**

Florianópolis, 06 de setembro de 2013.

Senhor Governador

Submeto à apreciação de Vossa Excelência, o Projeto de Lei que autoriza a ceder ao Município de Celso Ramos, pelo prazo de 10 (dez) anos, o uso compartilhado das dependências do Ginásio de Esportes, anexo à EBB. José Cesário Brasil, cujo imóvel está matriculado sob o nº 712 no Registro de Imóveis da Comarca de Anita Garibaldi e cadastrado sob o nº 03434 no Sistema Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração.

A presente cessão de uso tem por finalidade viabilizar o uso compartilhado, por parte da comunidade local, viabilizando o desenvolvimento das atividades desportivas.

A cessão de uso de imóvel que trata o *caput* deste artigo fica condicionada à continuidade do uso do Ginásio para a prática desportiva dos alunos da EEB. José Cesário Brasil.

A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Campos Novos manifestou-se favorável à cessão de uso.

Contudo, à consideração de Vossa Excelência.

Respeitosamente,

**Derly Massaud de Anuniação**

Secretário de Estado da Administração

**PROJETO DE LEI Nº 459.0/2013**

Autoriza a cessão de uso compartilhado de imóvel no Município de Celso Ramos.

**O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA**

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a ceder gratuitamente ao Município de Celso Ramos, pelo prazo de 10 (dez) anos, o uso compartilhado das dependências do Ginásio de Esportes Cid Caesar Pedroso, parte do imóvel onde se encontra instalada a EEB José Cesário Brasil, matriculado sob o nº 712 no 1º Registro de Imóveis da Comarca de Anita Garibaldi e cadastrado sob o nº 03434 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração (SEA).

Parágrafo único. A cessão de uso de que trata o *caput* deste artigo fica condicionada à continuidade do uso do ginásio para a prática desportiva dos alunos da EEB José Cesário Brasil.

Art. 2º A presente cessão tem por finalidade compartilhar o uso do ginásio com a Comissão Municipal de Esportes do Município de Celso Ramos para a prática de atividades esportivas e de lazer pelos municípios.

Art. 3º O cessionário, sob pena de imediata rescisão e independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, não poderá:

- I - transferir, parcial ou totalmente, direitos adquiridos com esta cessão de uso;
- II - oferecer o imóvel como garantia de obrigação; e
- III - desviar a finalidade ou executar atividades contrárias ao interesse público.

Art. 4º Fica rescindida a presente cessão de uso, nos casos em que:

- I - ocorrer uma das hipóteses previstas no art. 3º desta Lei;
- II - findarem as razões que a justificaram;
- III - findar o prazo de que trata o *caput* do art. 1º desta Lei;
- IV - o Estado necessitar do imóvel para uso próprio; ou
- V - houver desistência por parte do cessionário.

Parágrafo único. Rescindida a cessão de uso pelos motivos constantes dos incisos do *caput* deste artigo e diante da sua gratuidade, as benfeitorias realizadas no imóvel pelo cessionário serão incorporadas ao patrimônio do Estado, sem qualquer direito a indenização.

Art. 5º Serão de responsabilidade do cessionário os custos, as obras e os riscos inerentes aos investimentos necessários à execução dos objetivos desta Lei, inclusive os de conservação, segurança, impostos e taxas incidentes, bem como quaisquer outras despesas decorrentes da cessão de uso, observado o disposto no parágrafo único do art. 4º desta Lei.

Art. 6º Enquanto durar a cessão de uso, o cessionário defenderá o imóvel contra esbulhos, invasões e outros usos desautorizados pelo cedente, sob pena de indenização dos danos, sem prejuízo do estabelecido no art. 103 da Constituição do Estado.

Art. 7º Após a publicação desta Lei, cedente e cessionário firmarão contrato para estabelecer os seus direitos e as suas obrigações.

Art. 8º O Estado será representado no ato da cessão de uso pelo titular da SEA ou pelo titular da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Campos Novos.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis,

**JOÃO RAIMUNDO COLOMBO**

Governador do Estado

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE LEI Nº 460/13****GABINETE DO GOVERNADOR****MENSAGEM Nº 1077**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do artigo 50 da Constituição Estadual, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Administração, o projeto de lei que "Autoriza a concessão de uso de imóvel no Município de Capivari de Baixo".

Florianópolis, 22 de outubro de 2013.

**JOÃO RAIMUNDO COLOMBO**

Governador do Estado

*Lido no Expediente*

*Sessão de 24/10/13*

**ESTADO DE SANTA CATARINA**

**SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO**

**GABINETE DO SECRETÁRIO**

**EM Nº 191/2013**

Florianópolis, 18 de setembro de 2013.

Senhor Governador

Submeto à apreciação de Vossa Excelência, o Projeto de Lei que autoriza a conceder ao Centro de Atendimento à Criança e ao Adolescente (CEACA) no município de Capivari de Baixo, pelo prazo de 10 (dez anos), o uso gratuito de parte do imóvel, com área 108,93 m<sup>2</sup> (cento e oito mil metros e noventa e três decímetros quadrados), sem benfeitorias, matriculado sob nº 4.259 no 1º Registro de Imóveis da Comarca de Tubarão e cadastrado sob o nº 02110 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria da Administração.

A presente concessão de uso tem por objetivo permitir que a entidade instale um parque recreativo e um bicicletário.

Contudo, à consideração de Vossa Excelência.

Respeitosamente,

**Derly Massaud de Anuniação**

Secretário de Estado da Administração

**PROJETO DE LEI Nº 460.3/2013**

Autoriza a concessão de uso de imóvel no Município de Capivari de Baixo.

**O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA**

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder gratuitamente ao Centro de Apoio à Criança e ao Adolescente do Município de Capivari de Baixo-SC, pelo prazo de 10 (dez) anos, o uso de uma área de 108,93 m<sup>2</sup> (cento e oito metros e noventa e três decímetros quadrados), sem benfeitorias, parte do imóvel matriculado sob o nº 4.259 no 1º Registro de Imóveis da Comarca de Tubarão e cadastrado sob o nº 02110 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração (SEA).

Parágrafo único. De acordo com o inciso I do parágrafo único do art. 7º da Lei nº 5.704, de 28 de maio de 1980, fica dispensada a concorrência para concessão de uso de que trata esta Lei por ser a entidade constituída de fins sociais e declarada de utilidade pública pela Lei municipal nº 433, de 17 de dezembro de 1998.

Art. 2º A presente concessão de uso tem por finalidade a instalação de um parque recreativo e um bicicletário pela entidade.

Art. 3º O concessionário, sob pena de imediata reversão e independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, não poderá:

I - transferir, parcial ou totalmente, direitos adquiridos com esta concessão de uso;

II - oferecer o imóvel como garantia de obrigação; e

III - desviar a finalidade ou executar atividades contrárias ao interesse público.

Art. 4º O concedente retomará a posse do imóvel, nos casos em que:

I - ocorrer uma das hipóteses previstas no art. 3º desta Lei;

II - findarem as razões que justificaram a concessão de uso;

III - findar o prazo concedido para a concessão de uso;

IV - o Estado necessitar do imóvel para uso próprio;

V - houver desistência por parte do concessionário; ou

VI - ocorrer a reversão antecipada.

Parágrafo único. Retomada a posse do imóvel pelos motivos constantes dos incisos do *caput* deste artigo e diante da gratuidade da concessão de uso, as benfeitorias realizadas no imóvel pelo concessionário serão incorporadas ao patrimônio do Estado, sem qualquer direito a indenização.

Art. 5º Serão de responsabilidade do concessionário os custos, as obras e os riscos inerentes aos investimentos necessários à execução dos objetivos desta Lei, inclusive os de conservação, segurança, impostos e taxas incidentes, bem como quaisquer outras despesas decorrentes da concessão de uso, observado o disposto no parágrafo único do art. 4º desta Lei.

Art. 6º Enquanto durar a concessão de uso, o concessionário defenderá o imóvel contra esbulhos, invasões e outros usos desautorizados pelo concedente, sob pena de indenização dos danos, sem prejuízo do estabelecido no art. 103 da Constituição do Estado.

Art. 7º Após a publicação desta Lei, concedente e concessionário firmarão contrato para estabelecer os seus direitos e as suas obrigações.

Art. 8º O Estado será representado no ato da concessão de uso pelo titular da SEA ou pelo titular da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Tubarão.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis,

**JOÃO RAIMUNDO COLOMBO**

Governador do Estado

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR****PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 0037.9/2013**

Revoga a alínea "g" do inciso II e inclui a alínea "l" ao inciso IV, ambos do art. 1º da Lei Complementar nº 459, de 2009, que institui no âmbito do Estado de Santa Catarina pisos salariais para os trabalhadores que especifica.

Art. 1º - Fica revogado a alínea "g" do inciso II do Art. 1º da Lei Complementar nº 459, de 30 de setembro de 2009.

Art. 2º - Ao inciso IV do Art. 1º da Lei Complementar nº 459, de 30 de setembro de 2009, fica acrescido a alínea "l", com a seguinte redação:

"Art. 1º .....

[...]

IV - .....

[...]

**l - empregados em estabelecimentos de serviços de saúde;"**

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis,

**Deputado Volnei Morastoni**

Presidente da Comissão

**Deputado Antônio Aguiar**

Vice Presidente da Comissão

**Deputado Jorge Teixeira**

Membro Comissão de Saúde

**Deputado José Milton Scheffer**

Membro Comissão de Saúde

**Deputado Mauro de Nadal**

Membro Comissão de Saúde

**Deputado Sargento Amauri Soares**

Membro Comissão de Saúde

**Deputado Serafim Venzon**

Membro Comissão de Saúde

Lido no Expediente

Sessão de 24/10/13

**JUSTIFICATIVA DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR**

A Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa de Santa Catarina traz a consideração deste Parlamento, proposta de Lei que visa alterar a Lei Complementar nº 459, de 30 de setembro de 2009, que institui no âmbito do Estado de Santa Catarina pisos salariais para os trabalhadores que especifica.

A citada legislação apresenta quatro Pisos Salariais divididos por setores, sendo que o Setor Saúde está incluído no 2º Piso, juntamente com o segmento de empregados em banca de vendedores ambulantes de jornais e revistas empregados na administração de empresas proprietárias de jornais e outras. Mesmo reconhecendo a importância destas atividades, não há como comparar com a complexidade e responsabilidade do setor de saúde.

O trabalho exercido no setor saúde é um trabalho de alta complexidade e responsabilidade e tema frequente de debates e estudos nos últimos anos, mais especificamente a partir de 2006. Naquele ano, a Organização Mundial de Saúde (OMS) definiu os trabalhadores do setor como seu mais valioso recurso e dedicou o seu Dia Mundial, 07 de abril, com o tema Recursos humanos em saúde, nossos heróis de todos os dias. Ainda em 2006, a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) conclamou governos e atores sociais dos países da região a priorizar o desenvolvimento desses recursos, iniciando a década de promoção dos recursos humanos em saúde.

A Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) apontou como ações prioritárias a educação acadêmica; formação profissional; **remuneração adequada**; boas condições de trabalho; e políticas de apoio, afirmando que, sem isso, será impossível alcançar os objetivos de desenvolvimento do milênio e o acesso universal aos serviços de saúde de qualidade para todos os povos, em 2015.

Justifica-se o reenquadramento dos empregados em Estabelecimentos de Serviços de Saúde para o 4º Piso, devido à responsabilidade e complexidade das funções exercidas por este importante segmento.

Vale mencionar que ocorre uma grande rotatividade de mão de obra no setor devido aos baixos salários praticados.

Cumprе esclarecer ainda, que não se trata de melhorias salariais, mais sim o reconhecimento da complexidade e da qualificação necessária para exercer essas profissões.

Por fim, ressalta-se que o pleito tem o apelo da categoria descrita, com a anuência dos Sindicatos profissionais de todo o Estado de Santa Catarina, e da Federação dos Trabalhadores de Serviços de Saúde do Estado de Santa Catarina, que inclusive formalizaram o pleito verbalmente em reunião com esta Comissão de Saúde.

Diante do exposto, esta Comissão de Saúde solicita aos Excelentíssimos Deputados e Deputadas a aprovação do presente Projeto de Lei Complementar.

Florianópolis,

**Deputado Volnei Morastoni**

Presidente da Comissão

**Deputado Antônio Aguiar**

Vice Presidente da Comissão

**Deputado Jorge Teixeira**

Membro Comissão de Saúde

**Deputado José Milton Scheffer**

Membro Comissão de Saúde

**Deputado Mauro de Nadal**

Membro Comissão de Saúde

**Deputado Sargento Amauri Soares**

Membro Comissão de Saúde

**Deputado Serafim Venzon**

Membro Comissão de Saúde

\*\*\* X X X \*\*\*